

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**O PAPEL DOS INTELECTUAIS PARA A MANUTENÇÃO DO BLOCO HISTÓRICO
HEGEMÔNICO NO PARAGUAI**

JUNIOR IVAN BOURSCHEID

Porto Alegre

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**O PAPEL DOS INTELECTUAIS PARA A MANUTENÇÃO DO BLOCO HISTÓRICO
HEGEMÔNICO NO PARAGUAI**

Junior Ivan Bourscheid

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Bourscheid, Junior Ivan

O papel dos intelectuais para a manutenção do bloco histórico hegemônico no Paraguai / Junior Ivan Bourscheid. -- 2016.

162 f.

Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Paraguai. 2. Partidos políticos. 3. Intelectuais. 4. Ideologia. 5. Bloco histórico. I. Stumpf González, Rodrigo, orient. II. Título.

*Ao meu pai Arno Osvaldo Bourscheid e à minha
sobrinha Fernanda Roberta Lautenschlager
Bourscheid, o esforço de vocês para me
auxiliar nunca será esquecido, assim como a
sua passagem pela minha trajetória.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente a todos os meus familiares, que me auxiliaram nos principais momentos do processo de desenvolvimento dessa Dissertação, com seu carinho, suas palavras de conforto e proporcionando a tranquilidade necessária para a conclusão de um trabalho tão importante.

Agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González pela orientação, pelas discussões sempre produtivas de todos os elementos que constituem esse trabalho, atendendo as inúmeras solicitações que fiz ao longo do curso de Mestrado.

Também agradeço aos professores membros da banca de avaliação da defesa da Dissertação, Prof. Dr. João Ignácio Pires Lucas (Universidade de Caxias do Sul), Prof. Dr. Luis Gustavo Grohmann (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Sonia Maria Ranincheski (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), por todos os comentários e apontamentos efetuados, que contribuíram para aprofundar o debate proposto pelo trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e a todos os professores que contribuíram para a minha formação nesses dois anos do curso de Mestrado. Do mesmo modo, agradeço aos colegas do programa, que com suas contribuições nos debates em sala de aula, ou mesmo fora dela, auxiliaram no desenvolvimento do trabalho.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço a todos os amigos, tanto os fisicamente mais próximos como aqueles à distância, que direta ou indiretamente me ajudaram a concluir essa etapa de minha formação, estando sempre dispostos a me ouvirem nos momentos de maior dificuldade.

Por fim, agradeço às pessoas e instituições que facilitaram meu trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, realizada no Paraguai. Agradeço ao Prof. Dr. Anibal Herib Caballero Campos (Universidad Nacional de Canindeyú), ao Prof. Eduardo Nakayama, à Biblioteca Nacional de Asunción e os funcionários do setor de documentação, à Academia Paraguaya de Historia, aos partidos Asociación Nacional Republicana e Partido Liberal Radical Auténtico por disponibilizarem suas bibliotecas para a pesquisa em seus acervos.

O PAPEL DOS INTELLECTUAIS PARA A MANUTENÇÃO DO BLOCO HISTÓRICO HEGEMÔNICO NO PARAGUAI

Resumo

A história política paraguaia pauta-se por longos períodos de predomínio dos dois principais grupos políticos agrupados nos partidos Colorado e Liberal, constatando-se na evolução da estrutura histórica a manutenção de seu predomínio, nos períodos de autoritarismo bem como nos de democratização. O presente trabalho propõe-se a demonstrar que a ideologia é um elemento importante no processo de dominação política no Paraguai, visando sua legitimação, constituindo-se em uma hegemonia. Observa-se que o dinamismo interno dos partidos provido pelas lutas internas partidárias, engendrando em uma estrutura partidária e em um discurso ideológico flexíveis, possibilita a sua continuação ao longo do tempo. Procura-se analisar qual o papel do discurso ideológico na dinâmica interna dos partidos, se influencia no processo de adaptação que permite a sua manutenção histórica. Neste âmbito, busca-se apreciar qual o papel dos intelectuais orgânicos – com atuação na estrutura partidária – na conformação e manutenção do bloco histórico, a fim de observar se de fato o elemento ideológico constitui-se em relevante ferramenta para a sua manutenção. Intenta-se compreender como se comportou historicamente o desenvolvimento do processo de hegemonia dos grupos sociais dominantes, e como este fenômeno possibilitou a acomodação dos interesses divergentes e concorrentes de alguns setores do bloco, e desses com os setores operários e camponeses, mantendo o modelo hegemônico de dominação. A partir do estudo de cinco períodos, procura-se identificar quais são os discursos ideológicos dos partidos Colorado e Liberal, a partir de intelectuais orgânicos representantes das principais correntes dos partidos, assim como elementos que os diferenciam e outros que permanecem ao longo do tempo, visando encontrar a ideia central e os elementos essenciais que movem a ação política partidária. Para tanto, utilizar-se-ão duas classes de fontes empíricas para a pesquisa: as convenções partidárias e suas declarações ideológicas, ademais de obras da produção de intelectuais orgânicos representantes dos dois projetos hegemônicos.

Palavras-chave: Paraguai; Bloco histórico hegemônico; Intelectuais; Pensamento político.

THE ROLE OF THE INTELLECTUALS TO THE PARAGUAYAN HEGEMONIC HISTORICAL BLOC MAINTENANCE

Abstract

The Paraguayan political history is guided by long predominance periods of the two main political groups grouped in Colorado and Liberal parties, finding in the evolution of the historic structure the maintain of its dominance in both periods of authoritarianism as in democratization. This paper aims to demonstrate that ideology is an important element in the political domination process in Paraguay, seeking its legitimacy, thus becoming a hegemony. It is observed that the internal dynamics of the parties provided by party infighting, engendering in a party structure and a flexible ideological discourse, enables its continuation over time. Seeks to analyze the role of ideological discourse in the internal dynamics of the parties, whether or not influence the adaptation process that allows its historical maintenance. In this context, the aim is to assess what is the role of organic intellectuals – operating in the party structure – in the formation and maintenance of the historical bloc, in order to see if in fact the ideological element constitutes a relevant tool for its maintenance. Attempts to understand how historically behaved the development of hegemony process of dominant social groups, and how this phenomenon has enabled the accommodation of divergent and competing interests of some sectors of the bloc, and those with the workers and peasants sectors, maintaining the hegemonic model of domination. From the study of five periods, seeks to identify what are the ideological discourses of the Colorado and Liberal parties in those moments, from organic intellectuals representatives of mainstream political parties, as well as elements that differentiate the parties and others who remain over time, aimed at finding the central idea and the essential elements that move the partisan political action. To this end, shall be used two classes of empirical sources for the research: the party conventions and their ideological statements, in addition to works of the production of organic intellectual representatives of the two hegemonic projects.

Keywords: Paraguay; Hegemonic historical bloc; Intellectuals; Political thought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O ESTUDO DA ESTRUTURA HISTÓRICA A PARTIR DE ANTONIO GRAMSCI	16
1.1 O bloco histórico como unidade político-econômica da sociedade	18
1.2 A hegemonia como fenômeno de controle social	19
1.3 A ideologia como elemento de unidade do bloco histórico	22
1.4 O partido político como unificador da vontade coletiva	25
1.5 Os intelectuais como a “soldadura” do partido político	28
1.6 Elementos para a análise da evolução da estrutura histórica	30
2 O PROCESSO DE EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA HISTÓRICA PARAGUAIA	35
2.1 O período liberalista	35
2.2 O período nacionalista	39
2.3 O período de anarquia	42
2.4 O período stronista	44
2.5 O período de democratização	48
3 ANÁLISE DO PAPEL DOS INTELECTUAIS ORGÂNICOS NA ESTRUTURA PARTIDÁRIA COLORADA E LIBERAL	55
3.1 Períodos históricos analisados	58
3.1.1 Período nacionalista	58
3.1.2 Período anárquico	58
3.1.3 Período de estruturação stronista	58
3.1.4 Período de progresso e crise stronista	59
3.1.5 Período de democratização	59

3.2 Intelectuais orgânicos do coloradismo	61
3.2.1 Período nacionalista	66
3.2.2 Período anárquico	67
3.2.3 Período de instrumentalização e estruturação do regime stronista	69
3.2.4 Período do “progresso stronista”	74
3.2.5 Período da crise stronista	79
3.2.6 Período da democratização	88
3.3 Intelectuais orgânicos do liberalismo	98
3.3.1 Período nacionalista	102
3.3.2 Período anárquico	110
3.3.3 Período de instrumentalização e estruturação do regime stronista	115
3.3.4 Períodos do “progresso stronista” e da crise stronista	119
3.3.5 Período de democratização	128
3.4 Síntese comparativa	134
3.4.1 Relação Estado/Forças Armadas	134
3.4.2 Modelo de inserção internacional	135
3.4.3 Interpretação da evolução da estrutura histórica	137
3.4.4 Relação Estado/sociedade	138
3.4.5 Coesão da sociedade	139
3.4.6 Relações sociais de produção	141
3.4.7 Tradição e adaptabilidade da ideologia colorada e liberal	143
3.4.8 A atualidade da ideologia dos partidos tradicionais	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148

REFERÊNCIAS	156
ANEXOS	161
Anexo 1. Lista de documentos do Partido Colorado	161
Anexo 2. Lista de documentos do Partido Liberal	162

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1. Participação dos partidos tradicionais na Câmara dos Deputados_____	49
Quadro 2. Participação dos partidos tradicionais no Senado_____	49
Quadro 3. Formas de apresentação das categorias analíticas_____	57
Quadro 4. Períodos históricos_____	60
Quadro 5. Panorama geral de análise dos intelectuais colorados_____	65
Quadro 6. Panorama geral de análise dos intelectuais liberais_____	102
Quadro 7. Relação Estado/Forças Armadas no coloradismo_____	134
Quadro 8. Relação Estado/Forças Armadas no liberalismo_____	135
Quadro 9. Modelo de inserção internacional no coloradismo_____	135
Quadro 10. Modelo de inserção internacional no liberalismo_____	136
Quadro 11. Interpretação da evolução da estrutura histórica no coloradismo_____	137
Quadro 12. Interpretação da evolução da estrutura histórica no liberalismo_____	137
Quadro 13. Relação Estado/sociedade no coloradismo_____	138
Quadro 14. Relação Estado/sociedade no liberalismo_____	138
Quadro 15. Coesão da sociedade no coloradismo_____	139
Quadro 16. Coesão da sociedade no liberalismo_____	140
Quadro 17. Relações sociais de produção no coloradismo_____	141
Quadro 18. Relações sociais de produção no liberalismo_____	141

INTRODUÇÃO

A proposta de investigar o caráter processual da política paraguaia parte de algumas inquietações fundamentais: como os partidos tradicionais conseguem manter seu predomínio por mais de 120 anos, sob distintas formas de organização político-institucional? Há algum elemento explicativo para a mitigação de projetos políticos alternativos? Como o coloradismo e o liberalismo lograram estabelecer-se como os projetos predominantes?

Por mais que a estrutura socioeconômica paraguaia haja passado por transformações ao longo da história, estratificando-se e complexificando-se. Por mais que o sistema político paraguaio tenha representado os mais variados interesses dos grupos preponderantes da elite nacional, instrumentalizando-o com diferentes formas de organização institucional. O fenômeno que perpassa todo o processo de evolução da estrutura histórica paraguaia, desde a finalização da Guerra da Tríplice Aliança (em 1870) até a contemporaneidade, é a manutenção do coloradismo e do liberalismo como elemento catalisador, fonte da dinâmica do processo político, incorporando a dinâmica da sociedade à ação interna partidária.

Constata-se que o Paraguai foi administrado por um único bloco histórico ao longo de todo esse processo. Mesmo que visualizemos a ocorrência das divisões e faccionalismos no interior do bloco, isto apenas representa a disputa entre as facções de classe em busca da liderança do bloco histórico, mas mantendo a estrutura histórica que sustenta o bloco histórico hegemônico.

Assim, ainda que reconheçamos a pluralidade de possibilidades de apresentação do bloco histórico quanto à forma (ideologia) e ao conteúdo (relações sociais de produção), observamos a preponderância e a continuidade dos partidos tradicionais como elementos estruturantes da política e da sociedade paraguaia, justificando a preocupação de investigá-los para compreendermos os possíveis rumos da política paraguaia contemporânea.

Ao efetuar-se uma apreciação geral da história política da República do Paraguai deve-se levar em conta os efeitos gerados pela Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida entre 1864 e 1870, quando Brasil, Argentina e Uruguai aliavam-se para confrontar o Paraguai e derrubar Francisco Solano López do poder (CARDOZO, 2013). Como consequências da guerra, “o Paraguai tornou-se um país desmembrado e devastado” (DONGHI, 1975: 148).

Após a finalização da guerra inaugurou-se um novo processo político no qual ressaltasse o fato de que dois grupos políticos passaram a dominar as relações políticas, constituindo-se, desde a sua fundação em 1887, nos dois principais representantes dos grupos sociais dominantes. Entre 1887 e a atualidade, salvo três breves períodos¹, todos os demais foram conduzidos por governos dos dois partidos tradicionais, o Colorado e o Liberal.

O êxito dos dois partidos como os projetos de liderança política predominantes no Paraguai, tanto sob o marco do autoritarismo quanto da democracia, torna-se instigante quando observamos que conformou-se um sistema político altamente dual, em que dois movimentos diametralmente opostos à primeira vista consubstanciaram-se de tal modo que passaram a pautar a evolução da estrutura histórica: o autoritarismo e a anarquia política. Os mecanismos democráticos foram obstaculizados pela implementação recorrente e sistemática da fraude e corrupção eleitoral, além da exclusão direta da oposição do processo eleitoral, ocasionando também o abstencionismo da oposição em outros momentos, como forma de protesto. Neste cenário, a utilização da violência política, bem como do golpe de Estado, seja para a manutenção do governo ou para a sua supressão, tornaram-se expediente comum.

Como resultado da paulatina complexificação da sociedade paraguaia, os faccionalismos no interior dos grupos sociais dominantes trouxeram complicações adicionais para a manutenção do domínio do grupo social na gestão do aparato estatal, somando-se a crescente incorporação das massas na estrutura histórica. A concatenação do faccionalismo com os meios coercitivos e fraudulentos de relacionamento político instalou um ambiente convulsionado, onde o fundamento emotivo cobrou papel relevante, fazendo com que a coesão do bloco histórico hegemônico fosse cada vez mais difícil, haja vista que obstava o estabelecimento de ideologias que possam ser universalizadas, apaziguando as tensões no interior do bloco.

Houve vários momentos de utilização da coerção para pautar os relacionamentos entre os grupos sociais, seja entre os dominantes e os dominados, ou mesmo entre as próprias facções da classe dominante, visando manter a dominação e o predomínio dos grupos sociais que possuíam a hegemonia do bloco histórico. Contudo, o uso da coerção foi efetuado com a preocupação de justificar-se perante a população, empregando-se o fator ideológico para consegui-lo. De tal modo, o uso da coerção no processo político paraguaio não é ignorado,

¹ Rafael Franco, militar (1936-1937); Higinio Morínigo, militar (1940-1948); Fernando Lugo (2008-2012).

apenas estaremos focando nos momentos de hegemonia em que o elemento consensual consistiu em elemento central. A utilização da coerção justificada ideologicamente é outro indicativo do potencial do fator ideológico para a manutenção do bloco histórico hegemônico.

Não obstante, ambos os grupos políticos conseguiram manter-se como os dois principais projetos políticos paraguaios, ao longo de mais de um século de história política. Como colorados e liberais lograram manter-se como os dois principais elementos representantes do bloco histórico hegemônico paraguaio? Como chegaram a constituir estruturas partidárias que abarquem distintas matrizes ideológicas, sob preceitos gerais que acomodem as diferenças, juntamente com uma organização das forças produtivas a fim de possibilitar a aproximação e colaboração de variados grupos ou facções de classes, formando coalizões de classe em nível nacional? Como conseguiram esse êxito, apesar dos faccionalismos internos que poderiam desagregá-los, possibilitando a conformação de outros grupos políticos que ameçassem sua hegemonia?

Desse modo, o objetivo geral do presente estudo consiste em compreender o fenômeno do êxito histórico do coloradismo e do liberalismo como os dois principais grupos sociais representantes do bloco histórico hegemônico, buscando observar o importante papel desempenhado pela ideologia como elemento do processo de dominação política, no afã de legitimar os fenômenos políticos vivenciados na evolução da estrutura histórica paraguaia.

Além disso, intenta-se realizar dois objetivos específicos. Primeiramente, tendo em conta as divisões internas dos partidos tradicionais, analisa-se de que forma os dissensos internos ao mesmo tempo em que criam tensões desagregadoras, fazem com que os partidos tradicionais, ao invés de debilitarem-se, logrem seu fortalecimento, perdurando como representantes dos grupos sociais em disputa pela liderança do bloco histórico hegemônico. Outro objetivo consiste em observar o papel do discurso ideológico na dinâmica interna dos partidos Colorado e Liberal, assim como a influência da ideologia no processo de adaptação que permite a sua manutenção histórica.

Concebe-se o predomínio colorado-liberal como uma hegemonia, superando a simples dominação coercitiva, resultante da luta faccional e fratricida pelo poder, arraigada em elementos emotivos e violentos, tal qual resultaria de um panorama como o apresentado pela evolução da estrutura histórica paraguaia.

Aprecia-se o dinamismo interno como um modo encontrado pelos partidos para ajustarem-se aos desafios internos e externos, engendrando uma estrutura partidária e um discurso ideológico flexíveis, adaptáveis, possibilitando sua manutenção histórica em situação de predomínio. Nesse sentido, os interesses de latifundiários, comerciantes internacionais, agroindustriais, banqueiros, imobiliários e os militares, interagem no interior dos projetos de colorados e liberais a fim de se criarem estruturas econômicas que consigam minimamente satisfazer esta heterogênea gama de interesses.

Busca-se avaliar qual o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos – com atuação na estrutura partidária – na conformação e manutenção dos dois principais projetos hegemônicos paraguaios, no intento de entender em que medida o elemento ideológico constitui-se em relevante ferramenta para a manutenção do bloco histórico hegemônico, permitindo o apaziguamento dos conflitos suscitados pelos interesses divergentes advindos da complexificação das forças produtivas em interação na estrutura histórica.

Para realizar os objetivos propostos, empreender-se-á o estudo dos discursos ideológicos dos partidos Colorado e Liberal a partir de cinco períodos, elencados por meio do estudo da evolução da estrutura histórica paraguaia a partir da ruptura com o modelo liberalista na década de 1930: 1930-1947, compreendendo o período nacionalista; 1948-1954, referindo-se ao período anárquico; 1955-1963, relativo ao período de instrumentalização e estruturação do regime stronista; 1964-1989, dizendo respeito à dois momentos, o de “progresso stronista” (até 1982) e a crise do stronismo; e 1989-2014, concernente ao período de democratização. Os períodos serão apresentados e explicados de modo mais detido no capítulo 3 – pode se recorrer ao Quadro 1, na página 51, para um panorama geral. Essa análise abará intelectuais orgânicos que representam as principais correntes partidárias em cada um dos períodos elencados.

Examinando a ideologia partidária, buscam-se os elementos aos quais renunciam e os que não são renunciados, visando encontrar a ideia central que move a ação política partidária, ou seja, os elementos essenciais que movem a ação dos partidos tradicionais nesses períodos. Para tanto, utilizar-se-ão duas classes de fontes empíricas para a pesquisa: as resoluções apresentadas pelos documentos que possuem as diretrizes ideológicas partidárias, sendo 20 documentos referentes ao Partido Colorado (ver Anexo 1. Lista de documentos do Partido Colorado) e 19 documentos relativos ao Partido Liberal (ver Anexo 2. Lista de documentos do Partido Liberal); bem como obras da produção de intelectuais orgânicos representantes dos dois

projetos de liderança hegemônica, contemplando as principais divisões internas dos partidos durante os períodos delimitados para a análise. Serão estudadas 14 obras de 7 intelectuais orgânicos colorados, e 12 obras de 9 intelectuais orgânicos liberais (quanto aos colorados, ver quadro 5, na página 60, e quanto aos liberais, ver quadro 6, na página 97, para maior apreciação de quais intelectuais representam cada grupo partidário analisado).

O estudo das fontes empíricas será empreendido a partir de seis categorias analíticas que englobam, por um lado, as principais preocupações históricas da política paraguaia e, por outro lado, elementos fundamentais no arcabouço teórico gramsciano no concernente ao estabelecimento de projetos hegemônicos. Com isso, as categorias analíticas elencadas são as seguintes: relação Estado/Forças Armadas; modelo de inserção internacional; interpretação da evolução da estrutura histórica; relação Estado/sociedade; coesão da sociedade; e relações sociais de produção.

No primeiro capítulo debate-se o processo de constituição e manutenção do bloco histórico hegemônico, lançando-se mão do aporte teórico gramsciano, que permite a compreensão do fenômeno da hegemonia, do modo como os grupos sociais em disputa pela liderança do bloco hegemônico logram estabelecer os projetos de dominação para o restante da sociedade. No segundo capítulo é realizada a apreciação da evolução histórica da política paraguaia, a fim de entender o modo como o coloradismo e o liberalismo conseguiram estabelecer-se como os dois principais projetos políticos de liderança do bloco hegemônico. E no terceiro capítulo empreende-se a análise da ideologia partidária das principais correntes internas dos partidos Colorado e Liberal, por meio de intelectuais orgânicos que representam essas correntes.

Na seção das considerações finais apresentaremos os resultados obtidos por meio do estudo das ideologias partidárias, e como os intelectuais orgânicos logram a manutenção do bloco histórico hegemônico no Paraguai.

1 O ESTUDO DA ESTRUTURA HISTÓRICA A PARTIR DE ANTONIO GRAMSCI

A utilização dos aportes analítico-conceituais de Antonio Gramsci neste estudo refere-se a cinco elementos fundamentais: o bloco histórico, a hegemonia, a ideologia, o partido político e os intelectuais. Tais elementos são integrados por Gramsci em sua teoria da hegemonia, onde o autor logra consubstanciá-los em um arcabouço teórico que nos permite apreender um panorama conceitual propício para realizar os objetivos elencados pelo trabalho. É a partir deste panorama que lograremos perceber: a importância da ideologia para o exercício da hegemonia por parte de um grupo social; o papel do partido político como o “príncipe moderno”, articulando os distintos grupos sociais que conformam o bloco histórico hegemônico; e o papel fundamental desempenhado pelos intelectuais nesse cenário, de intermediação e de síntese entre a infraestrutura e a superestrutura. De tal modo, a centralidade adquirida pelos intelectuais na construção e manutenção de uma estrutura histórica hegemônica é o foco do aporte gramsciano para este trabalho.

Gramsci foi um dos marxistas que tratou mais profundamente a questão dos intelectuais, “na qual o conceito de hegemonia representa o momento essencial e o de “bloco histórico” o momento mais forte, através da ligação entre infraestrutura e superestrutura” (MACCIOCCHI, 1980: 186). Neste contexto, o intelectual passa a ser definido como o “representante da hegemonia”, o “funcionário da superestrutura”, o “criado do grupo dominante”, logrando assegurar o consenso ideológico da massa em relação ao grupo dirigente (MACCIOCCHI, 1980: 188).

O objetivo de Gramsci é comprovar que os intelectuais não representam uma classe em si, e sim que estão ligados organicamente com o grupo social dominante, assumindo a função de agentes da hegemonia. De tal modo, Gramsci postula o intelectual como um elemento integrador da sociedade, ligando a infraestrutura e a superestrutura, e assegurando ao bloco histórico o seu exercício da hegemonia (MACCIOCCHI, 1980).

A própria “estrutura definitiva do Estado depende das características da atividade dos intelectuais, entendidos como “agentes” da classe dominante, para o exercício da direção política e cultural do bloco histórico” (PORTELLI, 2002: 41). Para Gruppi (2000), o intelectual torna-se o dirigente da sociedade, pois será ele que manterá o bloco histórico coeso, elaborando a ideologia da classe dominante, que na ausência dos intelectuais não lograria se conformar em classe dirigente, não conseguindo superar a simples dominação opressiva, faltando-lhe a base

de massas, o consenso, fundamental para o exercício de seu poder hegemônico. A ideologia é fundamental para a coesão do bloco histórico, soldando os seus elementos entre si e permitindo manter unidas as distintas classes sociais que o conformam. Em tal panorama, a ideologia consiste no “cimento” do bloco histórico, englobando tanto elementos culturais quanto políticos.

Segundo Portelli (2002), o cerne da inovação na análise gramsciana reside em sua concepção dos intelectuais. Eles seriam o vínculo orgânico de uma organização social concreta entre a estrutura social das forças produtivas e a superestrutura ideológica e política. Além disso, sua função é a de operar no nível superestrutural, e não no econômico.

Gramsci transcende a análise interna da atividade intelectual, privilegiando a sua função social (BUCI-GLUCKSMANN, 1979). Neste sentido, aprecia os intelectuais enquanto elementos de coesão social de um bloco de forças, com a função de organização da hegemonia de um grupo social e a sua dominação do aparato estatal. Os intelectuais aparecem como organizadores e mediadores do consenso, transformando o intelectual em um ideólogo, em um agente da classe dirigente.

Bobbio (1982) afirma que a relação entre instituições e ideologia conforma-se de modo invertido ao apresentado pelas análises tradicionais. “As ideologias tornam-se o momento primário da história, enquanto as instituições passam a ser o momento secundário”. As ideologias não são mais vistas como simples justificção posterior de um poder constituído de acordo com as condições materiais, mas sim como “forças formadoras e criadoras de nova história, colaboradoras na formação de um poder que se vai constituindo e não tanto como justificadoras de um poder já constituído” (BOBBIO, 1982: 41).

No concernente às relações entre estrutura e superestrutura, a inversão feita por Gramsci se relaciona com o lugar da sociedade civil na estrutura histórica. Esta não estaria mais inscrita no “momento inicial, no qual explodem as contradições que o Estado irá dominar, mas na do momento final em que, através da organização e da regulamentação dos diversos interesses (as corporações), são postas as bases para a passagem ao Estado” (BOBBIO, 1982: 36).

Togliatti (1980: 215) ressalta que Gramsci contribui com o pensamento marxista de modo fundamental quando apontou para a necessidade de não se considerar de modo mecânico a relação entre estrutura e superestrutura. “A superestrutura não é um elemento passivo; tem também sua autonomia de desenvolvimento e de movimento”. Para Macciocchi (1980), quando

se atenta para a relação entre infraestrutura e superestrutura em Gramsci é preciso ter em conta que este é o ponto fundamental de onde parte a sua teoria da hegemonia.

Já para Coutinho (1981), a grande inovação do pensamento gramsciano reside em sua concentração no estudo da sociedade civil, no momento ideológico, enquanto a atenção prioritária dos clássicos residia no fenômeno do Estado, da sociedade política, no momento coercitivo. Assim, a universalidade de Gramsci refere-se ao processo de ampliação do Estado, possibilitado pela criação e complexificação da sociedade civil, fenômeno que tende a se generalizar (COUTINHO, 1992).

Para o estudo da obra de Antonio Gramsci aqui realizado foi utilizada a compilação dos Cadernos do Cárcere publicada pela Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, em uma edição crítica feita pelo Instituto Gramsci, com a tradução do italiano para o espanhol de Ana María Palos. A divisão dos cadernos se dá da seguinte forma: Tomo I: Cadernos 1 e 2 (GRAMSCI, 1981a); Tomo II: Cadernos 3 a 5 (GRAMSCI, 1981b); Tomo III: Cadernos 6 a 8 (GRAMSCI, 1984); Tomo IV: Cadernos 9 a 12 (GRAMSCI, 1986); Tomo V: Cadernos 13 a 19 (GRAMSCI, 1999); e Tomo VI: Cadernos 20 a 29 (GRAMSCI, 2000).

1.1 O bloco histórico como unidade político-econômica da sociedade

Todo o esquema analítico gramsciano parte de uma constatação fundamental, qual seja, a de que existem realmente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. A política não se reduziria ao jogo e às lutas partidárias, mas sim à relação elementar entre governantes e governados. De tal constatação surgem duas questões: como se pode dirigir do modo mais eficaz, em função de certos fins? E como se conhecem as linhas de menor resistência ou linhas racionais para obter a obediência dos dirigidos ou governados? Além de observar essa divisão entre grupos sociais dominantes e dominados, ela ocorre dentro de um mesmo grupo social, ainda que este seja homogêneo (GRAMSCI, 1999), ou seja, no interior de uma coalizão de classe dominante existe um grupo social que possui o papel de liderança.

Poderia resultar contraditório analisar como unidade uma ordem de fatores potencialmente conflituosos como a que permeia as relações político-econômicas sob o modo de produção capitalista. No entanto, Gramsci (1999) aponta para o conceito de bloco histórico como o elemento primordial para as análises da arte e da prática política, representando a unidade entre a natureza e o espírito, entre a estrutura e a superestrutura, uma unidade entre

antagonistas, opostos, distintos. Assim, o complexo conjunto das superestruturas são o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (GRAMSCI, 1984).

Nesta concepção do bloco histórico as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, porém, tal “distinción de forma y de contenido [es] meramente didascálica, porque las fuerzas materiales no serían concebibles históricamente sin forma y las ideologías serían caprichos individuales sin las fuerzas materiales” (GRAMSCI, 1984: 160). Por conseguinte, no contexto de um Estado, devem ser observados tanto elementos da cultura e do pensamento, quanto elementos do domínio político, que interagem sobre o momento da hegemonia e do consenso como uma forma necessária do bloco histórico concreto (GRAMSCI, 1986).

Consideramos o bloco histórico como as estruturas político-partidárias que abarquem distintas matrizes de pensamento, sob preceitos gerais que acomodem as diferenças e apaziguem o potencial contestador das demandas dos dominados, paralelamente a uma organização econômica das forças produtivas que possibilita a aproximação e colaboração de variados grupos ou facções de classes, formando coalizões de classe que superem os interesses particulares e abarquem projetos mais amplos. Com esta concepção, faz-se imprescindível o estabelecimento de ideologias que possam ser universalizadas, mediando as tensões no interior do bloco, tanto na relação com os dominados quanto no seio da própria coalizão de classe dominante.

1.2 A hegemonia como fenômeno de controle social

Um aparato hegemônico difunde-se e abarca progressivamente as distintas esferas da vida social, permeando as atividades humanas por suas necessidades, concomitantemente ao processo de ideologização desta ordem de fatores, a fim de estabelecê-la como natural e necessária para a estabilidade coletiva. Para lograr isto, toda relação de hegemonia é essencial e necessariamente uma relação pedagógica. Portanto, uma ordem hegemônica sobrepõe-se aos interesses econômico-corporativos, pois estes restringem-se aos ímpetos de grupos ou classes determinadas, enquanto a hegemonia logra instaurar-se como projeto amplo para a coletividade, contudo, não deixando de representar os interesses da classe dominante (GRAMSCI, 1981b). Quando realiza-se o momento da hegemonia, instala-se uma coalizão de classe, núcleo para o bloco histórico hegemônico.

A hegemonia pressupõe a supremacia de determinado grupo ou classe social, exercendo uma liderança moral e intelectual no âmbito da sociedade civil. Tal grupo exerce sua liderança

antes mesmo de ascender ao poder, momento em que torna-se dominante. Todavia, mesmo após chegar ao poder não pode deixar de liderar. Gramsci diferencia o “dominar” do “liderar”, demonstrando que à segunda ação é imprescindível realizar certas concessões aos grupos subordinados, visando lograr com que estes tornem-se parte do projeto de dominação da classe que lidera (GRAMSCI, 1981a). Gruppi (2000) afirma que Gramsci inova por salientar o caráter de direção da hegemonia, frente à concepção tradicional, que foca em seu caráter de dominação.

De acordo com Macciocchi (1980), a consideração que Gramsci faz da hegemonia como uma transformação intelectual e moral, uma revolução cultural, levanta a necessidade de apreciação de dois momentos: não apenas após a tomada do poder, mas ainda durante a fase preparatória, possibilitando a realização das condições necessárias para a ascensão ao poder. A autora ainda aponta que o exercício do poder por um grupo social não expressa apenas as relações econômicas dominantes, mas também propicia a veiculação de determinados valores. Coutinho (1981) afirma que a concepção gramsciana de que só é possível ser classe dominante quando já se é classe dirigente, ou seja, quando já possui o consenso da maioria do bloco histórico, foi a grande inovação de Gramsci em seus últimos anos de liberdade.

Faz-se necessário, então, diferenciarmos dois níveis de análise cruciais no pensamento gramsciano, que correspondem aos dois cenários fundamentais para o exercício da hegemonia da classe dirigente: a sociedade civil e a sociedade política (Estado). A sociedade civil é definida como a direção intelectual e moral de uma sociedade. Por sua parte, o Estado trabalharia pela formação de uma vontade coletiva, com a estruturação de um corpo social completo, buscando tornar os objetivos e as ideias do grupo dominante em valores universais (GRAMSCI, 1999).

Neste cenário, o bloco ideológico surge como fator essencial da hegemonia por meio de um aspecto duplo. Por um lado, no próprio interior do bloco, na medida em que os representantes da classe dirigente passam a orientar os representantes dos demais grupos sociais. E, por outro lado, no nível mais amplo do bloco histórico, permitindo que a classe dirigente consiga controlar, por meio do bloco ideológico, outras camadas sociais. Como consequência desse duplo papel desempenhado pelo bloco ideológico, sua desagregação representa a separação tanto dos intelectuais em relação à classe dirigente, quanto dos grupos que eles representam (PORTELLI, 2002).

Com isso, quanto mais for ampliada a socialização da política, tornando a sociedade civil mais rica e articulada, “tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia

(pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia” (COUTINHO, 1981: 76).

Para Buci-Glucksmann (1979: 83), deve se observar que direção e dominação são dois elementos paralelos e congruentes, “pero la dirección política preliminar (política de alianzas y de masas) es la condición *sine qua non* para el ejercicio de una *dominación* – dirección real – que no se limita únicamente a la fuerza material otorgada por el poder del Estado”. De tal forma, fazem-se necessários elementos de atração da classe dirigente com relação às demais. Esta atração não é passiva, mas sim ativa, incluindo tanto elementos coercitivos quanto ideológicos.

Consequentemente, no aporte gramsciano, para conformar-se o estabelecimento de uma estrutura histórica pautada pela hegemonia, torna-se fundamental a aquiescência dos dominados ao projeto dominante, por meio do fator consensual, criando uma “autoconsciência” compatível com tal estruturação do poder. “La consciencia de hacer parte de una determinada fuerza hegemónica (es decir, la consciencia política) es la primera fase de una ulterior y progresiva autoconsciencia, en la cual teoría y práctica finalmente se unifican” (GRAMSCI, 1981b: 219).

O próprio Estado não é apenas um aparelho coercitivo, englobando também os elementos hegemônicos. A classe dominante exerce a sua dominação “não somente por meio da coação, através de seu aparelho policial, judiciário, etc., mas também por meio de sua hegemonia (dominação ideológica), pela qual ela neutraliza todo um conjunto de forças revolucionárias” (MACCIOCCHI, 1980: 129). Por conseguinte, o vínculo conformado entre a função de hegemonia com o conceito de sociedade civil redimensiona a primeira. Observamos em Gramsci uma concepção institucionalista da hegemonia (PORTANTIERO, 1979).

O espaço de constituição da hegemonia é a política, considerando que o grupo hegemônico é aquele que representa os interesses políticos do conjunto de grupos sociais que ele dirige. Todavia, Portantiero (1983) alerta para o fato de que se está claro que o conceito de hegemonia excede o campo econômico, também é essencial perceber que o mesmo não fica restrito ao campo da ideologia. “La hegemonía se realiza (...) a partir de aparatos hegemónicos que articulan cada bloque, instituciones de la sociedad civil que contienen en su interior el despliegue de las relaciones de fuerza o, si se prefiere, de la lucha de clases en todos sus niveles” (PORTANTIERO, 1983: 117).

A hegemonia é justamente a capacidade que um grupo social tem de descobrir características específicas de uma sociedade determinada (GRUPPI, 2000). De tal modo, a

hegemonia consiste em conhecimento, além da ação, e é por isso que deve ser considerada como a conquista de um novo nível de cultura, de descoberta de novos elementos que fundamentem sua atuação.

Portanto, utilizaremos o conceito de hegemonia como o exercício da dominação política por parte de um grupo social por meio de dois fatores essenciais para sua manutenção: o consenso e a coerção. Enquanto a classe dominante logra conservar seu predomínio utilizando-se do fator consensual, aprecia-se um projeto hegemônico. O fator coercitivo é empregado apenas marginalmente, para os casos desviantes. Quando a dominação se exerce com base na força, então observa-se o exercício de um poder ditatorial. O único caso em que o uso da força é contemplado no exercício da hegemonia é quando ela aparece apoiada pelo consenso da maioria expressado pelos chamados órgãos da opinião pública (GRAMSCI, 1981a). Entretanto, o elemento coercitivo não pode ser eliminado do exercício da hegemonia, pois reforça a autoridade por meio da capacidade de repressão, reafirmando a necessidade de legitimidade para a utilização da coerção, cabendo ao bloco de poder a capacidade de exercer a coerção, através da legalidade dos instrumentos disponíveis ao Estado (GRUPPI, 2000).

A violência política emerge como um elemento importante para delimitar a capacidade do grupo dirigente em sua empresa de governar os grupos subalternos, bem como para manter a coesão da coalizão de classe dominante. Quanto mais latente faz-se a sua utilização, mais se deteriora a capacidade de liderança e a autoridade do grupo dirigente. É dizer, enquanto a violência política permanece como um elemento dissuasório significa que o grupo dirigente continua possuindo os elementos necessários para liderar, ao passo que quando lança-se mão da violência política para legitimar sua dominação significa que o grupo dirigente já não possui a capacidade, ou a autoridade, de governar, necessitando submeter os dominados ou os demais grupos sociais integrantes do bloco hegemônico por meio da força.

1.3 A ideologia como elemento de unidade do bloco histórico

A ideologia é considerada como um instrumento prático para governar, de domínio e hegemonia social, consistindo em “un medio de conservación de instituciones políticas y económicas particulares” (GRAMSCI, 1986: 131). Cada concepção particular dos grupos internos das classes que se propõe a resolver os problemas imediatos e circunstanciais poderia ser considerada como ideologia. Contudo, Gramsci (1986) ressalta que a ideologia é uma concepção do mundo que possui a capacidade de converter-se em elemento pedagógico, uma

“expansividade” para as grandes massas, em suma, pode universalizar-se e passar de uma concepção particular de um grupo social para um “sentido comum” geral para a sociedade.

Outro ponto relevante apontado por Gramsci (1986: 177) é o culto da tradição, “que tiene un valor tendencioso, implica una elección y un fin determinado, o sea que es base de una ideología”. No entanto, as ideologias devem ser vistas como elementos dinâmicos, tendo em conta que são expressões da estrutura, e se modificam quando esta se modifica. Deste modo, o conceito gramsciano de ideologia refere-se à concatenação de tradição e dinamismo, um retorno frequente à tradição, não obstante, sendo imprescindível a adaptação aos movimentos da estrutura no processo de evolução da estrutura histórica.

Além disso, Gramsci (1986) afirma que as ideologias surgem como a “verdadeira filosofia”, pois são as perspectivas filosóficas que conseguem levar as massas a agirem de forma concreta, transformando a realidade. “Ellas, por lo tanto, serán el aspecto de masas de toda concepción filosófica, que en el "filósofo" adquiere características de universalidad abstracta, fuera del tiempo y del espacio, características peculiares de origen literario y antihistórico” (GRAMSCI, 1986: 140).

A hegemonia consistiria, fundamentalmente, na “capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe”. Um grupo social é considerado hegemônico enquanto consegue, por meio de sua atuação política, ideológica e cultural, “manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (GRUPPI, 2000: 70).

Os intelectuais são utilizados não somente para conseguir o apoio das massas, mas também para moldá-las ideológica e moralmente, seguindo a visão de mundo do grupo dirigente. “A “sociedade civil”, essa densa rede de instituições que vai da escola à igreja, passando pelos sindicatos, os partidos e todos os setores de atividades culturais e de especialização, não poderia funcionar sem a participação da poderosa massa dos intelectuais” (MACCIOCCI, 1980: 195). E é justamente na intelectualidade que tanto a sociedade política como a sociedade civil irão recrutar os seus quadros dirigentes.

Consequentemente, observa-se que a ideologia do grupo social dominante chega até os grupos subalternos por meio de inúmeros canais, “através dos quais a classe dominante constrói

a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar as consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia” (GRUPPI, 2000: 68). A dominação ideológica tem como objetivo a criação de uma consciência alienada nas classes oprimidas, dissimulando as contradições inerentes à sociedade dividida em classes (MACCIOCCHI, 1980).

É neste sentido que Macciocchi (1980) postula a imperatividade da revolução na mentalidade, no âmbito da superestrutura, a fim de superar a separação entre a infraestrutura e a superestrutura, que permite às elites dominantes isolarem os efeitos das crises econômicas do campo político. Faz-se necessária a transformação da concepção de mundo dos dominados, a fim de compreenderem os entrelaçamentos das esferas política e econômica, criando uma consciência completa da estrutura histórica.

Para Portantiero (1979), o conjunto das instituições privadas, que se agrupam no conceito de sociedade civil, consiste no cenário que protege o Estado da irrupção do elemento econômico imediato. É nestas instituições que expressa-se de modo mais profundo a hegemonia do grupo dominante, mas é também nelas onde encontramos a expressão do conflito social. Com isso, “son las instituciones de la Sociedad Civil el escenario de la lucha política de clases” (PORTANTIERO, 1979: 67).

Assim, os intentos de alteração da ordem social requerem projetos coletivos comprometidos com a modificação da estrutura histórica, oferecendo aos membros do grupo social empenhado no projeto transformador as diretrizes éticas, políticas, intelectuais e organizativas permeadas por tal intento, uma verdadeira identidade entre teoria e prática revolucionária, sendo que o grupo dirigente deve demonstrar sua possibilidade de assimilação por movimentos práticos (GRAMSCI, 1981b). De modo similar, Togliatti (1980) considera que não existe revolução sem uma doutrina revolucionária, do mesmo modo como não existe uma doutrina de vanguarda sem um partido de vanguarda.

Uma proposta factível de promoção do poder das classes dominadas passa pela modificação da consciência das massas, saindo de seu comodismo criado pela classe dominante, para deflagrar um processo real de câmbio social. Para ocorrer tal fenômeno, Gramsci (1981a) determina a imprescindibilidade da alteração do conformismo dos dominados, para uma postura ativa e reivindicativa, transformadora das instituições políticas. É no conformismo que Gramsci encontra uma das formas mais eficazes de manutenção da dominação.

Em suma, de acordo com Gramsci, o modo mais efetivo de se observar o potencial crítico de quaisquer projetos de mudança social é a aquiescência das massas aos seus anseios. “La adhesión o no adhesión de las masas a una ideología es el modo por el cual se verifica la crítica real de la racionalidad e historicidad de los modos de pensar” (GRAMSCI, 1981b: 226).

De tal modo, o conceito de ideologia é aqui concebido como o elemento empregado pela classe dominante para governar, para difundir uma consciência política nos dominados que possibilite a sua dominação, utilizando-se das instituições e organizações da sociedade civil para a socialização que represente seus interesses. Conseqüentemente, são consideradas ideologias as concepções de mundo que conseguem constituir-se em noções universais, que criem um “sentido comum” para toda a sociedade, alcançando fazer com que as concepções de mundo específicas do grupo social dominante tornem-se massificadas.

1.4 O partido político como unificador da vontade coletiva

Gramsci (2000: 195-196) alerta para a debilidade dos grupos sociais reivindicadores frente ao bloco histórico hegemônico, tendo em conta a incapacidade de algumas organizações políticas de se perpetuarem ao longo do tempo na luta por suas demandas, sempre e quando não possuam um grau de organização similar às instituições mais complexas e hierarquizadas, como os partidos políticos. Por isso, “no se puede pensar en una ‘pasión’ organizada y permanente: la pasión permanente es una condición de orgasmo y de espasmo, que determina incapacidad para actuar”.

Efetuando uma metáfora com a obra de Nicolau Maquiavel, Gramsci (1999) afirma que o príncipe moderno é o partido político. Sua afirmação parte da concepção de que o partido político estudado por Gramsci propõe-se a fundar um novo tipo de Estado, tendo em vista que foi racional e historicamente fundado com este fim. Gruppi (2000: 74) considera que “o moderno Príncipe é para Gramsci um unificador, um grande reformador intelectual e moral. (...) é, na realidade, expressão de um processo coletivo, de uma vontade coletiva dirigida para um determinado fim político. Hoje é o partido que cria uma vontade coletiva”. A alteração que Gramsci faz, em comparação com Maquiavel, é uma necessidade histórica relativa às sociedades modernas, mais complexas, onde não cabe mais a um indivíduo singular o desempenho das funções de agente da vontade coletiva, porém é um organismo social, o partido político, que possui tal papel (COUTINHO, 1981).

Gramsci (1999: 104), então, questiona-se: quando um partido se faz necessário historicamente? Imediatamente respondendo: “Cuando las condiciones de su ‘triumfo’, de su inevitable hacerse Estado están, por lo menos, en vías de formación y dejan prever normalmente sus desarrollos ulteriores”. De tal forma, os partidos nascem e são constituídos em organizações para dirigirem a situação em momentos historicamente vitais para a sua classe ou facção de classe. “Pero no siempre saben adaptarse a las nuevas tareas y a las nuevas épocas, no siempre saben desarrollarse según la evolución de las correlaciones globales de fuerza (y, por tanto, la posición relativa de sus clases)” (GRAMSCI, 1999: 142).

Neste sentido, apresentam-se duas formas de partido: o partido de elites, constituído por uma elite de homens cultos, que têm a função de dirigir desde o ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins; e o partido de massas, que como massas não têm outra função política que a da fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (GRAMSCI, 1999).

De modo similar, Togliatti (1980) ressalta a necessidade da construção de um “partido novo”, fundamentalmente de massa, que logre atrair a intelectualidade de vanguarda, os operários e os camponeses. Assim, se conformaria um partido que conseguisse conter todas as forças e capacidades necessárias para dirigir as grandes massas operárias e camponesas na luta pela conquista do poder. O partido se conformaria em uma força dirigente, no “intelectual coletivo que dirige a luta pela conquista do poder e se serve do poder político para organizar uma nova sociedade” (TOGLIATTI, 1980: 179). O partido é “o unificador da teoria e da prática” (GRUPPI, 2000: 73).

O partido político é um elemento imprescindível para o exercício da hegemonia. Segundo Gruppi (2000), não é possível considerar-se a hegemonia de uma classe sem a existência do partido. É ele que consegue unificar a ação e o pensamento, fornecendo a visão do conjunto. Buci-Glucksmann (1979) destaca o caráter de “soldadura” do partido, visando a conformação de um projeto que incorpore elementos novos e antigos, em todos os aspectos da sociedade, tanto a civil quanto a política. É o partido que possui o papel de sintetizar os elementos do bloco histórico, articulando os seus distintos grupos sociais em um corpo unitário (COUTINHO, 1981).

Para existir um partido político faz-se necessária a confluência de três elementos: 1) um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação vem dada pela disciplina e a

fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo; 2) o elemento coesivo principal, que centraliza-se no âmbito nacional e dá eficiência e potência a um conjunto de forças que se fossem abandonadas a si mesmas não teriam maior relevância. Este elemento está dotado de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora; e 3) um elemento médio que articula o primeiro elemento com o segundo, pondo-os em contato, não somente “físico” mas também moral e intelectual (GRAMSCI, 1999).

Portanto, quando empreende-se a análise de um determinado partido político é preciso distinguir: o grupo social; a massa do partido; a burocracia e o Estado Maior do partido. Gramsci (1999: 142-143) adverte para a imprescindibilidade de que os três elementos interajam no interior do partido, tendo na burocracia a sua força consuetudinária e conservadora fundamental. Alerta-se para a possibilidade da burocracia constituir-se como um corpo solidário e autossuficiente, sentindo-se independente da massa dominada. Neste momento ocorre o que Gramsci (2000: 195) chamou de “mumificação” da organização política frente à articulação da sociedade, não conseguindo representar e atender às demandas da sociedade civil, e a burocracia conforma-se em uma força conservadora e retrógrada. De tal modo, nos momentos de crise aguda a organização torna-se anacrônica, com vazio de conteúdo social fazendo com que parecesse estar “apoiada no ar”.

Buci-Glucksmann (1979: 133) evidencia o caráter de mediação da burocracia entre o Estado e a sociedade civil, emergindo como mediadora de uma nova relação entre ambos. “Factor de unificación social y política, funciona como instrumento de hegemonía en el aparato de Estado, y como unificación burocrática del bloque en el poder”.

Analisando as relações entre os intelectuais e os partidos políticos, Gruppi (2000: 81) afirma que os partidos elaboram seus próprios intelectuais, além de contribuírem para o fornecimento de intelectuais ao Estado. “O intelectual, na verdade, se forma como quadro no partido e depois assume uma função estatal; os partidos, porém, formam o intelectual de modo mais orgânico, mais vinculante que o Estado; e formam intelectuais de um tipo determinado”.

Realizando uma síntese da concepção gramsciana do partido como intelectual coletivo, Togliatti (1980: 216) assinala que é através do partido que o grupo social supera a consciência econômico-corporativa e atinge a consciência política. A atuação do partido na sociedade civil e na sociedade política objetiva a sua transformação. Sua atividade volta-se criativa, cultural, a “construção consciente de um mundo novo”.

Nesta mesma senda incluem-se as considerações de Macciocchi (1980) sobre o partido como intelectual coletivo, afirmando a imperatividade de uma formação ideológica fundamentalmente de massas, como uma condição essencial para o exercício da hegemonia. Isso ocorreria pois “se o papel específico dos intelectuais é orquestrar o consenso e servir de cimento entre infraestrutura e superestrutura, cabe ao “intelectual coletivo”, pela sua solidez e pela sua coesão, servir como tecido integrador do bloco histórico” (MACCIOCCHI, 1980: 201).

Mesmo que todo partido político seja a representação de um grupo social, existem partidos que representam um grupo social sob condições determinadas quando exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses específicos do próprio grupo e os demais grupos, buscando fazer com que o desenvolvimento histórico do grupo representado seja produzido com o consentimento e com o auxílio dos grupos aliados, quando não dos próprios grupos decididamente adversos (GRAMSCI, 1999), representando a cristalização da coalizão de classe dominante. É neste sentido que as alianças são vistas como um ponto central e decisivo para a conquista do poder e a hegemonia. E, como tais alianças são amplas, só poderiam ser expressadas no nível político, quer dizer, em partidos políticos. Este é o conceito de partido político que utilizaremos na análise do processo político paraguaio.

1.5 Os intelectuais como a “soldadura” do partido político

De acordo com Gramsci, para ocorrer a transformação do organismo histórico é necessário que as forças produtivas também se alterem, que surja uma intelectualidade nova, vinculada ao novo ordenamento, em contraposição à intelectualidade relativa às antigas forças dominantes (GRAMSCI, 1981b).

Essa problemática emerge da pretensa desvinculação de alguns intelectuais em relação à coletividade. Inicialmente, há de questionar-se, como o fez Gramsci (1981b: 30), se “los intelectuales constituyen un grupo social autónomo e independiente, o cada grupo social posee su propia categoría especializada de intelectuales”. A complexidade inerente ao problema é causada, segundo Gramsci (1981b: 30), pela multiplicidade de formas assumidas pelo “proceso histórico real de formación de las diversas categorías intelectuales”.

De todas as formas assumidas por tal processo destacam-se duas. A primeira diz respeito ao grupo dos intelectuais orgânicos, que pode ser concebida como a camada de intelectuais que dá homogeneidade e consciência da própria função a um grupo social, não apenas no campo econômico, como também no campo político. A segunda forma assumida refere-se ao grupo

dos intelectuais tradicionais, que representam grupos sociais da estrutura histórica anterior, considerando-se autônomos ou independentes do grupo social dominante (GRAMSCI, 1981b). Em nosso estudo nos centraremos na concepção de intelectual orgânico, por ser aquela que consegue integrar a atividade intelectual com o corpo social de modo que é possível observar a influência da intelectualidade nas relações políticas e econômicas.

Analisando a forma orgânica de intelectualidade, Buci-Glucksmann (1979: 346-347) aprecia a adesão orgânica entre os intelectuais e o povo, entre dirigentes e dirigidos, como condição política necessária para a formação de um bloco histórico. “Este tipo de dirección política *orgánica*, y por lo tanto, *hegemónica*, excluye toda clase de relación burocrático-formal en la sociedad”. Consubstancia-se, então, uma relação orgânica entre os representantes e os representados, que é fundamental para a manutenção do aparato hegemônico.

A classe dominante precisa suscitar o surgimento de novas intelectualidades, vinculadas com as massas e que tenham contato com elas, os intelectuais orgânicos. Isto ocorreria pois o aparato de hegemonia não pertence somente ao campo da reprodução ideológica, necessitando vincular-se com o aparato econômico, por meio do surgimento de novas funções de produção, bem como vincular-se como relação social, por meio da mediação das relações entre dominantes e dominados (BUCI-GLUCKSMANN, 1979). Contudo, Portelli (2002) aponta que além da formação de seus próprios intelectuais, a hegemonia implica ao grupo social dominante a imperatividade de absorção dos intelectuais representantes dos grupos aliados, a fim de se conformar de fato um bloco ideológico, fundamento do bloco histórico hegemônico.

Observa-se uma correspondência entre a concepção dos intelectuais e a da burocracia, em Gramsci: a função mediadora, o espaço onde se organizam as relações entre dominantes e dominados. Considerando-se a análise dos intelectuais e da burocracia, “el problema de la relación entre estado y clases dominantes se hace más complejo: no basta con una ligazón lineal surgida del modo de producción, sino que es necesario ahondar en las formas específicas con que la mediación entre economía y política es constituida” (PORTANTIERO, 1983: 47).

A noção de intelectual orgânico utilizada neste estudo diz respeito aos intelectuais que participam da estrutura partidária, atuando na direção política do partido, como representantes da classe dominante que mediam as relações com os demais grupos sociais, como a “soldadura” do bloco histórico. Esses intelectuais logram a confluência da atividade intelectual com a

atuação partidária, fazendo com que seu trabalho intelectual consiga influenciar na própria estrutura partidária.

O intelectual aparece, assim, como o elaborador da hegemonia, como o elemento que garante o consenso para as forças dominantes, além de garantir a base de massas para a classe dominante, por meio da utilização da persuasão e da educação. São os intelectuais que elaboram a ideologia e que dão homogeneidade à classe dominante e à sua direção.

1.6 Elementos para a análise da evolução da estrutura histórica

Para uma análise justa das forças em atuação em determinado período, é necessário partir do âmbito de dois princípios:

a) que ninguna sociedad se plantea tareas para cuya solución no existen ya o están, por lo menos, en vías de aparición y desarrollo, las condiciones necesarias y suficientes; b) que ninguna sociedad desaparece y puede ser sustituida si antes no se han desarrollado todas las formas de vida que están implícitas en sus relaciones (GRAMSCI, 1999: 129).

Consequentemente, deve se ter em conta a existência de diversos níveis de correlação de forças, partindo da correlação de forças internacionais, passando pela correlação de forças sociais objetivas, ou seja, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, chegando às correlações de forças políticas e de partido, quer dizer, os sistemas hegemônicos dentro do Estado, bem como as correlações políticas imediatas, potencialmente militares (GRAMSCI, 1999).

No interior da correlação de forças deve se distinguir diversos momentos ou graus, que fundamentalmente são: 1) uma correlação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva, que pode ser medida com os sistemas das ciências exatas ou físicas, dizendo respeito às forças materiais de produção; 2) em um momento seguinte observa-se a correlação de forças políticas, ou seja, a valorização do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos diversos grupos sociais. A correlação de forças políticas corresponde aos diversos momentos da consciência política coletiva, tendo na hegemonia sua representação superior; e 3) a correlação de forças militares, onde podem ser distinguidos dois graus: o militar em sentido estrito ou técnico-militar e o grau que pode ser chamado político-militar, quando entra em consideração a legitimação da utilização da violência nas relações políticas (GRAMSCI, 1999). Para Gramsci (1999), o desenvolvimento histórico oscila entre o primeiro momento e o terceiro momento, tendo no segundo momento o fator de mediação.

Quando o fator de mediação falha, ocorre a separação dos grupos sociais de seus partidos tradicionais, o que, segundo Gramsci (1999), é inerente a um certo ponto da evolução histórica dos grupos sociais. Neste momento, os partidos tradicionais, sua forma organizativa, seus representantes e dirigentes, deixam de ser reconhecidos como expressão própria por parte de sua classe ou facção de classe à qual representava. “Cuando se producen estas crisis, la situación inmediata se hace delicada y peligrosa, porque queda abierta a las soluciones de fuerza, a la actividad de potencias oscuras, representadas por hombres providenciales o carismáticos” (GRAMSCI, 1999: 140-141).

Estas são situações de contraste entre os representantes e os representados, dirigentes e dirigidos, que Buci-Glucksmann (1979) define como “crise de representação política”. Como tal, concebe-se enquanto uma crise de hegemonia da classe dirigente. Gramsci (1999) assinala duas causas que podem produzir tal crise: a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político que encampava, e que havia solicitado ou imposto à força o consenso das grandes massas – como pode ser observado no caso de uma guerra; ou as massas dirigidas passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e demandam certas reivindicações que em seu inorgânico conjunto constituem uma revolução. Por conseguinte, quando se reporta a uma crise de autoridade corresponde precisamente à crise da hegemonia, ou à crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 1999).

Gruppi (2000) reconhece que no pensamento gramsciano a crise refere-se principalmente ao nível da superestrutura, por dizer respeito a uma crise de hegemonia. Porém, o autor ressalta que, como essa crise envolve toda a sociedade, todo o bloco histórico, ela deve ser vista como uma totalidade do processo social, envolvendo tanto a estrutura quanto a superestrutura.

Não obstante, enquanto os elementos que conformam a estrutura histórica hegemônica não tenham sido superados, “la clase dirigente tradicional, que cuenta con un numeroso personal adiestrado, cambia los hombres y los programas y se hace nuevamente con el control que se le estaba escapando de las manos, y puede hacer todo esto con mayor celeridad que las clases subalternas” (GRAMSCI, 1999: 141). Outra solução ao problema da crise de autoridade vislumbra-se na solução da reafirmação da hegemonia: por um lado, algumas concessões aos grupos subordinados, a fim de manter a preponderância do grupo social dominante e, por outro lado, a cooptação dos grupos ascendentes dentro da coalizão de classe dominante, com a

conformação do bloco histórico hegemônico que permita a acomodação dos interesses conflituosos, dispondo de maiores benefícios aos grupos ascendentes.

Seguindo os apontamentos de Gramsci, esta é uma das ferramentas utilizadas pela classe dominante para legitimar seu domínio perante as demais, impedindo que ecloda um processo contestatório e que lhe destitua do poder, formando uma nova hegemonia (GRAMSCI, 1981a). Para tanto, altera-se a elite dirigente, sem alterar a estrutura do poder. O domínio continua sendo da classe ou setor de classe dominante, de modo que as ações do governo estarão determinadas pelas necessidades e anseios destes grupos. Enquanto for mantida a ordem política e econômica em favor da classe dominante, o grupo dirigente seguirá no poder.

Para Portelli (2002), a solução orgânica para a crise de hegemonia implicaria no uso combinado de elementos de hegemonia – basicamente com relação aos grupos auxiliares e aliados – e elementos de coerção – com relação aos grupos antagônicos. Deve-se observar qual dos elementos prevalece na solução da crise, determinando se o sistema permanecerá hegemônico ou se tornará ditatorial.

Entretanto, quando a crise de autoridade não logra encontrar esta solução orgânica da hegemonia, oferece-se espaço para a solução do chefe carismático, providencial, que possa mediar o conflito entre os diversos grupos ou facções de grupos sociais. Isto significaria a existência de um equilíbrio, em que “ningún grupo, ni el conservador ni el progresista, tiene fuerza para hacerse con la victoria, y que incluso el grupo conservador tiene la necesidad de un amo” (GRAMSCI, 1999: 142).

A solução carismática sintetizar-se-ia na busca de um líder moderador, capaz de articular os interesses divergentes dos grupos que lutam pelo poder, como na concepção gramsciana de “cesarismo”. É uma figura política fundada no personalismo, no messianismo, um “grande árbitro” capaz de conciliar as tensões e conflitos nacionais, consubstanciado em uma grande personalidade heroica (GRAMSCI, 1999). Gramsci (1999) ressalta que a figura do cesarismo é essencial para a manutenção do modelo de dominação, conciliando os interesses dissonantes das elites, e possibilitando seu consenso quanto aos rumos do projeto de dominação. O cesarismo seria a forma de dirimir as tensões intra-elites e manter a conformação do bloco histórico hegemônico, quando as soluções orgânicas estão, pelo menos temporariamente, obstadas (GRAMSCI, 1999).

O cesarismo pode ser progressivo ou regressivo, tendo sua diferença referindo-se ao propósito da arbitragem do “grande líder”. O progressivo é relativo à mediação com vistas à promover as forças progressivas da sociedade, com certos compromissos e limitações para a vitória, e o regressivo diz respeito à mediação promotora das forças conservadoras, igualmente com certos compromissos e limitações para a vitória (GRAMSCI, 1999).

Conforma-se, assim, uma situação na qual o equilíbrio das forças fundamentais da sociedade gera um impasse ao “grande árbitro”, necessitando posicionar-se quanto ao grupo social que representa, ficando entre as forças progressistas e conservadoras, ao mesmo tempo em que sua imobilidade deriva na acentuação da conflituosidade inerente à situação de impasse, expressando-se em “una situación en la cual las fuerzas en lucha se equilibran de modo catastrófico” (GRAMSCI, 1999: 149).

Em síntese, existem dissensões dentro das elites governantes, dentro dos partidos tradicionais, dentro da coalizão de classe dominante, o que faz emergir a necessidade histórica de uma figura essencial para a manutenção da dominação política, podendo ser o príncipe moderno, o partido político, ou o grande árbitro do conceito de cesarismo em Gramsci. Seriam dois tipos de conformação da hegemonia, capazes tanto de unificar o bloco histórico hegemônico quanto de angariar o consenso dos dominados, uma conformação pautada pela organização do grupo social dominante e a outra pela personalização da mediação dos conflitos (GRAMSCI, 1999). A forma organizada resolve a situação de crise em um período mais longo, ao passo que a forma personalizada é uma solução mais rápida, contudo, restringindo-se à atuação do grande árbitro.

No estudo de uma estrutura histórica devem ser distinguidos os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados “conjunturais” (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Ainda que os fenômenos conjunturais também dependam de movimentos orgânicos, não possuem um significado histórico mais amplo, pois fomentam uma crítica política branda, referente apenas aos pequenos grupos dirigentes e aos representantes que têm a responsabilidade direta do poder. Por sua parte, os movimentos orgânicos engendram uma crítica histórico-social mais ampla, referente às grandes agrupações, transcendendo a crítica pura e simples aos responsáveis imediatos e aos dirigentes (GRAMSCI, 1999).

Soma-se a isso o fato de que cada grupo social necessita precisar sua tradição, seu passado, para elencar a partir deste os elementos que permitam a superação das contradições momentâneas e prosseguir seu desenvolvimento. Quando o grupo social compreende e justifica o seu passado, logra identificar a “linha do desenvolvimento real”, cometerá menos erros na sequência de seu desenvolvimento histórico, pois identificará mais elementos positivos sobre os quais se apoiará para criar “uma nova história” (GRAMSCI, 1981b: 254).

De tal modo, considera-se a hegemonia como método para o controle do conflito social. O apaziguamento da conflituosidade inerente ao modo de produção capitalista seria alcançado a partir, por um lado, da cooptação dos grupos ascendentes e, por outro lado, da dominação dos subordinados. Contudo, existem momentos em que ocorre a intensificação dos conflitos, principalmente entre as elites, conformando-se em momentos de transição hegemônica. O que cabe analisar, como apontado por Gramsci, é à quais mudanças que estes conflitos levam, se rupturas ou apenas acomodação de forças no bloco histórico, devendo se observar se são fenômenos orgânicos ou conjunturais os que estamos estudando.

Depois de estabelecermos a forma como Gramsci teoricamente trabalha a hegemonia como um processo histórico, construído desde antes do momento em que o bloco histórico assume o poder, passaremos agora para a apreciação do processo de evolução da estrutura histórica paraguaia, a fim de observar como o coloradismo e o liberalismo conseguiram conformar um bloco histórico hegemônico, e como lograram sua manutenção como dois principais projetos de organização da sociedade paraguaia nos últimos 120 anos.

2 O PROCESSO DE EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA HISTÓRICA PARAGUAIA

Analisando a evolução da política paraguaia a partir da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), podemos estabelecer uma periodização que delimita cinco grandes cortes temporais: o período liberalista (1870-1936); o período nacionalista (1936-1948); o período de anarquia (1948-1954); o período stronista (1954-1989); e o período de democratização (1989-atualidade).

Passaremos agora para a apresentação dos aspectos gerais de cada um desses períodos a fim de visualizar a evolução histórica dos projetos hegemônicos colorado e liberal, bem como seus efeitos para a estrutura histórica paraguaia, especificamente para a conformação do bloco histórico hegemônico, possibilitando que posteriormente adentremos na análise específica dos intelectuais representantes de tais projetos a fim de compreendermos seu papel na manutenção do bloco histórico hegemônico.

2.1 O período liberalista

Segundo Florentín (2010), emergiu certo consenso entre a elite liberal conformada a partir do final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) acerca de três mudanças fundamentais a serem produzidas. Primeiro, o país necessitava ser reconstruído depois da devastação causada pela guerra. Segundo, politicamente o período resultava na adoção de uma Constituição liberal com a consequente, gradual e incompleta liberalização política. E terceiro, com a adoção de regras capitalistas, o sistema econômico decididamente abria-se ao setor privado.

Entre os principais eventos do período podemos listar a política de venda de terras públicas e a fundação dos partidos políticos Liberal e Colorado em 1887. A conformação de um bloco histórico hegemônico no Paraguai pós-guerra está diretamente relacionada com as políticas governamentais perpetradas a fim de sanar as angustiantes circunstâncias financeiras do país. Como o Estado era o maior proprietário de terras – herdando as terras da Coroa Espanhola, dos jesuítas e dos López, assim como dos títulos cujos proprietários e descendentes haviam desaparecido na guerra –, com esta garantia lograram-se empréstimos junto aos bancos ingleses (PASTORE, 2008). Não obstante, como tais empréstimos se perderam entre uma infinidade de intermediários, passou-se a recorrer à venda das propriedades públicas para garantir os ingressos necessários às contas públicas (CARDOZO, 2013).

O novo sistema econômico tornou-se aplicável dada a união entre os capitais estrangeiros e os líderes políticos locais. As grandes empresas asseguraram aos dirigentes políticos participarem nos lucros, sendo que os segundos deveriam facilitar ao máximo a atuação das primeiras no Paraguai (WARREN, 2010). Ademais, no processo de venda das terras públicas, os caudilhos oficialistas saíram favorecidos (PASTORE, 2008), convertendo-se em grandes proprietários revivendo o antigo sistema das *encomiendas* (CARDOZO, 2013).

As disputas políticas pela liderança da coalizão de classe dominante levaram à conformação dos dois partidos políticos que passariam a dominar o cenário político nacional a partir deste momento. O Partido Colorado fundou-se para reunir ao oficialismo sob a mesma bandeira política, o projeto de manutenção de seu predomínio sobre a facção rival reunida no Partido Liberal. Todavia, as lealdades pessoais permaneciam como um dos principais elementos das relações políticas do período, dada a condução personalista do Partido Colorado, nas mãos dos generais Bernardino Caballero e Patricio Escobar (CHAVES, 2013).

Assim, paralelamente à conformação do sistema econômico neocolonial (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010), em 1887 formalizou-se um sistema político que com o tempo canalizaria a participação política, homogeneizando os cambiantes grupos políticos que existiam anteriormente. Porém, a mera existência de duas agrupações políticas, uma delas de oposição, não representou o desaparecimento da fraude e da violência, ferramentas recorrentes no expediente dos conflitos pelo poder. A inovação residia no fato de que agora os conflitos estariam organizados de um modo muito mais claro (FLORENTÍN, 2010).

A relação entre a estrutura partidária e a estrutura de classes nos apresenta traços que permitem a aproximação dos colorados aos latifundiários, sendo que alguns dos latifundiários eram líderes oficialistas, bem como a aproximação dos liberais com as elites comerciantes, vinculadas com o mercado bonaerense. Ambas as agrupações políticas buscavam a identificação com as classes trabalhadoras, sendo que os colorados focavam sua atuação nos camponeses, enquanto os liberais voltavam-se mais para os operários e trabalhadores das indústrias extrativas que instalavam-se no país.

O período é caracterizado pela conformação de dois momentos de hegemonia. A hegemonia dos colorados entre 1880 – quando o general Bernardino Caballero, futuro fundador do Partido Colorado, assume o poder – e 1904 foi mantida com a subversão do processo eleitoral, utilização da repressão para relacionar-se com a oposição – sempre buscando contar

com o suporte da opinião pública para legitimar a repressão –, engendrando vários eventos de conflito e o afastamento dos liberais das vias normais para tomarem o poder, resultando na Guerra Civil de 1904 (CIANCIO, 2008; WARREN, 2010). Por sua vez, a hegemonia dos liberais entre 1904 e 1936 foi mantida com o afastamento da oposição, havendo apenas uma eleição presidencial com dois candidatos, em 1928, considerada como a primeira eleição minimamente democrática do Paraguai (LÓPEZ MOREIRA, 2014). Do mesmo modo, os vários levantamentos armados, rebeliões e revoltas pelo poder, se solucionaram com a ampla utilização da violência política, resultando em um clima de revanchismo (BREZZO, 2010).

Nesse cenário de rebeliões e movimentos armados, Florentín (2010) destaca que o golpe malgrado deflagrado pelos liberais em 18 de outubro de 1891 suscitou a intensificação dos faccionalismos dentro dos partidos políticos. Os moderados de ambos os partidos se aproximaram politicamente, enquanto os extremistas firmavam posição acerca de suas diferenças políticas. Assim, tem-se o seguinte panorama: no Partido Liberal as facções se polarizavam entre os cívicos – mais propensos à aproximação com os colorados moderados – e os radicais; e no Partido Colorado a ala dura era liderada pelo general Caballero – *caballeristas* –, enquanto a ala moderada era conduzida pelo presidente González (1890-1894) e pelo general Egusquiza, no que seria conhecida posteriormente como a facção *egusquicista*.

Os fatores que levaram ao debilitamento do regime colorado podem ser assim elencados: cisão interna entre *caballeristas* e *egusquicistas*; a perda de apoio de grupos pecuaristas e exportadores, ademais dos assalariados e camponeses que viam sua renda se deteriorar aceleradamente; aproximação dos setores cívico e radical do liberalismo, fomentando a proposta revolucionária; e o apoio argentino aos revolucionários (BREZZO, 2010).

Em 1904 estala a Guerra Civil encampada pela Revolução Liberal, que resulta na derrocada da hegemonia colorada e o início do período de hegemonia dos liberais. Entre 1904 e 1912 observa-se um período de “anarquia liberal”, no qual o Partido Liberal entrou em profundas divergências internas e faccionalismos (LÓPEZ MOREIRA, 2014). Desde o Pacto del Pilcomayo (que finalizou a Guerra Civil de 1904) até a ascensão presidencial de Eduardo Schaerer (em agosto de 1912), nove presidentes chegaram ao poder e cinco revoluções perturbaram a ordem política, em um clima de profunda instabilidade (BREZZO, 2010). Segundo López Moreira (2014: 264), o período pode ser considerado como marcado pelas “rivalidades entre las facciones del Partido Liberal, los intentos de recuperar el poder de los

nacional-republicanos, la irrupción de nuevos caudillos militares en la escena política y el apoyo de la cancillería argentina y brasileña a los distintos bandos en pugna”.

A estabilização política foi alcançada graças à conformação de uma coalizão de classe que conseguiu minimamente responder às demandas dos grupos econômicos preponderantes no momento: por um lado, latifundiários e agroindustriais, que haviam apoiado a revolução de 1904 por sentirem-se preteridos pelos governos colorados da década de 1890, e por outro lado, comerciantes internacionais e os representantes do sistema financeiro, desde a fundação dos partidos políticos mais próximos dos liberais. Para Brezzo (2010), a relativa estabilidade política vivenciada entre 1912 e 1923 foi lograda com a ascensão ao poder da facção dos liberais radicais, o principal grupo político do período, ainda que em sua parte final observamos a Guerra Civil de 1922-1923, transcendental para o período posterior.

Para Aquino (2013: 11) a Guerra Civil de 1922-1923 representou uma mescla nefasta entre “civiles ambiciosos, militares testarudos, políticos titubeantes y población indiferente”. Por sua parte, Brezzo (2010) ressalta que o exército foi derrotado na contenda. Todavia, a autora aponta que este exército não era nacional, senão que particularista, pois não estava respondendo a uma estrutura determinada, institucionalizada, e sim as ordens de Eduardo Schaerer. Com isso, destaca-se no período o fato de que “las Fuerzas Armadas fueron derrotadas por un ejército conformado por civiles en su mayoría” (BREZZO, 2010: 86).

Após a finalização da Guerra Civil de 1922-1923 conformou-se um processo de crescente liberalização política, consequência da reacomodação de forças favorável aos liberais radicais, que continuavam sendo o principal grupo político atuante, ainda que prosseguissem as tensões internas advindas dos permanentes faccionalismos, não completamente superados.

Entretanto, no início da década de 1930 a situação econômica paraguaia era desfavorável, fomentada pela crise de 1929 (quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque) e a queda nos preços das *commodities* que pautavam as exportações paraguaias – principalmente o algodão, mas também as madeiras e a erva mate – o que, paralelamente ao “crack” argentino, principal comprador dos produtos paraguaios, apenas complicavam ainda mais as perspectivas de recuperação. Como consequência, “el cierre y quiebra de comercios, la especulación, el desempleo y el alto costo de vida aquejaron grandemente a la clase trabajadora, cuyos efectos motivaron una migración masiva al exterior” (LÓPEZ MOREIRA, 2014: 282).

Como o Partido Liberal era o grande defensor do modelo econômico baseado no comércio internacional dos produtos mais competitivos da matriz produtiva paraguaia, diretamente vinculado com a economia argentina, mais especificamente Buenos Aires, a crise de 1929 representou uma crise de todo o projeto político e econômico ecampado pelos liberais. A crítica dos colorados partia de uma concepção nacionalista, defendendo a intervenção estatal na economia, priorizando a atividade agrícola e reafirmando sua aproximação com as elites latifundiárias, por um lado, e com as massas camponesas, por outro lado.

Este primeiro grande período da história política paraguaia aqui estudado finaliza-se com um evento transcendental para a evolução da estrutura histórica. A Guerra do Chaco, conflagrada entre 1932 e 1935 pela Bolívia e o Paraguai pela posse do Chaco Boreal, definitivamente foi crucial para a política e a economia paraguaia do período, além de impactar diretamente nas possibilidades de estabilização do período posterior. “La movilización de la población – obreros, campesinos, estudiantado – fue espontánea y veía con recelo la agresiva política exterior boliviana (...). Por otro lado, criticaban lo que consideraban una displicente y floja postura gubernamental en lo referente a la defensa del territorio” (VERÓN, 2010: 21).

Para Mendoza (2013), no final da contenda o Paraguai – bem como a Bolívia – estava quase com suas finanças esgotadas, não havendo possibilidade real de uma vitória total no conflito. No tramo final do conflito visualizava-se a deterioração da situação interna paraguaia, fomentada principalmente pela aguda crise financeira. O presidente Ayala (1932-1936) asseverou que o país passava por seu pior momento desde a Guerra da Tríplice Aliança. “En bancarrota, de punta con la Liga de Naciones y bajo presión argentina para aceptar las modificaciones bolivianas a la fórmula de paz” (VERÓN, 2010: 129).

2.2 O período nacionalista

Este período vai de 1936 até 1948, representando uma grande alteração no contexto político paraguaio. Sua característica central foi a tensão entre civis e militares, consequência direta e imediata da finalização da Guerra do Chaco e a afirmação dos militares no cenário político paraguaio, buscando conformarem-se em um grupo social autônomo, com seu programa político próprio, rivalizando com os partidos políticos tradicionais.

O Exército passou a ser o intérprete das reivindicações populares, das grandes massas camponesas. Neste afã, a revolução febrerista de 1936 e o posterior governo do coronel Rafael Franco (1936-1937) buscaram apagar os últimos resquícios de um sistema liberalista que se

mostrava obsoleto e impopular (RODRÍGUEZ, 2010). Para tanto, reivindicava-se o nacionalismo como a força motriz do governo, e realizaram-se reformas importantes em diversas áreas, como o projeto de reforma agrária e a reforma educativa. No entanto, equivocou-se ao carecer de convergências políticas entre os movimentos, partidos e lideranças que lhe deram apoio, razão pela qual quando ocorreu sua derrocada, 18 meses depois, a resistência foi praticamente nula (FARINA, 2013). Ocorreu a “mumificação” da organização política, como analisada por Gramsci.

Os febreristas buscavam identificar-se com aqueles setores da estrutura de classe que haviam sido negligenciados pelo projeto liberal, que lhes dessem suporte popular, encontrando nos camponeses que lutaram na Guerra do Chaco tal elemento. Contudo, os febreristas disputavam com os colorados a adesão dos camponeses, ainda mais se recordarmos que os colorados foram precursores da preocupação com a defesa do Chaco, bem como eram historicamente atuantes junto aos camponeses do interior do país, enquanto os liberais aproximaram-se historicamente com os comerciantes e com os setores da burguesia urbana ligados ao comércio internacional, o que levou a buscar a adesão de massas junto aos operários e trabalhadores das indústrias extrativas.

Outro elemento a ser destacado é o fato de que a implantação do novo ideário político foi demasiado brusca. Para López Moreira (2014), a população não estava habituada com as transformações radicais e foi criando-se um ambiente crescentemente opressivo. Não obstante a ascensão do febrerismo e do militarismo, o período representou o último intento de restabelecimento do sistema liberalista. Consequência desta tentativa de reafirmação liberal foi o recrudescimento do pensamento contrarrevolucionário, afirmando-se o pensamento conservador com profundas raízes autoritárias, mesmo no interior dos partidos Colorado e Liberal (RODRÍGUEZ, 2010).

O governo do general Estigarribia (1939-1940) – fundado com base na aproximação de militares e liberais, com o papel de mediador personalizado por Estigarribia, o comandante da vitória do Chaco – recebia a oposição principalmente dos estudantes, dos febreristas e da juventude liberal, mantendo uma relação de contestação entre os estudantes e o governo. A contestação dizia respeito, fundamentalmente, à legislação autoritária e social legada por Estigarribia. “La Constitución del 40 es la menos democrática que haya tenido el Paraguay entre de cuatro Cartas que tuvieron vigencia en el siglo XX. Estableció sin ambages un proyecto político social y autoritario” (RODRÍGUEZ, 2010: 50).

Estigarribia morre vítima de um acidente de aviação em 8 de setembro de 1940. *Post mortem* é ascendido ao posto de Marechal. “El ejército se hizo cargo de la situación. En su seno era intenso el sentimiento contra los partidos políticos, que Estigarribia había tratado de contener” (CARDOZO, 2013: 154). O ministro de guerra de Estigarribia, o general Higinio Morínigo, assume a presidência e prontamente expulsa da administração aos colaboradores liberais. A ascensão de Morínigo significaria o ingresso definitivo do partido militar na política paraguaia, suscitando profundas consequências para os períodos posteriores.

O governo de Morínigo, entre 1940 e 1948, teve como característica central o autoritarismo, facilitado pela legitimação que lhe dava o marco da Constituição de 1940 (GOIRIS, 2000). O principal grupo político atuante no período foi o dos militares nacionalistas, pois os partidos políticos ficaram restringidos a uma posição de segundo plano. Neste marco, destaca-se o Decreto Executivo que dissolveu o Partido Liberal, em 1942.

Neste período aumentaram as perseguições políticas, criaram-se campos de concentração e estabeleceu-se a pena de morte por delitos políticos, assim como perseguiram-se os membros dos partidos políticos (CARDOZO, 2013). Rodríguez (2010) considera o governo de Morínigo como decidido a realizar a sistematização da ditadura militar, mantendo-se seis anos (1940-1946) sem fazer nenhuma classe de concessão aos partidos políticos, quando proclamou-se a Revolução Nacional (GOIRIS, 2000). Nesse sentido, Morínigo sistematizou os métodos de repressão contra a dissidência política que passou a ser, por um lado, criminalizada e, por outro lado, transformada em inimiga. “Desde su tiempo hay fichas policiales sistemáticas de los opositores en la policía, la tortura se estableció como medio sistemático de castigo, de obtención de información y desánimo de los prisioneros” (RODRÍGUEZ, 2010: 54). Além disso, implantou-se um Estado de Sítio e instalaram-se tribunais para a defesa do governo, que estavam autorizados a aplicar a pena de morte por delitos políticos cometidos contra o governo (LÓPEZ MOREIRA, 2014).

Contudo, como consequência das crescentes pressões por liberdade política, em junho de 1946 se desencadeou o processo conhecido como “primavera democrática”. Ainda que a institucionalidade do governo continuava sendo autoritária, sua legitimidade passou a depender da liberalização da atividade política. A liberalização se deu de modo desordenado, “las calles se llenaron de manifestaciones, exiliados, huelgas, discursos y también encontronazos. De nuevo hay aterrados, ya que, después de haberse considerados enemigos, los grupos políticos estaban conviviendo” (RODRÍGUEZ, 2010: 65). Constituiu-se um governo de coalizão com a

participação de colorados e febreristas, além de estar liberada a atividade política dos partidos Liberal (levantando-se o decreto que lhe havia dissolvido em 1942) e Comunista.

Os febreristas sentiam-se paulatinamente afastados da estrutura governamental, em benefício dos colorados, e em janeiro de 1947 decidem abandonar o gabinete. Deflagra-se, então, o golpe de Estado colorado-moriniguista, mantendo Morínigo como presidente e os colorados nos ministérios, sobrepondo-se aos militares institucionalistas e de outras afiliações partidárias (CARDOZO, 2013). Com isso, depois de 43 anos afastado do poder, o Partido Colorado voltou a tornar-se a principal força política nacional (RODRÍGUEZ, 2010). Por conseguinte, os militares opositores se sublevaram e tiveram a adesão de liberais, febreristas e comunistas, dando início à Guerra Civil de 1947. Este evento postulou a oposição de duas formas políticas, a revolucionária e a contrarrevolucionária, em disputa pelo poder. Ademais, a violência política utilizada no conflito foi determinante para a evolução da estrutura histórica paraguaia. Em suma, “la iniciativa democrática fue desplazada del orden político paraguayo donde viviría (...) como experiencia política marginal, a veces apenas como expresión fugaz. Igualmente, el mecanismo para frenar las intenciones democráticas sería a partir de 1947 la violencia política” (FLORENTÍN, 2013: 14).

Na Guerra Civil de 1947 considera-se que houve uma crise de autoridade, com uma irreconciliável fratura no bloco histórico hegemônico, onde os militares haviam se partidariado e já não respondiam ao poder constituído, mas sim ao grupo político que defendiam. Houve participação popular, principalmente sob o marco do grupo colorado dos *guiones rojos*, porém esta participação foi mais de ordem militar (FLORENTÍN, 2013). Portanto, a Guerra Civil de 1947 representou uma ruptura na estrutura histórica, na acepção gramsciana, em que se constituiu um grupo social dominante que não somente excluiu as facções rivais do poder, mas que excluiu grande parte desta oposição do país, notando-se que um dos resultados da Guerra Civil de 1947 foi o exílio de milhares de paraguaios para os países vizinhos. Segundo Florentín (2013) foram 400.000 emigrados por causa do conflito, número corroborado por López Moreira (2014) e por Cardozo (2013), sendo que esta cifra representava quase um terço da população da época.

2.3 O período de anarquia

A Guerra Civil de 1947 implicou efeitos orgânicos na estrutura histórica, representando uma ruptura com a ordem precedente, na qual o bloco histórico hegemônico foi alterado com a

afirmação do poder colorado-militar e a exclusão definitiva dos opositores (CIANCIO, 2008; FLORENTÍN, 2013). Confirmou, neste sentido, a impossibilidade de reconciliação das facções do grupo social dominante em disputa pelo poder, sendo que os próprios membros da facção vitoriosa não logravam superar suas dissensões internas.

Observou-se uma ruptura na estrutura histórica, com a conseqüente inauguração de um novo período, cujos elementos perdurarão, inclusive havendo autores que afirmam sua presença ainda na atualidade (como CIANCIO, 2008 e FLORENTÍN, 2013). Uma das conseqüências do conflito foi a ampla utilização da violência política como resposta às demandas por liberalização política, considerando os setores que buscavam maior participação política como golpistas e subversivos, devendo serem combatidos a fim de manter-se o poder constituído, instrumentalizando um modelo de relação política fundado no autoritarismo (GOIRIS, 2000).

O período que vai desde o final da Guerra Civil de 1947 até a ascensão do general Alfredo Stroessner ao poder, em 1954, é marcado pela incapacidade dos líderes civis de estabilizarem a correlação de forças resultante do conflito. O Partido Colorado, triunfante na contenda, se dividiu entre democratas e *guiones rojos*. Os *guiones rojos*, inicialmente vitoriosos na contenda, por terem organizado as milícias civis, logo perdem espaço por suas posturas políticas intransigentes (CIANCIO, 2008).

A situação política deteriora-se graças à incapacidade governamental na resolução dos problemas econômicos agudos: inflação crescente; déficit orçamentário persistente; queda na produção; baixa no nível de renda das classes assalariadas (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010). Para Farina (2013: 11), os governos do período não escaparam do caótico ambiente político que surgiu após o conflito, “con la consecuente intolerancia cerril, rayana a lo criminal, y una abrumadora desorganización económica que tuvo una secuela devastadora: la pobreza atroz y una situación general de atraso que ponían al Paraguay en una posición colindante con la marginal en Sudamérica”.

Neste cenário, o golpe de Estado de 1954, que levou Stroessner ao poder, evidenciou que o Partido Colorado havia praticamente esgotado sua credibilidade e suas possibilidades de candidatos presidenciais, todos os quais haviam se mostrado incapazes de assegurar a governabilidade e a estabilidade do país (CIANCIO, 2008). Por sua parte, as Forças Armadas, mesmo que afetadas pelas disputas que se sucederam desde 1947, ainda monopolizavam o

principal fator de poder: o uso da força, ou a ameaça de seu uso, a sua utilização como fator de dissuasão (BRUN, 2014).

O projeto de domínio político colorado pautou-se pela exclusão de toda a oposição, principalmente os liberais, febreristas e comunistas, convertendo-se em partido único. Contudo, “al convertirse en partido único desde 1947, la lucha de predominio se instauró entre los grupos oligárquicos del propio coloradismo, para acabar fatalmente en una dictadura personalista” (FARINA, 2013: 58). O equilíbrio catastrófico das forças (GRAMSCI, 1999) levou à busca de um “grande árbitro” que pudesse dar um mínimo de estabilidade política e garantisse os interesses econômicos empresariais e latifundiários.

2.4 O período stronista

A ascensão do general Alfredo Stroessner ao poder representou a implantação da figura do “grande árbitro” gramsciano para garantir a estabilização da nova estrutura histórica. Para tanto, recorreu-se a uma coalizão entre o “grande árbitro”, o Partido Colorado e as Forças Armadas – o chamado tripé do stronismo, a unidade granítica – a fim de conformar uma nova organização do bloco histórico hegemônico que deveria subordinar-se à coalizão supracitada (BRUN, 2014). A configuração dessa aliança determinará os rumos do bloco histórico hegemônico na segunda metade do século XX.

Consideramos o papel desempenhado por Stroessner na estrutura histórica paraguaia como o do “grande árbitro” do conceito de cesarismo pois possibilitou a reconstrução do bloco hegemônico após o momento de ruptura da Guerra Civil de 1947. No momento em que a correlação de forças apresentou um equilíbrio catastrófico, no período de anarquia política que seguiu-se à Guerra Civil de 1947, fazia-se necessária a ascensão de uma figura que permitisse a “solución arbitral” do conflito (GRAMSCI, 1999). Para Gramsci (1999), nestes momentos a figura carismática, messiânica, emerge como necessária para responder aos anseios por estabilização dos setores dominantes do bloco histórico, porque além de responder a essa demanda dos grupos dominantes, também pacifica as massas com a sua atuação carismática.

Por ser a figura proeminente no interior das Forças Armadas, Stroessner buscou a resolução da crise por meio da mediação personalista. Para tanto, conseguiu liderar os dois principais órgãos da sociedade paraguaia naquele momento: as Forças Armadas e o Partido Colorado. Sua atuação possibilitou a estabilização do bloco histórico, reorganizando a correlação de forças com o predomínio da trilogia Stroessner-Forças Armadas-Partido

Colorado. Para conseguir isso, Stroessner empreendeu a reestruturação das Forças Armadas e do Partido Colorado, aproximando-os definitivamente e possibilitando a sua liderança em ambos os órgãos.

Com tal panorama, a solução encontrada para a crise de hegemonia pela facção do grupo social dominante que ascendeu ao poder foi a da personalização. Como apontado por Gramsci (1999), tal solução é perigosa, por abrir espaço para a perpetuação no poder do líder, enquanto seja reconhecido como mediador dos conflitos entre as facções da classe dominante pelo poder. Como resultado desses fenômenos, Stroessner logrou manter-se no poder por quase 35 anos (maio de 1954 até fevereiro de 1989) (CIANCIO, 2008).

Analisando de modo geral a estrutura histórica desse período, a correlação de forças sociais resultante foi a agroexportadora, dada a transformação da política econômica encampada pelo grupo social que assumiu o poder, enfocando na produção dos complexos agroexportadores e na dependência dos capitais estrangeiros (CIANCIO, 2008; FLORENTÍN, 2013). A correlação de forças políticas resultante, depois de um início conturbado, conseguiu estabilizar-se criando uma consciência coletiva advinda da hegemonia do grupo liderado por Stroessner que ascendeu ao poder. Isto foi alcançado com a exclusão definitiva da oposição, inclusive a dissidência do Partido Colorado, que partiu em massa para o exílio, ao passo que se formou no Paraguai a aliança que deu suporte à “unidade granítica” (BRUN, 2014; CIANCIO, 2008; FLORENTÍN, 2013). E a correlação de forças militares se alterou para um profundo caráter político-militar, dada a vinculação das Forças Armadas com o projeto político colorado, a chamada coloradização das Forças Armadas (CIANCIO, 2008; FLORENTÍN, 2013; RODRÍGUEZ, 2010).

Com o stronismo o Partido Colorado foi militarizando-se gradualmente e fortalecendo uma estrutura de 229 seccionais de grande poder que penetrava todo o tecido social, tanto vertical como horizontalmente, pois chegava aos mais remotos povoados do interior do país (GOIRIS, 2000). “Las seccionales cumplían un doble rol: eran las administradoras del clientelismo político y a la vez se constituyeron en un ejemplo de aplicación de la doctrina de la contra insurgencia aplicada por una burocracia civil” (BRUN, 2014: 15).

Segundo Brun (2014), existem três classes de fatores estruturais interdependentes que devem ser levados em conta no estudo do stronismo, e que são particularmente relevantes. Primeiramente, o caráter tradicional e pouco desenvolvido da estrutura demográfica e

econômica, bem como de seu correlato, a estrutura social e a sólida aliança do stonismo com as elites econômicas dominantes. Em segundo lugar, é preciso compreender a natureza do sistema de partidos políticos e o fortalecimento das Forças Armadas como ator político autônomo. E por último, deve analisar-se o impacto do contexto internacional, a Guerra Fria e a doutrina de segurança nacional.

O stonismo garantiu a defesa dos interesses das elites tradicionais, tanto o setor pecuarista como o de comércio de exportação e importação em grande escala, e das elites emergentes, o agronegócio e a construção para o Estado, conformando uma “classe burguesa fraudulenta” (GOIRIS, 2004). E as elites econômicas tradicionais e emergentes cambiaram os ônus de governar pelos bônus dos lucros crescentes com a expansão da economia impulsionada pelo Estado (BRUN, 2014). O governo autoritário de 35 anos estabeleceu um sistema econômico profundamente dependente do Estado, que necessitava de entradas sistemáticas de divisas para quitar sua dívida externa, sendo respeitado internacionalmente pelos pagamentos da mesma (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010).

Para sustentar o modelo agroexportador conformado para expandir os ingressos internacionais e financiar as importações de capital, efetuou-se desde o governo do general Alfredo Stroessner a crescente expulsão do campesinato e a concentração de terras para possibilitar a produção extensiva dos principais complexos agroexportadores, três deles tornando-se os fundamentais: a soja, o algodão e a pecuária. Para tanto, faziam-se necessárias consideráveis extensões de terras e de maquinários e insumos para a produção de tais complexos agrícolas. Com isso, 85% das terras passaram a estar em posse de 1,6% dos proprietários, enquanto no outro extremo 6,2% das terras ficaram em posse de 80,6% dos proprietários, em um quadro de profunda concentração de terras em latifúndios voltados para a produção dos principais complexos agroexportadores (VILADESAU, 2003).

Stroessner abriu o país para os grandes produtores estrangeiros, especialmente para os brasileiros e, por meio de fraudes e títulos ilícitos, distribuíram-se grandes extensões de terras fiscais para os latifundiários estrangeiros (VILLAGRA, 2014). Desta forma, consolida-se o grande latifúndio no Paraguai, que se tornou uma das maiores problemáticas para os governos democráticos pós-Stroessner. O regime autoritário stonista entregou como fazendas grandes extensões de terra fiscal a civis e militares de seu primeiro escalão, e facilitou a expansão de médios e grandes produtores brasileiros, basicamente, na fronteira Leste (Alto Parana), à custa da marginalização dos camponeses paraguaios (FOGEL, 2006).

Enquanto os colorados oficialistas vinculavam-se com esse modelo econômico priorizando as relações com os latifundiários e os empresários do setor de construção, os liberais criticavam o modelo, defendendo a implantação de uma alternativa industrializadora, reafirmando sua proximidade com os setores industriais e os comerciantes internacionais.

Do ponto de vista político-institucional, para Ciancio (2008), Stroessner havia logrado concentrar o poder. Controlava o partido, as Forças Armadas e o governo. Formalizou um sistema político com um Parlamento submisso e uma oposição que não ameaçava a estrutura de poder, conformando-se com os poucos espaços que o stronismo lhe oferecia, a chamada “oposição tolerada”. Soma-se a isso a existência de um Poder Judiciário sem autonomia, respondendo às necessidades do aparato repressivo stronista.

Quando Stroessner evidenciou a motivação da instrumentalização da repetição no governo, modificando várias vezes a Constituição para poder reeleger-se indefinidamente, encaminhando o regime para uma ditadura vitalícia com crescentes abusos do poder, suscitou a oposição no interior do próprio Partido Colorado (CIANCIO, 2008). Brun (2014) ressalta cinco aspectos de interesse teórico para a compreensão da queda do stronismo, em fevereiro de 1989: 1 – o problema da sucessão, por ser um regime personalista; 2 – a sultanização em sua fase derradeira, com as lealdes políticas e econômicas diretamente vinculadas ao “grande líder”; 3 – a crise militar agravada pela rígida imobilidade de sua estrutura hierárquica, encampada por Stroessner; 4 – a oposição interna ao stronismo foi fundamental; 5 – a mudança do contexto internacional teve um papel muito importante, com o governo estadunidense deixando de apoiar os regimes autoritários e visando disseminar os sistemas democráticos.

Podemos adicionar a esse panorama analítico a profunda crise econômica e financeira dos anos 1980, advinda da finalização das principais obras da Usina Binacional de Itaipu, a queda nos preços dos principais produtos de exportação, o aumento das taxas de juros internacionais, paralelamente ao endividamento para financiar a manutenção do sistema econômico da década anterior e a crise imobiliária, principalmente nas regiões de recente urbanização (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010; VILLAGRA, 2014).

Com este cenário, ocorreu a deterioração do poder stronista, fruto do próprio tempo. A corrupção marcante nas obras públicas, especialmente nas hidrelétricas binacionais (Itaipu com o Brasil e Yacyretá com a Argentina), foi um dos fatores fundamentais para a perda de coesão do Partido Colorado (GOIRIS, 2004). A “unidade granítica” ruía, e o poder stronista era

contestado. O descontentamento popular se manifestava em distintos estamentos da sociedade, resultado da deterioração acelerada da situação econômica. Já não haviam mais elementos que legitimassem o regime stronista frente à população, exceto o temor da repressão.

Realizando um balanço do período stronista, Ciancio (2008) apresenta as seguintes conclusões: suas falhas dizem respeito a violação dos direitos humanos, repressão desumana, administração judicial limitada, massacres, e principalmente a generalização da corrupção; quanto aos acertos, dizem respeito ao relativo crescimento econômico, as obras de infraestrutura, o ordenamento financeiro e monetário, a assistência à educação e, em menor medida, à saúde. Contudo, “la corrupción que se incrementó durante su gobierno fue la peor herencia que nos dejó. “El precio de la paz” corrompió la salud moral de la República” (CIANCIO, 2008: 95).

2.5 O período de democratização

Por mais que o momento e a forma como aconteceu a queda de Stroessner pudesse gerar certa surpresa, essencialmente por ocorrer em um momento que Stroessner buscava “eternizar-se no poder”, o processo que se seguiu ao golpe de 3 de fevereiro de 1989 confirmou as expectativas de que o período pós-stronista colocaria aos novos governos sérios problemas para reconstruir uma coalizão governante e alcançar um nível mínimo de hegemonia. As dificuldades para acumular o poder necessário para estruturar um esquema de governo alternativo exigiriam a adoção de uma solução de compromisso, hegemônica, na qual deveriam ser incluídos ao menos alguns setores liberalizantes. Seria com esta abertura no interior da coalizão governante que se desencadearia um processo de liberalização que possibilitaria uma eventual democratização. Portanto, “el post-stronismo se constituiría así en una coyuntura con alto potencial democratizante no necesariamente por la fuerza de los sectores democráticos sino por las altas chances de producir dicho resultado como sub-producto de la lógica que acaba de desencadenarse” (BRUN, 2010: 17).

O advento da democracia paraguaia no início da década de 1990 aflorou o latente potencial dos movimentos sociais contestatórios da ordem oligárquica (BOZZOLASCO, 2013), suprimidos pela ditadura do general Alfredo Stroessner por mais de três décadas (1954-1989). Entretanto, verificou-se na prática a manutenção do domínio dos partidos tradicionais, a Asociación Nacional Republicana (Partido Colorado) e o Partido Liberal Radical Auténtico

(Partido Liberal), nos principais cargos representativos da democracia nacional (PAREDES, 2013).

A participação dos partidos tradicionais na Câmara dos Deputados deu-se nos seguintes patamares:

Quadro 1. Participação dos partidos tradicionais na Câmara dos Deputados

Partido/Eleição	1989	1993	1998	2003	2008	2013
ANR (Partido Colorado)	67%	48%	56%	46%	36%	56%
PLRA (Partido Liberal)	29%	41%	33%	26%	34%	34%
Total ANR-PLRA	96%	89%	89%	72%	70%	90%

Elaboração própria.

Fonte: TSJE (2013).

Mesmo com as oscilações observadas, os dois partidos tradicionais sempre dominaram mais de 70% das cadeiras na Câmara dos Deputados, sendo que nas últimas eleições observa-se uma renovação de tal fenômeno.

Quanto à participação dos partidos tradicionais no Senado, os dados são os seguintes:

Quadro 2. Participação dos partidos tradicionais no Senado

Partido/Eleição	1989	1993	1998	2003	2008	2013
ANR (Partido Colorado)	67%	44%	53%	36%	33%	42%
PLRA (Partido Liberal)	31%	38%	29%	27%	31%	29%
Total ANR-PLRA	98%	82%	82%	63%	64%	71%

Elaboração própria.

Fonte: TSJE (2013).

Observa-se uma tendência de desconcentração até as últimas eleições, quando novamente os partidos tradicionais ascendem sua participação no Senado, com cerca de 70% das cadeiras.

A disparidade entre as expectativas de câmbio político e social e a manutenção da hegemonia da política tradicional pode ser elucidada por dois fenômenos: o positivismo da ideologia formalista, considerando apenas a faceta legalista das instituições democráticas, preterindo o fato de que estas instituições são compostas por relações sociais (essencialmente políticas, e permeadas pelo fator econômico) e que estas pautavam-se pelo domínio das elites nacionais conformadas pelo sistema econômico do período stronista (BRUN, 2010; CIANCIO, 2008; GOIRIS, 2004); ademais, a atomização dos movimentos sociais contestatórios enfraquecia o potencial que poderia derivar-se de sua junção, visando à conquista do poder no Paraguai (CIANCIO, 2008; PALAU, 2007; PALAU, 2014).

O incipiente processo de democratização paraguaia padeceu de uma sucessão de problemas para a sua consolidação. A ameaça permanente de golpes de Estado – três delas receberam grande atenção pública nacional e internacional –, o assassinato do vice-presidente da República Luis María Argaña em 1999, as denúncias recorrentes de fraudes em todas as eleições desde o início do processo de democratização, resultando na falta de confiança nos resultados fornecidos pelas urnas (BRÍTEZ; CABALLERO, 2010). Todos esses fenômenos criaram um ambiente de crescente descrença na representatividade do sistema, concomitantemente à mitigação de lideranças que representassem as demandas da cidadania (GOIRIS, 2000; GOIRIS, 2004).

No entanto, além das mudanças político-institucionais ocorridas, o Paraguai presenciou, a partir da década de 1990 uma série de transformações em sua sociedade que implicaram desafios adicionais para o sistema político, por engendrar novas demandas por parte dos grupos sociais afetados. Nesse contexto, observou-se: o aumento do êxodo rural e a aceleração do processo de urbanização, concomitantemente à precarização do acesso à moradia e o aumento da especulação imobiliária; maior alcance da instrução pública, não necessariamente gerando melhoria em sua qualidade; maior acesso às tecnologias digitais; subemprego estrutural, fomentado pelo aumento populacional nos principais centros comerciais do país; consolidação de um novo modelo de desenvolvimento e acumulação capitalista como predominante em uma zona extensa do país, com o cultivo mecanizado da soja e a pecuária extensiva, cada vez mais intensivas em capital e menos em mão de obra (BOZZOLASCO, 2013; ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010).

Com isso, os setores marginalizados, excluídos, e majoritários, como o camponês, ocupantes urbanos de zonas precárias, trabalhadores informais, demandam maior cobertura e

eficiência das políticas sociais do governo, além de medidas que sinalizem para soluções estruturais para os problemas que lhes afetam. Por sua parte, os setores da elite econômica nacional assumem uma atitude preventiva ante medidas que pudessem afetar seus interesses, destacando-se: a reforma fiscal, fundamentalmente no concernente à aplicação do imposto de renda e do imposto às exportações de grãos; aumento dos gastos públicos em políticas sociais, financiado pelo aumento da carga tributária; maior controle e regulamentação da produção agrícola, basicamente no tocante ao uso das sementes transgênicas e dos agrotóxicos (BOZZOLASCO, 2013).

Para Brun (2010), a partir dos anos 1990 evidenciaram-se os problemas relativos à capacidade estatal para fazer frente às demandas levantadas pela população, que ingressava diretamente nos cálculos de poder pela via eleitoral. Observava-se um crescente déficit público, fomentado por baixos níveis de arrecadação e altos níveis de gastos burocráticos, resultando em poucos recursos para políticas públicas. O cenário consistia em uma concatenação de um Estado maior (pressão burocrática alta) porém mais débil (pressão tributária baixa).

Brítez; Caballero (2010) ressaltam que a década de 1990 apresentou sucessivas crises econômicas e financeiras, notando-se um fenômeno em que o crescimento do Produto Interno Bruto esteve abaixo do crescimento populacional. Ainda que o governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) logrou bons resultados macroeconômicos, o que poderia colocar um quadro de perspectivas mais esperançosas para o início do novo século, os autores afirmam que tais resultados tão somente beneficiaram-se de um contexto internacional favorável, com a valorização das principais *commodities* paraguaias no mercado internacional.

Entretanto, o grande problema da economia paraguaia no início dos anos 2000 consistia no desemprego e subemprego, resultando na precarização do mercado laboral (ESPÍNOLA GONZÁLEZ, 2010). Os principais efeitos da manutenção do modelo econômico são o crescimento econômico descontínuo e sem distribuição, legando o aumento da desigualdade. Visualiza-se, assim, um processo de dualidade produtiva, com profundos efeitos sobre o emprego, resultando em um panorama no qual os benefícios do modelo econômico são concentrados.

O comodismo do Partido Colorado foi visível nas novas eleições, confirmando sua hegemonia nos pleitos nacionais de 1993, 1998 e 2003, graças à desarticulação da oposição e a incapacidade das elites progressistas em estabelecer alianças que permitissem a alteração do

padrão de poder nacional, em mãos dos colorados. No entanto, as várias crises políticas enfrentadas durante os governos colorados, juntamente com o fortalecimento de movimentos sociais reivindicadores de mudanças na política nacional, demonstravam os limites à hegemonia oligárquica sob seu comando (PAREDES, 2007).

Durante o mandato de Juan Carlos Wasmosy (1993-1998) ocorreu a intentona golpista do general Lino Oviedo, em 1996. No mandato seguinte, de Raúl Cubas Grau (1998-1999), os acontecimentos do Março paraguaio revelaram as profundas e persistentes cisões entre distintos grupos do coloradismo. Primeiro o assassinato do vice-presidente Luis María Argaña, em 23 de março de 1999, seguido pela escalada de tensão e violência entre o setor oviedista e os demais, culminando na morte de sete jovens e a renúncia de Cubas, frente a possibilidade da eclosão de uma guerra civil. E em 2000 ocorreu outra tentativa de golpe de Estado dos oviedistas (CIANCIO, 2008).

As articulações entre liberais e a esquerda paraguaia desenvolvem-se durante o governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008), visando o pleito de 2008. Estas aproximações resultam na formação da Alianza Patriótica para el Cambio (APC). Neste momento, emerge a necessidade de considerar duas facetas da APC: a possível (aliança com o setor progressista da oligarquia, mantendo a hegemonia desta com algumas concessões aos dominados) e a desejável (um governo que iniciasse o estabelecimento de um Estado progressista e promotor do câmbio social no Paraguai).

A campanha aliancista focava-se na crítica às debilidades e às incapacidades dos governos colorados, bem como no fomento aos alentos transformistas de grande parte dos movimentos sociais do campesinato paraguaio (PAREDES, 2008). Tal plataforma direcionava-se à modificação da elite governante, sem prever alterações no padrão de dominação, pois o modelo econômico nacional seguiria o mesmo, sendo distinta apenas a sua forma de condução (BOZZOLASCO, 2013). Representa a consubstanciação das categorias gramscianas de domínio (do aparato estatal-coercitivo) e direção (política das massas), tendo em conta o Estado ampliado na nova faceta do sistema capitalista, que deve dirigir os anseios divergentes provenientes das variadas formas de organização da sociedade civil.

Por conseguinte, a APC representou uma novidade histórica para a política paraguaia, no concernente ao seu potencial agregador das propostas contestatórias à estrutura histórica vigente. A ascensão de Fernando Lugo (2008-2012), ex-bispo de San Pedro, ao Executivo

nacional esteve intimamente relacionada com o apoio recebido dos movimentos sociais, que por seu potencial eleitoral, delimitaram os rumos das eleições de 2008 (POZAS, 2009). “La división partidaria, la corrupción y el desgaste por los años de transcurridos, a más de la opción de cambio que reclamaba gran parte del pueblo, volcaron la adhesión cívica por el religioso Fernando Lugo” (CIANCIO, 2008: 113).

Não obstante todas essas implicações, as eleições de 2008, e o governo de Fernando Lugo, representaram um grande marco para a história política paraguaia. Primeiro, foi a derrota do coloradismo após 61 anos de hegemonia no Executivo nacional, tanto em sistemas autoritários quanto na democracia (PAREDES, 2013). Segundo, desde a fundação dos partidos tradicionais, em cerca de 120 anos, foi apenas o terceiro período não governado por um colorado ou liberal² (CIANCIO, 2008). Terceiro, foi a primeira transição institucional de governo entre presidentes de diferentes signos partidários (POZAS, 2009). Além de representar a primeira alternância partidária no Executivo nacional durante o processo de democratização.

Efetuando uma análise geral do período que vai das eleições de 1998 até as eleições de 2008, Brítez; Caballero (2010: 17) afirmam que estes dez anos da história paraguaia nos demonstram precisamente que nem sempre a realidade vêm a confirmar os postulados das teorias políticas. “Las elecciones de 1998 se ajustan a parámetros capaces de otorgar al Paraguay la licencia de una transición concluida, pero apenas un año después se produce una de las crisis políticas más dramáticas de nuestra historia, que dio como resultado un pronunciado retroceso institucional”. Por outro lado, observam-se os eventos de 2008, “cuando la caída del Partido Colorado se ha convertido en una especie de causa nacional capaz de cubrir todos los errores y omisiones del nuevo régimen por el hecho de habernos dado la alternancia”. Apenas quatro anos depois constata-se um novo desafio ao processo de democratização, com a deposição do presidente Fernando Lugo por meio do juízo político (PAREDES, 2012).

Portanto, considerando-se a estrutura histórica do Paraguai surgida após a Guerra da Tríplice Aliança, podemos afirmar que o Paraguai foi dominado por um único bloco histórico hegemônico. Por mais que sejam apreciadas as dissensões e faccionalismos no interior do bloco, com os vários episódios de violência política, tais fenômenos representam a disputa dos grupos sociais pela direção do bloco histórico. Os distintos grupos sociais que pugnaram pela direção do bloco não colocaram em discussão a contestação do mesmo, propondo uma nova

² Os outros dois foram os de Rafael Franco, militar (1936-1937); e Higinio Morínigo, militar (1940-1948).

conformação. Ademais, do ponto de vista das classes subalternas, não consolidou-se nenhum projeto de contra-hegemonia que conseguisse rivalizar com o bloco hegemônico.

Ademais, quando apreciamos a conexão da estrutura partidária com a estrutura de classes observamos que historicamente os colorados estiveram mais próximos dos latifundiários e o setor agrícola, ao passo que os liberais aproximaram-se dos comerciantes urbanos e do setor industrial. Os colorados também aproximaram-se do setor empresarial vinculado com a construção, fomentado pelas obras públicas empreendidas pelo regime stronista, criando um empresariado da construção civil diretamente ligado com a elite partidária colorada. Com relação ao apoio de massas, os colorados buscaram a adesão do campesinato, ao passo que os liberais tentaram aproximar-se dos operários e dos trabalhadores das indústrias extrativas, os assalariados em geral.

Após a exposição deste panorama geral de evolução da estrutura histórica paraguaia desde 1870 até a atualidade observamos o estabelecimento de hegemonias dos dois partidos tradicionais, conseguindo mitigar os projetos alternativos que surgiam tanto no seu interior quanto nos demais partidos e movimentos políticos que surgiam. Compreendendo teoricamente, a partir do aporte gramsciano, a importância dos intelectuais para os projetos hegemônicos, empreender-se-á agora a análise do papel dos intelectuais orgânicos no interior dos partidos tradicionais, e como conseguem realizar o momento de hegemonia de seus respectivos partidos.

3 ANÁLISE DO PAPEL DOS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS NA ESTRUTURA PARTIDÁRIA COLORADA E LIBERAL

Neste capítulo apresentaremos as categorias de que lançamos mão para a análise das narrativas das obras estudadas, bem como suas principais formas de apresentação possíveis. Na sequência define-se a periodização utilizada para a investigação, com seus respectivos marcos fundamentais, além dos principais grupos internos dos partidos tradicionais, cujos intelectuais orgânicos são apresentados e analisados nas seções seguintes.

As obras e documentos são estudadas por meio de uma análise da narrativa apresentada nos mesmos. Considerando as seis categorias analíticas foco do estudo, verificamos à qual forma de apresentação das categorias a narrativa desenvolvida pelos autores mais se aproxima. Do mesmo modo, os documentos são examinados quanto às categorias analíticas, observando-se os argumentos afirmados pelos partidos e a quais possibilidades estes argumentos mais se aproximam. É possível observar que nem todas as categorias possuem a mesma relevância nas obras e documentos, o que também permite observarmos quais são os elementos que receberam maior atenção pelos intelectuais e pelos partidos ao longo do tempo.

Levando em conta os principais elementos teóricos elencados a partir da análise do arcabouço gramsciano, paralelamente aos fenômenos mais relevantes incidentes na evolução da estrutura histórica paraguaia, definimos seis categorias analíticas para apreciar a atividade dos intelectuais orgânicos dos partidos estudados, definindo as principais possibilidades de apresentação das categorias, que serão, por sua vez, as possibilidades buscadas na análise da narrativa e argumentação das obras dos intelectuais e dos documentos partidários.

A primeira categoria consiste na **relação Estado/Forças Armadas**. Seu objetivo é posicionar a ideologia dos partidos e seus ideólogos quanto ao modo como deveria dar-se a relação entre a instituição castrense e as demais instituições do Estado paraguaio. Algumas formas de apresentação poderiam ser: *institucionalista* (Forças Armadas atuando na defesa da Constituição e das instituições vigentes); *partidarista* (as Forças Armadas como representantes de um grupo político, argumento muito utilizado pelos colorados principalmente durante o stronismo); *primado da ordem* (Forças Armadas atuando na defesa do governo, da ordem política estabelecida).

A segunda categoria é o **modelo de inserção internacional**. O objetivo desta categoria é analisar como os partidos tradicionais concebem a forma de interação do Paraguai com o

Sistema Internacional, principalmente no que diz respeito ao modelo econômico adotado para promover tal inserção, adequando-se às exigências do Sistema Internacional ou buscando uma estratégia autônoma. Algumas formas de apresentação poderiam ser: *integracionista* (seguindo as tendências dos principais centros de poder mundial); *autonomista* (buscando parâmetros próprios para a inserção internacional); *isolacionista* (abster-se do jogo da política mundial).

A terceira categoria é a **interpretação da evolução da estrutura histórica**. Objetiva-se apresentar a forma como os dois partidos tradicionais interpretam os principais eventos históricos paraguaios, se mitificando o passado a fim de criar uma ideologia do “passado glorioso” que deveria ser retomado, ou se construindo uma narrativa evolucionista a fim de criar uma ideologia do progresso, onde o futuro seria a superação das mazelas padecidas na evolução histórica. Algumas formas de apresentação poderiam ser: *evolucionista* (considerando que o passado implica problemas para a atualidade, devendo transformar-se as linhas de desenvolvimento da história, visando um futuro progressista); *realista* (focando no momento presente, na realidade momentânea, posicionando o passado e o futuro como consequência das escolhas feitas na interpretação do presente); *tradicionalista* (foco no passado, no legado da tradição, como força motriz da história). Na análise desta categoria, levaremos em conta apenas a sua apresentação nas obras dos intelectuais, haja vista que não é discutida da mesma forma que as demais. Contudo, ressalta-se que existem documentos e passagens dos estatutos que apresentam argumentos relativos à interpretação da evolução da estrutura histórica.

A quarta categoria refere-se à **relação Estado/sociedade**. Com esta variável busca-se analisar como os partidos tradicionais concebem a forma como o Estado deveria interagir com a sociedade civil, como o Estado deveria receber e articular as diversas demandas, muitas vezes conflitivas entre si, dos diversos grupos da sociedade civil. Algumas formas de apresentação poderiam ser: *pluralista* (a garantia das liberdades individuais que possibilitem a atuação dos grupos divergentes, considerando a pluralidade política essencial para a manutenção do equilíbrio social); *subordinação* (reconhecimento da existência de grupos divergentes, que deveriam submeter-se à autoridade constituída); *exclusão* (não reconhecimento dos grupos divergentes, vistos como subversivos, como elementos estranhos à sociedade paraguaia).

A quinta categoria é relativa à **coesão da sociedade**. Esta variável busca examinar qual o principal elemento reivindicado pelos partidos políticos para a manutenção da coesão social, visando superar os recorrentes momentos de anarquia na história da política paraguaia. Algumas formas de apresentação poderiam ser: *nacionalismo* (a nação como elemento

unificador da sociedade, buscando a construção de um ideal nacional que sobreponha-se aos interesses particulares ou de grupos); *partido político* (o partido é visto como o agregador dos distintos grupos sociais, visão defendida principalmente pelo Partido Colorado no pós-Guerra Civil de 1947); *instituições* (as regras, normas e instituições estabelecidas como um mecanismo de estabilização da sociedade).

E a sexta categoria consiste nas **relações sociais de produção**. Com esta variável busca-se analisar o modelo de desenvolvimento econômico interno sustentado pelos partidos tradicionais, visando conceber qual o grupo econômico beneficiário do modelo (se uma burguesia urbana ou rural), qual o setor econômico propulsor do modelo de desenvolvimento (se a agricultura, a indústria ou o comércio), e como aprecia-se a questão da propriedade da terra (se um modelo promotor da reforma agrária e da agricultura em pequena escala, ou se um modelo promotor da concentração de terras para a produção de grandes complexos agrícolas). Algumas formas de apresentação poderiam ser: *industrial* (considera a necessidade de desenvolvimento de uma base industrial que aumente a competitividade produtiva, com produtos de maior valor agregado); *agrário-comercial* (ressalta a competitividade do setor primário-exportador, devendo-se ampliar a capacidade do complexo agroindustrial, agregando valor aos produtos *in natura*); *agrário-rural* (defende a promoção da agricultura camponesa, pelo impacto que ela possui na estrutura econômico-social do país).

Podemos sintetizar as principais formas de apresentação das seis categorias analíticas utilizadas para examinar a ideologia partidária colorada e liberal do seguinte modo:

Quadro 3. Formas de apresentação das categorias analíticas

Categoria analítica	Formas de apresentação		
1 - Relação Estado/Forças Armadas	Institucionalista	Primado da ordem	Partidarista
2 - Modelo de inserção internacional	Integracionista	Autonomista	Isolacionista
3 - Interpretação da evolução da estrutura histórica	Evolucionista	Realista	Tradicionalista
4 - Relação Estado/sociedade	Pluralista	Subordinação	Exclusão
5 - Coesão da sociedade	Nacionalismo	Instituições	Partido político
6 - Relações sociais de produção	Industrial	Agrário-comercial	Agrário-rural

3.1 Períodos históricos analisados

A análise dos intelectuais será efetuada a partir da divisão de cinco períodos históricos que foram elencados por meio do estabelecimento de marcos que fomentaram as principais divisões partidárias no seio dos partidos tradicionais. Os marcos remetem ao panorama apresentado no capítulo anterior, contemplando a evolução da estrutura histórica paraguaia de acordo com a revisão bibliográfica realizada. Em cada um dos períodos listamos os principais grupos políticos dos partidos Colorado e Liberal, bem como seus respectivos representantes intelectuais orgânicos. Concatenar-se-á tal análise com a apreciação dos documentos partidários que contém as diretrizes ideológicas, os projetos ideológicos, dos grupos políticos estudados, a fim de observar a influência da atividade intelectual nas decisões partidárias.

3.1.1 Período nacionalista

O período definido como nacionalista refere-se ao primeiro marco utilizado, que é o da Guerra do Chaco (1932-1935), evento que suscitou a efervescência política que iniciava a derrocada do modelo liberalista inaugurado com a Constituição de 1870. As cisões ocorriam tanto no interior da coalizão de classe dominante – entre os liberais – quanto no principal grupo de oposição – os colorados. A principal mudança ideológica do período foi a concepção do papel do Estado, ficando entre o clássico *laissez-faire* do século XIX e o intervencionismo estatal. Os grupos políticos se dividiam entre participar ou não da estrutura política que sustentava o modelo liberalista.

3.1.2 Período anárquico

O período que define-se como anárquico é relativo ao segundo marco, consistindo na Guerra Civil de 1947 que, como visto no capítulo anterior, representou uma ruptura no processo de evolução da estrutura histórica, com efeitos orgânicos para o bloco histórico. Os faccionalismos gerados como consequência do conflito colocaram profundos problemas para a estabilização política e mesmo econômica, influenciando na manutenção da anarquia como característica central do período, sendo solucionada apenas com a ascensão do general Stroessner (o “grande árbitro”) ao poder, em 1954.

3.1.3 Período de estruturação stronista

O período definido como o de instrumentalização e estruturação do regime stronista diz respeito ao terceiro marco, este refere-se à conformação do projeto hegemônico baseado na

trilogia stronista (ou tripé), inaugurada a partir de 1955 quando Stroessner redefine as bases do governo, do Partido Colorado e das Forças Armadas, estabelecendo o modelo político-institucional que perduraria até 1989. Há de se ressaltar que nesse período ocorreu a complementação do processo de exclusão da oposição, inaugurado na Guerra Civil de 1947.

3.1.4 Período de progresso e crise stronista

O quarto marco de que lançamos mão para o estudo são as eleições de 1963, sob o âmbito da política de Stroessner de ampliar o bloco histórico hegemônico, fomentando profundas cisões no interior dos partidos tradicionais entre os colaboracionistas e os opositores ao projeto de “democracia stronista”, grande parte dos opositores vivendo no exílio. No concernente ao Partido Colorado, dividimos o período em dois momentos, o primeiro abrangendo as décadas de 1960 e 1970, que definimos como o de “progresso stronista”, e o segundo consistindo na década de 1980, definido como crise stronista, quando a principal preocupação referia-se às perspectivas futuras da política paraguaia depois do stronismo, e o papel do coloradismo nos possíveis cenários de mudança.

3.1.5 Período de democratização

E o período definido como democratização remete ao quinto marco, referindo-se ao processo de democratização iniciado com a derrocada de Stroessner por meio do golpe de Estado de 3 de fevereiro de 1989. As principais divisões partidárias do período remetem-se ao projeto nacional a ser adotado para conseguir responder as demandas da sociedade, que possui agora o poder do voto para relacionar-se com seus representantes. Os dois elementos centrais são o modelo político-institucional democrático, por um lado, e o modelo econômico, por outro lado.

Com isso, delimitamos o seguinte plano geral para a análise, apresentando os períodos históricos, os respectivos marcos históricos e as principais correntes partidárias coloradas e liberais, que serão mais detalhadamente estudadas na próxima seção.

Quadro 4. Períodos históricos

	1930	1947	1948	1954	1955	1963	1964	1989	1989	2014
Período	Nacionalista		Anárquico		Estruturação stronista		Progresso e crise stronista		Democratização	
Marcos históricos	Guerra do Chaco (1932-1935), seus antecedentes e efeitos		Guerra Civil de 1947		Reorganização das Forças Armadas e conformação do Trilogia Stronista: Stroessner, Partido Colorado e Forças Armadas		Eleições gerais, cisão da oposição entre colaboracionistas e abstencionistas		Processo de liberalização política e conformação de um regime político democrático	
Correntes coloradas	Abstencionistas e Eleccionistas		Guiones Rojos e Demócratas		Stronistas e Epifanistas		Stronistas, Dissidentes, Militantes e Tradicionalistas		Argañistas, Oviedistas, Nicanoristas e Tradicionalistas	
Correntes liberais	Cívicos e Radicales		Oficialistas e Revisionistas		Tradicionalistas e Revisionistas		Colaboracionistas e Radicales auténticos		Lainistas e Saguieristas	

Na sequência efetuaremos a análise interna das obras dos intelectuais referentes das correntes partidárias supracitadas, apresentando uma breve biografia que possibilite compreender seu caráter orgânico na estrutura partidária, posteriormente buscando observar a influência de seus postulados nos documentos partidários, levando em conta as seis categorias analíticas listadas previamente. O estudo dos aportes dos intelectuais orgânicos dos partidos Colorado e Liberal busca apontar duas classes de ferramentas ideológicas: aquelas que fomentam as divisões no interior dos partidos, e que permitem a manutenção do predomínio de ambos os partidos na política nacional, por englobarem as preocupações de outros grupos políticos e resultando no dinamismo interno; e aquelas que perduram ao longo do tempo, permanecendo como a identidade ideológica dos partidos tradicionais e que são retomadas nos momentos de crise, podendo ser considerada a sua tradição política.

3.2 Intelectuais orgânicos do coloradismo

As divisões e faccionalismos internos dos partidos tradicionais são características recorrentes em todos os períodos estudados. Como veremos posteriormente, são estas divisões que impulsionam a dinâmica interna que possibilita a concatenação da tradição com a adaptabilidade, permitindo a manutenção histórica exitosa do coloradismo-liberalismo. Iniciamos nossa abordagem apresentando as principais correntes internas do coloradismo, bem como seus respectivos representantes intelectuais, cujas obras serão analisadas na sequência.

No período nacionalista o Partido Colorado dividiu-se entre duas correntes principais, os abstencionistas e os eleccionistas. Sua discordância fundamental dizia respeito à participação no sistema político mantido pela institucionalidade liberalista. Os abstencionistas, ainda que possuíssem proeminência interna no partido, não tinham um grande representante intelectual, e sua campanha utilizava-se dos espaços fornecidos nos meios de comunicação. Os eleccionistas, por sua vez, representavam a corrente mais atuante na ideologização partidária.

O principal representante da corrente eleccionista foi Juan Natalicio González (1897-1966). Sua atividade partidária o levou a exercer os cargos de Deputado Nacional, Embaixador no Uruguai, Ministro da Fazenda e Presidente da República (1948-1949) (CABALLERO CAMPOS, 2009). Segundo Alcalá (2006), González foi o principal representante do pensamento nacionalista e anti-liberal do pós-Guerra do Chaco, e sua obra dedicou-se a derrocar o modelo liberalista de organização do Estado, vigente desde 1870.

No período anárquico, inaugurado após a Guerra Civil de 1947, o Partido Colorado dividiu-se profundamente entre democratas e *guiones rojos*. O primeiro grupo defendia a normalização institucional com a participação de todos os grupos políticos dispostos a submeterem-se ao ordenamento constituído. Possuíam grande peso político, mas não tinham um grande representante intelectual. Por sua vez, os *guiones rojos* eram a facção do partido liderada por Natalicio González (1897-1966), que agora afirmava a necessidade de “coloradizar” o Paraguai, excluindo definitivamente a oposição, pois o coloradismo era o representante intelectual e moral do povo paraguaio. Em 1948 González chega à presidência com o auxílio da milícia dos *guiones rojos*, contudo, sendo deposto no ano seguinte.

A principal fonte de divergência no interior do Partido Colorado no período de estruturação stronista referia-se ao regime stronista que estabelecia-se com o apoio do partido. Os stronistas viam no “governo forte” do general Stroessner, o “grande árbitro”, a única solução possível para o problema da anarquia política do período anterior. Seu principal líder intelectual era Bacon Duarte Prado (1915-2000). Com uma postura oposta apresentavam-se os epifanistas, grupo que se reuniu em torno de Epifanio Méndez Fleitas (1917-1985), seu principal líder intelectual. Defendiam que o governo de Stroessner devia apenas garantir a ordem necessária para o retorno ao governo constitucional.

Bacon Duarte Prado (1915-2000) é considerado um intelectual proeminente no seio do partido, “todo un doctrinario de la asociación política” (ANR, 2012: s/p). A própria ANR assume que Prado possui um legado bibliográfico de “valor incalculável” aos militantes colorados. Sua atuação política tornou-o integrante da Junta de Governo do Partido Colorado em vários períodos, Senador Nacional e também ocupou cargos transcendentais no Executivo, no Poder Judicial, bem como o de Embaixador na Colômbia e no México (ANR, 2012).

Por sua parte, Epifanio Méndez Fleitas (1917-1985) representaria a “síntesis perfecta del intelectual, luchador y caudillo” (ANR, 2013: s/p). Ciancio (2008) afirma que Méndez Fleitas surgiu como o principal opositor colorado de Stroessner justamente pela influência intelectual que exercia. Politicamente sua atuação começou como Chefe de Polícia da Capital, posteriormente desempenhou por vários anos o cargo de Deputado Nacional. No entanto, sua proeminência política afirmou-se quando exerceu a presidência do Banco Central do Paraguai, no início dos anos 1950. No interior do partido, integrou a Junta de Governo da ANR.

No período de “progresso stronista” observamos a atuação de dois grupos fundamentais no coloradismo, todavia, devendo se levar em conta que um atuava sustentando o regime, enquanto o outro atuava no exílio, submetendo-se aos riscos de contestar o aparato repressivo do stronismo. Os stronistas valiam-se dos benefícios da máquina partidária, amplamente incrementada por Stroessner para legitimar seu governo. Por sua parte, os dissidentes agruparam-se em duas organizações principais, a Asociación Nacional Republicana en el Exilio y la Resistencia (ANR-ER) e o Movimiento Popular Colorado (MOPOCO).

Bacon Duarte Prado (1915-2000) converteu-se, neste período, no principal intelectual do regime, fundamentalmente por sua transcendência na construção da ideologia colorada, da qual Stroessner valia-se para legitimar seu governo. Quanto aos dissidentes, Epifanio Méndez Fleitas (1917-1985) seguia sendo um intelectual orgânico fundamental, pela influência que exercia sobre os colorados no exílio, além de haver sido elegido pelo stronismo como seu principal alvo durante o período. Ciancio (2008) recorda que, para os stronistas, Méndez Fleitas representava a “comunização do coloradismo”, no mesmo momento em que o regime vangloriava-se de manter a “democracia sem comunismo”.

No início da década de 1980 o regime stronista mostrava seus limites para manter o regime personalista que vigorava desde 1954. Três eram os pontos centrais que geravam a crise do stronismo: a crise econômica que surgiu após a finalização da construção das principais obras da Usina de Itaipu, juntamente com a baixa no preço dos principais produtos de exportação; a crise no interior da hierarquia castrense, engessada por Stroessner; e a dúvida quanto à continuidade do regime sem Stroessner. Os dois principais grupos do período eram os militantes, que reuniam os defensores do stronismo, e os tradicionalistas, que propunham a retomada aos ideais tradicionais do coloradismo. No interior da facção dos tradicionalistas, um grupo que possuiu relevância nas internas partidárias foi o grupo dos colorados éticos.

Bacon Duarte Prado (1915-2000) seguia sendo o grande intelectual do stronismo, convertendo-se agora em ferrenho defensor do regime ante a possibilidade de mudanças que desviassem o Paraguai de seu rumo de progresso.

No que se refere aos tradicionalistas, iniciaremos nossa análise com Luis María Argaña (1932-1999), considerado o último caudilho colorado do século XX (ANR, 2013b). Logrou concatenar uma sólida formação e atuação intelectual e política, sendo um dos principais “referentes de seu tempo” (CIANCIO, 2008). “Su recia figura, su voz firme y su don de mando

atrapaban a las multitudes y los fanatizaba de tal manera que parecía que los había hipnotizado” (ANR, 2013b: s/p.). Sua carreira política representa uma das mais exitosas entre os colorados. Foi Deputado Nacional, Convencional Constituinte em 1967 quando desempenhou a função de secretário da Convenção, membro do Conselho da Itaipu Binacional, Vice-presidente da Câmara de Deputados, Presidente da Asociación Nacional Republicana, Presidente da Corte Suprema de Justiça, Ministro de Relaciones Exteriores e Vice-presidente da República.

O outro setor do grupo tradicionalista que analisamos aqui é o dos colorados éticos, cujo principal líder intelectual e político foi Carlos Romero Pereira (1938-). Foi um dos principais críticos da postura oficial do coloradismo sobre o stronismo, afirmando a necessidade de uma “reinvenção do partido”, fundada nos princípios éticos do coloradismo. Sua atuação política no interior do partido o tornou membro suplente da Junta de Governo da ANR em 1984 e membro titular em 1989. Na década de 2000 foi membro do Tribunal Eleitoral Partidário. Foi Diretor do Banco Nacional de Fomento, membro do Conselho de Estado e Senador Nacional.

Por fim, durante o período de democratização observamos a ascensão e queda de várias correntes partidárias, reflexo da própria dinamização pluralista da política nacional, ainda que algumas lideranças e correntes fossem mais proeminentes e pautassem os rumos das internas coloradas. Concatenando nossas análises com os apontamentos de Brítez; Caballero (2010), Brun (2010) e Ciancio (2008), elencamos quatro principais grupos internos que lograram apresentar programas políticos que repercutiram na (re)estruturação partidária: os argañistas, os tradicionalistas, os oviedistas e os nicanoristas. Dos quatro grupos apenas o oviedismo não possuía um grande representante intelectual, por ser um movimento “messiânico”, em que o general Lino Oviedo era idolatrado como o “grande líder” (CIANCIO, 2008).

Luis María Argaña (1932-1999), o “último caudilho colorado” (ANR, 2013b), foi o grande líder político-intelectual em torno do qual reuniu-se uma grande parte dos afiliados do coloradismo, por meio do Movimiento de Reconciliación Colorada. Criticava ferrenhamente a persistência da participação do elemento militar na estrutura partidária, principalmente com os oviedistas, assim como criticava a “desvirtuação” do coloradismo frente ao empresariado nacional surgido no período stronista e que agora entrava a participar da arena política.

No grupo dos tradicionalistas destacou-se Leandro Prieto Yegros (1940-), principalmente pela preponderância de sua figura intelectual, consolidando-se como um dos grandes ideólogos do partido no período de transição democrática. Foi fundador e diretor da

revista “Cuadernos Republicanos”, um dos grandes meios de divulgação do pensamento político colorado, foi membro titular da Junta de Governo da ANR na década de 1980, e posteriormente assumiu a presidência da Comissão de Assuntos Estudantis da Junta de Governo.

E na virada do milênio um novo grupo interno do coloradismo passou a ter grande relevância na estrutura partidária, o setor nicanorista, cujo grande referente político e intelectual é o seu líder, Óscar Nicanor Duarte Frutos (1956-), um dos principais políticos colorados do século XXI. Sua atuação política no partido o tornou membro titular da Junta de Governo, e presidente da ANR. Foi Ministro da Educação em dois governos (Wasmosy, entre 1993 e 1998, e González Macchi, entre 1999 e 2003), Presidente da República entre 2003 e 2008, Senador Nacional e atualmente é Embaixador paraguaio na Argentina.

Deste modo, no que se refere às principais correntes partidárias do coloradismo e seus respectivos representantes intelectuais, temos o seguinte panorama geral, com as divisões internas de cada período estudado, cuja análise será desenvolvida na sequência.

Quadro 5. Panorama geral de análise dos intelectuais colorados

	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Correntes partidárias e intelectuais	Abstencionistas : não possuíam um grande intelectual e se utilizavam mais da imprensa; Eleccionistas: Natalicio González.	Guiones Rojos: Natalicio González; Demócratas: não possuíam um grande intelectual.	Stronistas: Bacon Duarte Prado; Epifanistas: Epifanio Méndez Fleitas.	Progresso stronista: Stronistas: Bacon Duarte Prado; Dissidentes: Epifanio Méndez Fleitas; Crise stronista: Militantes (stronistas): Bacon Duarte Prado; Tradicionalistas: Luis María Argaña e Carlos Romero Pereira (setor Ético).	Argañistas: Luis María Argaña; Oviedistas: não possuíam um grande intelectual, por ser um movimento “messiânico”, Oviedo era o “grande líder”; Nicanoristas: Nicanor Duarte Frutos; Tradicionalistas: Leandro Prieto Yegros.

Passamos agora para a análise das obras dos intelectuais colorados, de acordo com as categorias previamente elencadas, bem como dos documentos partidários representantes das decisões partidárias em cada um dos períodos examinados.

3.2.1 Período nacionalista

A obra selecionada para representar este período é “El Paraguay eterno”, escrita em 1935 como uma resposta de Natalicio González às debilidades da condução liberal do conflito chaqueño. De acordo com o próprio autor, o objetivo da obra consiste “no un fin puramente estético, sino político, o sea la reconquista del Paraguay por el alma aherrojada de ese mismo Paraguay, para beneficio de todos los paraguayos” (GONZÁLEZ, 1987: 4). O documento partidário analisado para o período é o “Proyecto de Programa Mínimo del Partido Nacional Republicano”, de 1931.

A **relação Estado/Forças Armadas** em González (1987) apresenta-se como *institucionalista*, sendo que o autor afirma que as Forças Armadas devem defender uma nova institucionalidade, nacionalista, que substitua o modelo liberalista. Neste sentido, critica a atuação do Exército mencionando que o mesmo “en vez de actuar como una fuerza organizada en función de la política internacional del Paraguay, se puso al servicio de la política interna, secundó la pugna de los partidos (GONZÁLEZ, 1987: 54). Tais apontamentos aproximam-se com o disposto no artigo 5º do Programa, quando afirma ser preciso a “supresión de toda intervención de las autoridades políticas en el reclutamiento” (ANR, 1931: s/p.).

O **modelo de inserção internacional** observado é *autonomista*. Tal afirmação parte da dicotomia que o autor postula com o liberalismo, considerado um modelo “estranho” ao corpo social e à tradição paraguaia. Nesta obra González (1987) lança as bases de seu modelo de Estado autóctone, reconhecendo a necessidade de participar do Sistema Internacional, todavia, valendo-se de “fórmulas locais” e não mais de preceitos externos. O Programa de 1931, por sua vez, reconhece a necessidade de “subscribir tratados comerciales conforme al principio de la “reciprocidad”, desechando el de la “igualdad”, apontando para uma postura mais assertiva para “sostener la integridad de los derechos paraguayos sobre el Chaco” (ANR, 1931: s/p.).

A **interpretação da evolução da estrutura histórica** é profundamente *tradicionalista*. González (1987) apresenta um panorama geral do “passado de glórias” do Paraguai, para afirmar que após a finalização da Guerra da Tríplice Aliança, o Estado que se instalou subverteu a tradição paraguaia, “estrangeirizando” o país. Não propõe um retorno ao passado, mas sim uma interpretação que permita conceber as bases da sociedade paraguaia. “Las naciones no pueden renunciar a la continuidad histórica, a la riqueza ancestral que se adormece en el alma de las masas” (GONZÁLEZ, 1987: 86).

A **relação Estado/sociedade** parte do fundamento da *subordinação*. González (1987) reconhece a existência de vários grupos no interior da sociedade paraguaia, inclusive afirmando a necessidade de considerar as opiniões dos grupos minoritários para a definição das políticas públicas, não obstante, postulando a imprescindibilidade da unidade do povo paraguaio, conduzido por um Estado forte (GONZÁLEZ, 1987: 45). O Programa de 1931 não versa especificamente sobre este ponto, mas traz em suas resoluções um amplo corpo de normas reguladoras da sociedade, principalmente no concernente à legislação trabalhista e na regulação da atividade sindical.

A **coesão da sociedade** funda-se no *nacionalismo*, força motriz da sociedade paraguaia liberada dos equívocos do modelo liberalista. O autor defende o “interesse coletivo” sobre os “interesses individuais mesquinhos”, suscitando uma consciência nacional fundada no profundo sentido igualitário do povo paraguaio e na defesa da terra. O Programa de 1931 critica o individualismo e o liberalismo, como propulsores da desagregação social, fazendo-se necessária a união dos paraguaios sobre a base de interesses coletivos, nacionais (ANR, 1931).

E as **relações sociais de produção** consistem na defesa de um modelo *agrário-rural*. González (1987: 18) caracteriza a sociedade paraguaia como “essencialmente agrícola y guerrera”, além de afirmar que o arquétipo paraguaio é o do “agricultor-soldado”. A população paraguaia seria agrícola, com um profundo sentimento de pertencimento à terra que cultiva. Por isso, o Estado deve reconhecer a “função social da terra”, respeitando a tradição coletivista do campesinato paraguaio, o grupo social fundamental da sociedade (GONZÁLEZ, 1987: 152). Neste sentido, o Programa de 1931 previa o “impuesto directo y progresivo a los latifundios e inversión de esos fondos en la pequeña propiedad agraria” (ANR, 1931: s/p.).

De tal modo, podemos ponderar que a apresentação das categorias analíticas resulta em uma postura convergente entre o exposto por González (1987) e os aportes presentes no documento partidário do período. É possível afirmar que González (1987) logra consubstanciar em sua obra a nova concepção ideológica do coloradismo, marcando uma postura nacionalista defensora dos direitos paraguaios sobre o Chaco.

3.2.2 Período anárquico

A obra utilizada para analisar o pensamento de González neste período é “El Estado servidor del hombre libre”, uma compilação de escritos publicada em 1960, reunindo a mais

acabada concepção da função do Estado para o autor. O documento analisado para o período é o que traz os “Conceptos políticos y sociales aprobados por la Comisión Directiva”, de 1948.

A **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Quando González (1993) discute o papel das Forças Armadas seu foco reside na defesa da soberania nacional, como um instrumento de defesa nacional, além de afirmar a necessidade de respeitar a autoridade e as instituições constituídas, desde que estas estejam de acordo com os ideais de defesa da pátria. No mesmo sentido, a Comissão Diretiva assinala que ao militar é preciso “educarlo en la escuela del honor, la disciplina y el deber, desenvolvendo en su espíritu un concepto moral y patriótico, que lo coloque al margen del juego de intereses políticos y le devuelva poco a poco por el noble ejercicio de una profesión que se sabe honrar”, e com isso consiga “adornar a quienes se encomienda la defensa de la Nación y sus instituciones” (ANR, 1948: 152).

O **modelo de inserção internacional** é *autonomista*. O “Estado servidor do homem livre” é autonomista pois reconhece a necessidade de integrar-se à comunidade de nações, de forma livre e igualitária, com sua atuação baseando-se nos princípios de independência e não-intervenção. Seu modelo econômico funda-se na “autonomia monetária”, pois considera o capital internacional potencialmente danoso para a economia nacional (GONZÁLEZ, 1993: 195). Além disso, afirma que “la nación se halla obligada a defender su libertad contra todos los tipos de imperialismo” (GONZÁLEZ, 1993: 129). A Comissão Diretiva, por sua vez, expressa que o partido deve seguir sua tradição nacionalista, postulando que a defesa da soberania deve ser “incondicional y amplia”, tanto no campo político como no econômico (ANR, 1948: 152).

A **interpretação da evolução da estrutura histórica** é *tradicionalista*. González (1993: 53) parte do pressuposto de que a sociedade constitui-se de ideais, que persistem ao longo do tempo. Porém, esta concepção idealista da história “no es estática sino selectiva y dinámica”. Neste âmbito, é preciso “descubrir en el pasado el rumbo en que se empecinó este pueblo, [lo que] puede indicarnos por inducción hacia qué vientos preferirá aventurarse en el futuro” (GONZÁLEZ, 1993: 61).

A **relação Estado/sociedade** está baseada na *subordinação*. Ainda que o autor defina a função do Estado consistindo em servir ao “homem livre”, aponta que o caráter coletivo da sociedade, os princípios de solidariedade e de vontade coletiva são as bases de seu pensamento. “Un elemento de cohesión, un factor que unifica las diferencias, lo encontramos en el principio

básico de que la soberanía reside en el pueblo” (GONZÁLEZ, 1993: 102). E este mesmo povo historicamente defendeu um Estado forte, que empreendesse as políticas necessárias para satisfazer as demandas da coletividade. E a Comissão Diretiva assume a fórmula do plebiscito como o modo para resolver o problema do bem comum, de sua definição, afirmando que o Estado deve realizar os interesses da maioria, expressados pelo voto, admitindo a pluralidade de organismos da sociedade (ANR, 1948: 151).

A **coesão da sociedade** segue a linha do *nacionalismo*. Neste sentido, “los ciudadanos se hallan unidos por una fervorosa concepción de la patria” (GONZÁLEZ, 1993: 30), “y la patria es la empresa histórica que organiza la libertad, la justicia y el bienestar en la dignidad, para él [el ciudadano] y sus descendientes” (GONZÁLEZ, 1993: 31). A Comissão Diretiva segue a mesma “linha patriótica”, assumindo que apenas com a união dos paraguaios na defesa dos “nobles intereses de la patria”, da coletividade, será possível superar a anarquia desagregadora que marcava o período (ANR, 1948: 151).

E as **relações sociais de produção** constituem um modelo *agrário-comercial*. González (1993) considera a economia paraguaia como essencialmente camponesa, de autossuficiência. O grande problema que surge é o da comercialização da produção, que juntamente com o baixo nível de dinamização das técnicas produtivas causam o atraso camponês, o que, por sua vez, faz com que “toda la vida económica del país se congela irremisiblemente” (GONZÁLEZ, 1993: 181). E o avanço técnico deve ser provido pelo crédito estatal, promovendo o modelo camponês de produção para a comercialização. A Comissão Diretiva segue a mesma linha de pensamento, afirmando que “nuestro presente y porvenir es agrícola”, e que o “gobierno está en el deber de aconsejar, instar, dirigir, encauzar y ordenar en última instancia, la corriente que puede y debe seguir el esfuerzo privado en esta materia” (ANR, 1948: 153).

Novamente, na análise deste período, é possível observar a confluência entre a obra intelectual e as declarações contidas nos documentos partidários. Além disso, González (1993) apresenta nesta obra o seu maior legado para o coloradismo, a concepção do “Estado servidor do homem livre”, que permaneceu na ideologia colorada ao longo dos demais períodos.

3.2.3 Período de instrumentalização e estruturação do regime stronista

A obra escolhida para representar o pensamento de Bacon Duarte Prado no período, publicada em 1959, é “Fundamentos doctrinarios del coloradismo”, na qual o autor busca

apresentar as linhas gerais que movem a ação colorada, superando os limites partidários e estabelecendo um projeto para a direção da nação paraguaia.

E no que diz respeito à Epifanio Méndez Fleitas a obra escolhida para a análise do período é “Sicología del colonialismo: imperialismo yanqui-brasilero en el Paraguay”, cuja primeira edição foi publicada em 1971, reunindo reflexões do autor sobre a instalação do modelo econômico stronista, fundado na “colonização do Paraguai”.

O documento analisado para o período é o “Estatuto” de 1963, onde podemos observar a busca de resolução das dissensões do período, afirmando a postura oficial do partido. É preciso ter em conta que os epifanistas já haviam sido marginalizados, a maioria no exílio, mas suas contestações ideológicas e programáticas ainda possuíam influência na estrutura partidária.

A **relação Estado/Forças Armadas** em Prado (1959) é *institucionalista*. A função das Forças Armadas não seria simplesmente a garantia da segurança e da ordem, como no modelo liberalista do “Estado gendarme”, pois como as funções do Estado deveriam expandir-se, tornando-se mais intervencionista, conseqüentemente as funções das Forças Armadas deveriam expandir-se, já que seu papel fundamental é, internamente, a manutenção da institucionalidade e, externamente, a garantia da soberania nacional (PRADO, 1959).

Em Méndez Fleitas (1989a) a **relação Estado/Forças Armadas** também é *institucionalista*. As Forças Armadas devem defender a soberania nacional das investidas do imperialismo, estando integrado ao corpo social da nação. Assim, critica o modelo stronista de organização das Forças Armadas, principalmente no que diz respeito à partidarização e às lealdades pessoais, sendo que a hierarquia castrense respondia mais às individualidades dos comandos militares do que aos interesses paraguaios.

O Estatuto de 1963 segue a linha institucionalista, mencionando a necessidade de “organización de las Fuerzas Armadas sobre bases técnicas modernas”, profissionalizando-as para superar sua politização (ANR, 1963: 24).

O **modelo de inserção internacional** observado em Prado (1959) é *autonomista*. O autor afirma que historicamente o coloradismo representou a “vontade de autoexpressão nacional” e de “afirmação autonomista”. Neste sentido, o coloradismo apresentou-se “representando la corriente histórica de afirmación autonomista, anti colonialista y optimista en

cuanto a la posibilidad del Paraguay de crearse su propio ámbito de gravitación cultural y política” (PRADO, 1959: 58).

Encontramos a afirmação *autonomista* do **modelo de inserção internacional** em Méndez Fleitas (1989a), porém de um modo distinto ao de Prado (1959). O argumento central da obra refere-se à crítica do imperialismo e do neocolonialismo empreendidos pelo modelo stonista, de modo que o contraponto de Méndez Fleitas (1989a: 95) funda-se na concepção de um modelo autonomista, inserido no Sistema Internacional, mas a partir dos anseios e necessidades internas, criando uma “cultura de emancipación en todos los planos”, um “nacionalismo de emancipación”. Quando aprecia a participação do Paraguai na ordem internacional, o autor diz que esta deve se dar considerando a “solidariedade para a emancipação nacional”, superando o complexo de inferioridade que legitima a dependência, fundando a soberania nativa que deve erigir-se como o elemento central das relações internacionais (MÉNDEZ FLEITAS, 1989a: 153).

Por sua parte, o Estatuto de 1963 aponta para o aperfeiçoamento das organizações internacionais como forma de assegurar a “cooperación pacífica y seguridad colectiva” (ANR, 1963: 21), caracterizando elementos de um modelo integracionista. Não obstante, prepondera o caráter autonomista ao expressar o “respeto a la soberanía de las naciones, a la igualdad jurídica de las mismas y al principio de no-intervención” (ANR, 1963: 22). A integração ao Sistema Internacional deveria submeter-se aos preceitos autonomistas.

A **interpretação da evolução da estrutura histórica** presente em Prado (1959) é *tradicionalista*, sendo que a tradição é vista pelo autor como uma das forças motrizes do coloradismo. Considera a história como “el fiel reflejo del pasado, la versión verídica de los acontecimientos y la ponderación ecuánime de los personajes que desfilaron por los ásperos caminos de la lucha y el sacrificio, iluminados por el ideal de una patria mejor y más feliz” (PRADO, 1959: 86).

A **interpretação da evolução da estrutura histórica** em Méndez Fleitas (1989a) também é *tradicionalista*. Por postular a dicotomia colonialismo-autoctonia, Méndez Fleitas (1989a) recorre ao modelo de Estado da Primeira República (1811-1870), afirmando que este era um modelo de emancipação, em que o desenvolvimento capitalista estruturou-se em função dos interesses da nação. O Paraguai possuiria uma “imagem tradicional”, com seu “espírito e

economia de emancipação”, que deveria ser retomado para fazer frente às investidas do imperialismo.

A **relação Estado/sociedade** encontrada em Prado (1959) é *pluralista*. Ainda que Prado (1959: 119) reconheça a necessidade de subordinação da cidadania à autoridade, seguindo certas normas de convivência que impeçam a eclosão do conflito social, afirma que a soberania reside no povo, quem deve exercer o governo do Estado. Como seria impossível a unanimidade no interior da sociedade, por esta ser plural, o princípio da maioria é aquele que rege as ações do poder público, fundando-se nos preceitos de igualdade e liberdade para as minorias (PRADO, 1959: 121-122).

Já para Méndez Fleitas (1989a), a **relação Estado/sociedade** remete à *subordinação*. O projeto político do autor propõe-se a realizar os fins de uma “política nacional democrática, populista e progressista”. Contudo, para que isto seja possível é primordial a igualdade entre os paraguaios, não mais uma igualdade teórica e normativa, mas sim a “igualdade de fato”, promovida pelo Estado, superando as assimetrias que possam obstá-la. Neste sentido, apreciando a conformação da ordem jurídica democrática, assevera que “su articulación en la presente etapa histórica no podrá omitir una plataforma de igualdad de oportunidades, de justicia social y de reivindicaciones económicas, so pena de inocuidad” (MÉNDEZ FLEITAS, 1989a: 183).

O Estatuto de 1963 supõe a “organización del gobierno sobre la base de la soberanía popular libremente manifestada”, em um cenário no qual se assegura a “libertad de organización de los partidos políticos como órganos necesarios de la democracia” (ANR, 1963: 22), seguindo uma linha pluralista. Todavia, a senda de Méndez Fleitas faz-se presente quando afirma que “el Estado, servidor del hombre libre interviene en la vida social y económica de la Nación para evitar el abuso del interés privado y promover el bienestar general, sin infligir injusticia a los particulares” (ANR, 1963: 21).

Quanto à **coesão da sociedade**, para Prado (1959) ela reside no *nacionalismo*, consubstanciando em um dos fundamentos doutrinários. A obra busca estabelecer um modelo autóctone de organização da sociedade, onde o nacionalismo seria a forma mais adequada para a realização do bem comum. Isto porque a Nação consiste na “autoconciencia de su unidad, de su valor y su destino que poseen los integrantes de toda Nación” (PRADO, 1959: 56). Gerar-se-ia, assim, um fundamento de solidariedade da sociedade, com base em um estado de

autoconsciência grupal que toda nação possui. “Un programa vital es lo que mueve al grupo nacional a mantenerse en estado de agrupación, cohesión y unidad” (PRADO, 1959: 56).

De modo similar, para Méndez Fleitas (1989a) a **coesão da sociedade** é atingida por meio do *nacionalismo*. De acordo com o autor, para fazer frente ao imperialismo e sua ideologia desagregadora do colonialismo, fundada na alienação ideológica, fazia-se imperiosa a necessidade de afirmação de um “nacionalismo de emancipación”, capaz de agregar todos os paraguaios em torno do comum ideal de engrandecimento da nação (MÉNDEZ FLEITAS, 1989a: 124). Neste sentido, menciona que “la alienación es, políticamente, perturbadora y desintegradora; de ahí su función colonial. La identificación, en cambio, es cohesionante; lo que a su vez explica su poder de autorrealización” (MÉNDEZ FLEITAS, 1989a: 156).

O Estatuto de 1963 também reconhece que a união da sociedade deve dar-se por meio da promoção do interesse coletivo, expressado pelo “Estado servidor do homem livre”, contudo, utiliza-se mais de um viés institucionalista para lograr a promoção do bem estar geral (ANR, 1963: 21).

E as **relações sociais de produção** em Prado (1959) seguem as linhas de um modelo *industrial*. Quando examina a tradição paraguaia, Prado (1959) aponta para seu caráter agrário e camponês, entretanto, o autor considera também a imprescindibilidade de concatenar a tradição com elementos do progressismo. Neste contexto, na esfera econômica faz-se necessária a intervenção estatal, principalmente para promover os setores que o capital privado historicamente marginalizou. Assim, seu modelo torna-se industrial quando compara a realidade das nações ricas e desenvolvidas com a das subdesenvolvidas e pobres, considerando o atraso paraguaio fruto da política econômica equivocada, não prestando a devida atenção à política industrial.

Já em Méndez Fleitas (1989a), na apreciação das **relações sociais de produção** prepondera o modelo *agrário-rural*. Para empreender sua campanha anti-imperialista, o autor assume que a agricultura deveria mover a economia nacional, mais especificamente a economia camponesa, por estar diretamente vinculada com o povo, constituindo a representação mais pura dos interesses nacionais. O modelo agrário-rural seria o mais propício para efetivar a emancipação econômica da exploração estrangeira, haja vista que “la estructura económica neocolonial acusa extrema dependencia del mercado internacional, el cual se halla normalmente controlado por potencias imperialistas” (MÉNDEZ FLEITAS, 1989a: 173).

A preocupação do Estatuto de 1963 é com o setor agrícola, sendo que das 20 disposições sobre a política econômica, 12 são especificamente relativas a este setor, assumindo uma postura condizente com um modelo agrário-comercial (ANR, 1963: 25-26). Aqui observamos linhas de encontro e desencontro do epifanismo com a posição oficial da ANR (1963: 26), pois o Estatuto busca uma “política comercial destinada a la ampliación del mercado interior y la apertura de mercados extranjeros para la colocación de la producción agropecuária nacional”.

Neste período é possível observar como a dinâmica interna do Partido Colorado permite a assimilação de postulados ideológicos e programáticos de outras agrupações políticas, adaptando-se e reinventando-se para fortalecer sua estrutura partidária e assim adentrar na arena política para a disputa do poder. Em algumas categorias analíticas a visão do setor stronista era a preponderante nos documentos partidários, enquanto em outras os epifanistas logravam inserir suas concepções nas discussões partidárias. O elemento ideológico é utilizado pelo partido para mitigar a tensão no interior da coalizão de classe dominante, fazendo com que os dissidentes participassem da dinâmica interna partidária, desde que acatando o “tripé do stronismo”, o que acabou não ocorrendo.

3.2.4 Período do “progresso stronista”

A obra que elencamos para representar o pensamento de Bacon Duarte Prado neste período é “Juan Manuel Frutos: estilo y autenticidad”, publicada em 1978, na qual o autor apresenta a biografia de um dos grandes caudilhos colorados, buscando aproximá-lo do perfil de Stroessner para lograr a “unidade do coloradismo”.

E quanto à Epifanio Méndez Fleitas, a obra escolhida para a análise do período é “Lo histórico y lo antihistórico en el Paraguay: carta a los colorados”, publicada em 1989 e reunindo o mais acabado arcabouço intelectual de Méndez Fleitas, com seu ideal de projeto nacional, comparando-o com o “desvio stronista”.

O período é marcado por um considerável aporte de publicações doutrinárias e ideológicas da ANR, principalmente no âmbito da organização da Convenção Nacional Constituinte de 1967, evidenciando que o elemento intelectual possui papel relevante na atuação do partido. Serão utilizados os seguintes documentos: “Declaración de principios y nuevo programa partidario”, de 1967; “Proyecto de Constitución nacional para la República del Paraguay elaborado y aprobado por la Honorable Junta de Gobierno del Partido Colorado, y que será presentado a la Convención Nacional Constituyente”, de 1967; “Informe de la

Comisión de Planificación Partidaria”, de 1971; “Defensa del principio de no intervención”, de 1974; “Programa del Congreso Nacional de la Juventud Colorada”, de 1976; “Manifiesto de la Junta de Gobierno”, de 1977; e “Definiciones del coloradismo paraguayo. ANR en el exilio (Disidente)”, de 1978.

A **relação Estado/Forças Armadas** apresentada na obra de Prado (1978) é fundada no *primado da ordem*. Ainda que o autor tente oferecer um caráter institucionalista às Forças Armadas, quando discute a dicotomia ordem-anarquia seu posicionamento volta-se completamente para o primado da ordem. “La libertad es el respeto al orden, (...) siempre vinculada a su limitación, a su perímetro social, al orden, a la autoridad” (PRADO, 1978: 68-69). A ordem é o fator de segurança que permite a realização da verdadeira liberdade. Assim, o uso da violência é admitido apenas para “dominar y controlar a los violentos que se alzan contra el orden público” (PRADO, 1978: 71).

Em contrapartida, a **relação Estado/Forças Armadas** em Méndez Fleitas (1989b) é *institucionalista*. Esta concepção parte da crítica que o autor faz da partidarização no interior da instituição castrense, que acaba prejudicando a execução de suas verdadeiras funções. “Las Fuerzas Armadas, como institución apolítica, equidistante e imparcial, tenían y tienen la misión de garantizar (...) la absoluta corrección del acto eleccionario” (MÉNDEZ FLEITAS, 1989b: 230). Portanto, as Forças Armadas devem assegurar um “régimen institucional libre de las oscuras acechanzas de cuartel” (MÉNDEZ FLEITAS, 1989b: 230).

No tocante à posição partidária, na Declaração de Princípios de 1967 podemos encontrar uma mudança no pensamento partidário, considerando a necessidade de “expansión de la acción social de las FF.AA., en el sentido de coadyuvar al desarrollo económico y social del país” (ANR, 1967a: 30). Já no Manifesto de 1977 a postura do partido volta-se definitivamente em defesa do primado da ordem, por meio da fórmula “paz y progreso con Stroessner” (ANR, 1977: 7). Aqui observamos a influência dos intelectuais e da ideologia nas decisões partidárias, quando a Declaração de Princípios de 1967 versava sobre a institucionalização das Forças Armadas (ANR, 1967a), ainda sob a influência dos dissidentes, porém, alterando-se a concepção para o primado da ordem no Manifesto de 1977, visando legitimar o regime stronista por meio da ideologia da “paz, ordem e progresso” (ANR, 1977).

O **modelo de inserção internacional** proposto por Prado (1978) é *autonomista*. Com o afã de enaltecer o governo de Stroessner, Prado (1978: 119) denigre o período de hegemonia

liberal e afirma que o coloradismo era, e continuava sendo, o único projeto que “confiaba plenamente en la capacidad del Paraguay para un progreso contínuo, (...) ya que posee una tierra fértil e ingentes riquezas naturales”. Do mesmo modo, critica os “legionários”, “entreguistas”, que rendem-se aos ditados das potências mundiais, “que imploran la protección foránea para aniquilar nuestra soberanía y nuestros derechos inalienables” (PRADO, 1978: 157).

Méndez Fleitas (1989b) também propõe um **modelo de inserção internacional autonomista**, mantendo sua postura crítica do neocolonialismo do regime stronista, servil ante as investidas do imperialismo. Méndez Fleitas (1989b) ataca a “diplomacia servil” dos stronistas, que destroem a tradição americanista dos paraguaios e do coloradismo, baseando sua atuação internacional nos ditados do “imperialismo yanqui-brasileiro”, e rompendo com a tendência nacionalista da política internacional do coloradismo, fundada nos preceitos de autonomia e neutralidade. Afirma que “el coloradismo es teleológicamente, por determinación histórica, emancipacionista” (MÉNDEZ FLEITAS, 1989b: 223). Assume que a união nacional, e do coloradismo, dá-se em função de soberanias nacionais democráticas, em uma luta sem trégua do povo paraguaio por sua segunda liberação.

Por sua vez, o coloradismo, por meio da Declaração de Princípios de 1967, possui uma concepção da política internacional que posiciona-se entre o autonomismo e o integracionismo, pois ao mesmo tempo em que elenca a soberania, a não-intervenção e os interesses nacionais como princípios norteadores da atuação externa, aponta para a necessidade de maior integração regional e mundial, por meio das organizações internacionais (ANR, 1967a: 8-9). Tais princípios são reafirmados em 1974, na defesa do princípio de não-intervenção feita pela Junta de Governo (ANR, 1974). A concepção de Méndez Fleitas foi implementada integralmente pelos exilados, principalmente quando reconhecem, e rechaçam, a ingerência brasileira, argentina e estadunidense na economia e na política paraguaia (ANR-ER, 1978: 20-23).

A **interpretação da evolução da estrutura histórica** em Prado (1978) é *tradicionalista*. O autor parte do pressuposto que admite “un relativo determinismo del hombre por la presión de su pasado, que se hace extensivo a los grupos humanos. Para bien saber qué somos es menester saber qué hemos sido” (PRADO, 1978: 8). Com isso, o passado converte o homem em “herdeiro”. A correta compreensão do passado, das tradições da sociedade, permite “ir develando las complejas fuerzas que impulsan a los individuos a desempeñar un papel en la sociedad o cumplir un destino heroico” (PRADO, 1978: 9), sendo que isto pode, e deve, ser transposto para toda a sociedade, a fim de que esta compreenda a sua “real missão histórica”.

Méndez Fleitas (1989b) também possui uma **interpretação da evolução da estrutura histórica tradicionalista**. Em sua apreciação do que seria histórico e o que seria anti-histórico, Méndez Fleitas (1989b) aponta para a tradição igualitarista, niveladora e democrática do povo paraguaio como base para a consideração do “passado construtivo”. O cerne do argumento desenvolvido por Méndez Fleitas (1989b: 160) reside em sua concepção “karmática” da história, reconhecendo que “en la vida de las naciones el tiempo es uno; nadie escapa a la historia”. Em suma, considera que a interpretação do passado deve ser feita preservando as tendências “humanistas, constructivas y justicieras”, constituindo “la proyección del pasado, decantado de escorias, al presente” (MÉNDEZ FLEITAS, 1989b: 301).

Para Prado (1978), a **relação Estado/sociedade** funda-se na *subordinação*, inclusive chegando a postular uma classe de hierarquização dos grupos sociais, quando considera ao coloradismo e sua antítese, o liberalismo, como os grupos representantes das possibilidades reais de condução do país. Prado (1978: 84) critica a “oposição mal encaminhada” afirmando que a “oposición por la aparición misma es en sí aberrante, incivil e irracional, porque se hurta a sí misma de colaborar para el bien común, cuando el gobierno realiza cuanto puede por levantar a la Nación”. No concernente ao pluralismo, assevera que o coloradismo “no admite el pluralismo político, ahora tan actual, porque no permite que al amparo de las libertades que proclama la democracia se atente contra ellas y contra la Nación misma” (PRADO, 1978: 138).

De modo distinto, para Méndez Fleitas (1989b), a **relação Estado/sociedade** é *pluralista*. Sua concepção pluralista da sociedade parte do reconhecimento do outro como igual, o que permite o relacionamento minimamente pacífico sob regras institucionalizadas de convívio social. É por meio do “método de la tolerancia política y la libre discusión, indispensable a la convivencia democrática pluralista”, que se chegará à realização do interesse público, do bem comum (MÉNDEZ FLEITAS, 1989b: 133).

O pluralismo é um elemento comum nos documentos analisados do período, sendo que estes diferenciam-se quanto ao grau de profundidade da defesa do princípio pluralista de relação com a sociedade, principalmente com a oposição, observando-se dois níveis: pluralismo absoluto (ANR, 1967a; ANR, 1967b; ANR-ER, 1978); e pluralismo relativo (ANR, 1971 e ANR, 1977). Aqui encontramos uma dissonância entre a intelectualidade da corrente majoritária com a Declaração de Princípios de 1967, que expressa uma postura mais pluralista, reconhecendo a intervenção estatal circunscrita ao escopo econômico, a fim de promover a justiça social. Do ponto de vista político, mantinha o princípio pluralista (ANR, 1967a: 7-8). O

princípio é corroborado no Manifesto de 1977, convocando a oposição institucionalizada para participar do sistema político (ANR, 1977: 3-4).

Na obra de Prado (1978), a **coesão da sociedade** remete ao *nacionalismo*. O autor resgata ao longo de toda a obra o caráter unificador que o sentimento nacional possui para a sociedade paraguaia, definindo-o como construtor da “armónica convivencia que es prenda de madurez cívica y señal de cultura y civilización” (PRADO, 1978: 152). Além disso, define os governos colorados como fecundos “por propiciar la unidad de todos los paraguayos en torno al pendón tricolor que es reflejo del alma de la raza” (PRADO, 1978: 153).

Do mesmo modo, segundo Méndez Fleitas (1989b), a **coesão da sociedade** é lograda por meio do *nacionalismo*. Como a ideologia colonialista e imperialista busca segregar as sociedades colonizadas, para facilitar sua dominação, o nacionalismo surge como elemento imprescindível para a liberação nacional, unindo a sociedade em sua luta anti-imperialista. O projeto de sociedade que Méndez Fleitas (1989b) defende funda-se nos preceitos democráticos, populistas e nacionalistas, sendo que o nacionalismo emergiria como a ferramenta para a unificação dos distintos grupos da sociedade.

Nos documentos analisados encontramos em três deles uma profunda defesa do nacionalismo enquanto ferramenta de coesão da sociedade. No Informe de 1971 e no Manifesto de 1977 observa-se a defesa do “nacionalismo stronista”, como elemento propulsor da política progressista de Stroessner, que beneficia a toda a população, possibilitando sua união em torno das políticas patrióticas do governo. Já nas Definições do Coloradismo de 1978, dos dissidentes, observamos a crítica às “políticas entreguistas” de Stroessner, que aprofundariam a dominação imperialista fomentadora da desagregação social, asseverando que apenas uma verdadeira política nacionalista, autóctone, poderia promover a união dos paraguaios (ANR-ER, 1978).

E as **relações sociais de produção** em Prado (1978) são fundadas no modelo *agrário-rural*. Prado (1978: 138) afirma que o Partido Colorado é ruralista pois apoia este que é um setor fundamental da população, o “setor produtivo”. O camponês consistiria no “paraguaio comum”, representando a maioria da população e, portanto, o Estado deveria promover seu desenvolvimento pessoal, possibilitando assim o desenvolvimento de toda a nação. Do ponto de vista econômico, o compromisso do coloradismo seria um “compromisso com o camponês”.

Já em Méndez Fleitas (1989b) as **relações sociais de produção** recebem pouca atenção na obra, sendo que a principal preocupação do autor reside na crítica ao modelo de dependência

econômica sustentado pelo stronismo, consistindo mais bem em um modelo *agrário-comercial*. A concepção econômica defendida por Méndez Fleitas (1989b) reconhece a necessidade de uma ação conjunta do intervencionismo estatal com o capital privado, nacional e estrangeiro, beneficiando preferencialmente o capital nacional, mas não obstante as ações do capital internacional, apenas direcionando-o para a execução dos interesses nacionais. O modelo afirma a proeminência da produção agrícola, porém rechaça a fórmula oligárquica adotada depois da Guerra da Tríplice Aliança, e reafirmada pelo stronismo, pois cria privilégios que “subvierten los fines naturales del Estado y hundien al pueblo en la miseria” (MÉNDEZ FLEITAS, 1989b: 232).

Nos documentos partidários encontramos duas posições principais. A Declaração de Princípios de 1967 reconhece a proeminência do setor agrário para a economia paraguaia, no entanto, assume um modelo absolutamente agrário-comercial, buscando assegurar “la comercialización de los productos en condiciones favorables” (ANR, 1967a: 17). No Informe de 1971 encontramos uma postura distinta, defensora da reforma agrária integral, que promova a produção camponesa, mais próxima de um modelo agrário-rural (ANR, 1971). No segundo documento observamos, por um lado, a opção definitiva do oficialismo pela produção camponesa a fim de obter apoio desse grande grupo social, e, por outro lado, a busca de legitimação do projeto de reforma agrária que o governo Stroessner implantava.

Neste período é possível observar como a ideologia colorada alterou alguns de seus postulados para adequar-se à defesa do governo stronista, fundamentalmente da fórmula “paz e progresso com Stroessner”. A corrente majoritária valeu-se do domínio da estrutura partidária para atuar na defesa do governo stronista, justificando ideologicamente a manutenção do stronismo. Não obstante, outra vez o partido soube utilizar-se das dissensões internas das concepções ideológicas para mitigar as tensões nas demais esferas da sociedade. Ainda que os dissidentes estivessem excluídos da lógica partidária, vivendo no exílio, alguns elementos de sua visão ideológica permaneciam nas discussões do coloradismo, fazendo com que a ideologia partidária saísse fortalecida, englobando em seu interior algumas das críticas levantadas pelos setores opositores.

3.2.5 Período da crise stronista

Para analisar o pensamento de Bacon Duarte Prado no período a obra elencada é “El nacionalismo colorado”, publicada em 1987, representando o corolário ideológico do stronismo

para sobrepor-se aos demais grupos internos do coloradismo, como o representante do empreendimento de “paz e progresso” com Stroessner.

A obra que analisaremos para representar o pensamento de Luis María Argaña neste período é “Historia de las ideas políticas en el Paraguay”, publicada em 1979, onde o autor elenca os principais projetos políticos paraguaios, e já aponta para as possibilidades futuras, principalmente do coloradismo, que deveria retomar suas raízes.

E no que se refere à Carlos Romero Pereira, serão analisadas duas obras do autor referentes ao período, por serem escritas em dois momentos cruciais para a sua atuação política. A primeira obra analisada é “Una propuesta ética”, publicada em 1987, justamente quando realizava-se a Convenção do Partido Colorado em que ocorreu a ruptura definitiva entre militantes e tradicionalistas, prenúncio da derrocada do stronismo pela cisão interna do coloradismo. Nesta obra, Romero Pereira apresenta o seu projeto de Partido e de Nação para o novo período que deveria surgir brevemente, de democratização.

A segunda obra analisada é “El pensamiento ético, la transición y las Fuerzas Armadas en el Paraguay”, publicada em 1989, com uma compilação de documentos de toda a década de 1980, além de apresentar reflexões do autor feitas após o golpe de Estado que derrocou Stroessner e iniciou o processo de democratização. A preocupação central de Pereira nesta obra é apresentar o projeto político do coloradismo ético para a transição democrática no Paraguai.

Apreciando os dois documentos analisados para o período podemos encontrar subsídios para dar suporte a afirmação prévia de que a dominação política exercida não era simplesmente coercitiva, mas sim hegemônica, pois busca justificar-se ideologicamente, apresentando-se como imprescindível para o desenvolvimento da sociedade. O primeiro documento é “Verdades necesarias: información oficial de la Honorable Junta de Gobierno”, de 1984, e o segundo é o “Bosquejo de la doctrina del Partido Colorado”, de 1987. Neste sentido, observaremos que a postura oficialista está permeada pelas concepções dos militantes, enquanto os tradicionalistas foram marginalizados, mas suas ideias ainda possuíam relevância e influenciaram algumas das decisões tomadas no interior do partido.

A **relação Estado/Forças Armadas** em Prado (1987) é *partidarista*. O autor apresenta ao *pynandi*, o camponês paraguaio, como o modelo do soldado paraguaio. Este defenderia sua pátria com o auxílio dos chefes militares e civis, unindo-se às milícias coloradas em sua luta pela libertação nacional. Os militares que se uniram ao coloradismo identificaram-se com os

mais profundos ideais patrióticos, passando a atuar permanentemente com esses ideais, pois “la milicia del patriotismo no admite retiro, descanso ni jubilación” (PRADO, 1987: 81).

Por sua vez, em Argaña (1979) a **relação Estado/Forças Armadas** remete ao *primado da ordem*. Esta ideia parte da consideração de que “la paz es la premisa indispensable para todo lo demás” (ARGAÑA, 1979: 281). Em um mundo marcado por conflitos e tensões permanentes, as Forças Armadas deveriam agir como elemento estabilizador e pacificador, garantindo a ordem que permita o desenvolvimento da sociedade. Para Argaña (1979: 288), a experiência internacional da Guerra Fria demonstrava que “teniendo un gobierno fuerte, que ha consolidado nuestras instituciones, que nos ha permitido vivir en paz”, foi possível somente com o suporte decisivo das Forças Armadas.

E para Pereira (1987), a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Pereira (1987: 78) critica a partidarização das Forças Armadas empreendida pelo stronismo, mencionando que com isso a instituição castrense é “depurada de elementos institucionalistas”. A partidarização desnaturaliza as funções que são designadas constitucionalmente para as Forças Armadas. O autor propõe que as Forças Armadas limitem-se ao cumprimento das funções constitucionais assignadas, basicamente a defesa da soberania nacional. Afirma a necessidade de “excluir expresamente a las Fuerzas Armadas de toda participación en conflictos y enfrentamientos político-sociales internos y evitar así su sectorización y desnaturalización” (PEREIRA, 1987: 95).

O princípio da **relação Estado/Forças Armadas** *institucionalista* é reafirmado por Pereira (1989). O conceito institucional das Forças Armadas paraguaias sustentado por Pereira (1989: 187) exige o empreendimento de uma política de restabelecimento da institucionalização e da hierarquização funcional das Forças Armadas, de modo “que le devuelvan su carácter de institución encargada de la defensa nacional en base a una formación estrictamente profesional de sus cuadros militares, institución apartidaria y exenta de los riesgos y de los vicios del caudillismo jerárquico”. Ademais, considera que as Forças Armadas devem estar “al servicio de los intereses de la comunidad y sometidas a las normas que regulan la vida social en la República” (PEREIRA, 1989: 204).

Aqui notamos uma profunda confluência do pensamento partidário com o de Prado (1987), quando nas Verdades Necessárias encontramos a seguinte afirmação: “Nuestras Fuerzas Armadas, lo decimos acá y lo decimos en la calle y en todas partes son auténticamente

coloradas, baluartes del coloradismo y están disciplinadamente respetando a su Comandante en Jefe [Stroessner]” (ANR, 1984: 14). Já a postura defendida por Argaña (1979) compatibiliza-se com a apresentada no Esboço Doutrinário de 1987, quando se aponta para as Forças Armadas como “sostén del orden y la paz”, elementos imprescindíveis para a vida em sociedade (ANR, 1987: 14). E a postura defendida por Pereira (1987) e Pereira (1989) contraria os dois documentos analisados, confirmando o caráter dissidente do setor ético do coloradismo.

O **modelo de inserção internacional** apresentado por Prado (1987) é *autonomista*. Prado (1987: 30) aponta para a necessidade de reconhecer a autenticidade paraguaia, “representando la corriente histórica de afirmación autonomista, anti colonialista, optimista en cuanto a la posibilidad del Paraguay de crearse su propio ámbito de gravitación cultural y política”.

Em Argaña (1979) também encontramos um **modelo de inserção internacional** *autonomista*. Para o autor, a soberania nacional deve estar sempre acima dos interesses partidários. No relacionamento com as demais nações, apreciando a participação do Paraguai no Sistema Internacional, o autor critica a adoção indiscriminada de preceitos estrangeiros, asseverando que isto “llevaría al desastre como nación, pues perderíamos nuestra individualidad y dejaríamos de ser lo que somos, para ser un remedo ridículo de nociones de otras latitudes, sin vigencia en la realidad nacional” (ARGAÑA, 1979: 51).

Já em Pereira (1987) o **modelo de inserção internacional** é *integracionista*. O autor refere-se à necessidade de uma nova forma de inter-relação dos países, assumindo os compromissos firmados nas instituições intergovernamentais como a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos. Assumir-se-ia, assim, “una política exterior que se sustente en acuerdos de solución pacífica” (PEREIRA, 1987: 96), na cooperação antes que no conflito. Segundo Pereira (1987), o regime autoritário stronista acabou isolando o Paraguai, fazendo necessário que a nova política internacional paraguaia – que deveria ser empregada com a democratização – respondesse aos seguintes elementos centrais: romper os laços de dependência; integração regional; integração aos regimes coletivos das organizações internacionais; promoção dos processos de democratização.

Do mesmo modo, Pereira (1989) reafirma o **modelo de inserção internacional** como *integracionista*. Para o autor o Paraguai deve participar do Sistema Internacional, pois isto permitiria fomentar o apoio das democracias do mundo, especialmente as latino-americanas, à

transição pacífica e democrática do Paraguai. Considera que “la solidaridad internacional es una necesidad del mundo contemporáneo” (PEREIRA, 1989: 191).

Quanto à apresentação desta categoria nos documentos partidários do período, no Esboço Doutrinário de 1987 encontramos elementos da concepção do coloradismo sobre a inserção internacional do Paraguai, afirmando que esta deve levar em conta três fatores imprescindíveis: soberania, patriotismo e a tradição nacionalista (ANR, 1987). Observa-se, assim, uma postura autonomista, defensora dos “supremos intereses nacionales”.

Quanto à **interpretação da evolução da estrutura histórica**, em Prado (1987) ela é *tradicionalista*. Como considera o nacionalismo o elemento fundamental para a coletividade, a concepção do autor da evolução da estrutura histórica parte do pressuposto de que “el nacionalismo es un impulso psico-social que echa sus raíces profundas en el pasado en forma de tradición e historia que así se hacen memoria colectiva” (PRADO, 1987: 11). Além disso, afirma que “el pasado ejerce una suerte de determinismo en el desenvolvimiento de los pueblos” (PRADO, 1987: 12).

De um modo distinto, Argaña (1979) também assume uma **interpretação da evolução da estrutura histórica tradicionalista**. Ao posicionar-se como defensor da visão tradicionalista da história, Argaña (1979: 47) menciona que “el estar con la tradición no implica estar contra el progreso de las instituciones y los cambios del país”. Aponta para a imprescindibilidade de uma consciência histórica, reconhecendo o legado dos “próceres da Nação”. “Sin querer ni poderlo evitar, debemos hacer historia, y la historia como la entendemos no es un camposanto poblado de estatuas inertes. Tiene vida, dinamismo, se proyecta al presente, y en cierto modo la memoria de los muertos ilustres nos mandan” (ARGAÑA, 1979: 130).

Por outro lado, em Pereira (1987) a **interpretação da evolução da estrutura histórica** é *evolucionista*, principalmente com relação ao passado recente, havia a necessidade de superar a etapa stonista da história paraguaia. Pereira (1987: 18) afirma que é preciso “asegurar las conquistas del progreso, a que felizmente ha cooperado nuestro partido con decidida constancia y fe en el porvenir”. Examinando o sistema educacional paraguaio, o autor critica seus princípios ideológicos que apresentam o regime stonista como defensor de um “histórico pasado, de las glorias y heroísmo de antes”, fazendo-se necessária uma “evolución cultural profunda” que supere o sistema de crenças arcaico, “sin ninguna relación con lo que es nuestro hombre de hoy” (PEREIRA, 1987: 267-268).

Pereira (1989) mantém a **interpretação da evolução da estrutura histórica evolucionista**. Primeiramente o autor critica o que chama de “subdesenvolvimento cultural”, sendo que a interpretação da história que ele propõe “lucha contra un saber anacrónico; contra la tradición de mantener una retórica no conceptual y acrítica” (PEREIRA, 1989: 31). Critica aos partidários de uma tradição fossilizada nas glórias de um passado nacional remoto, expressando que “tenemos una mentalidade joven, y queremos ir al futuro con pasos firmes” (PEREIRA, 1989: 51). Em suma, assume o compromisso de “alzar su vista más allá de este presente ya longevo y escrutar con ojos penetrantes en el futuro que será, sin duda, mucho más y mucho mejor que el pasado y que el presente” (PEREIRA, 1989: 165).

Para Prado (1987), a **relação Estado/sociedade** pauta-se pela *subordinação*. Para o autor, “el Estado es un modo del ser social, un instrumento de expresión nacional” (PRADO, 1987: 34). O Estado deve servir à nação, auxiliando a sociedade na concepção de sua autenticidade, superando o individualismo, pois a nação representa “la suma de sus individuos” (PRADO, 1987: 45). A pluralidade do organismo social é limitada pelos “interesses nacionais”, que sobrepõem-se à quaisquer interesses individuais ou de grupos, e que são interpretados pelo Estado nacionalista.

Argaña (1979), por sua parte, afirma que a **relação Estado/sociedade é pluralista**, ainda que o pluralismo seja limitado pela institucionalidade baseada na Constituição, excluindo os grupos que visem derrocar tal institucionalidade. O autor aponta para a imprescindibilidade do sistema de partidos para a realização da democracia. “El partido político se constituye en instrumento cardinal de la voluntad popular, base y fundamento de la democracia representativa” (ARGAÑA, 1979: 24). Os vários grupos que compõem a sociedade têm o direito de participarem do sistema político, por meio dos partidos, que representam o elemento de mediação entre o Estado e a sociedade, reconhecendo seu caráter intrinsecamente plural.

Da mesma forma, em Pereira (1987) a **relação Estado/sociedade é pluralista**. Para Pereira (1987: 499) somente através de uma “verdadera democratización de las estructuras de poder, que permitan la real participación de las diversas fuerzas sociales y políticas, se podrá superar la actual profunda crisis económico-social que asuela a nuestra patria”. O pluralismo ideológico deve ser respeitado, tendo seu único impedimento nos métodos para a chegada ao poder, que devem ser constitucionais e pacíficos. Em síntese, toda a pluralidade de atores sociais “deben contar con la más amplia libertad para desarrollar sus actividades debiendo dárseles, también, participación en todos los temas de su interés” (PEREIRA, 1987: 504).

Pereira (1989) reafirma que a **relação Estado/sociedade** é *pluralista*. Como sua preocupação central reside no processo de transição democrática, Pereira (1989) reconhece a necessidade de respeito à participação de todas as forças e setores políticos e sociais, na busca de empreender a democratização. “La heterogeneidad, la diversidad, la disparidad, son las claves de una nueva forma de unidad orgánica en nuestra institución política” (PEREIRA, 1989: 221). O projeto do coloradismo ético busca organizar uma sociedade e um Estado moderno, democrático e pluralista, onde os dissensos fomentem o poder criativo da associação política.

A postura do partido nos documentos analisados, por sua vez, aproxima-se com a afirmação da subordinação, considerando que o pluralismo, ainda que seja importante para o sistema político, deve estar submetido aos princípios de ordem e segurança. Nas Verdades Necessárias de 1984 encontramos a justificação da subordinação por meio da defesa do princípio de segurança, a “democracia sem comunismo”, que logre manter a “paz, ordem e progresso”. Contudo, é no Esboço Doutrinário de 1987 que encontramos uma afirmação mais contundente de tal princípio: “El espíritu de orden viene a ser, en consecuencia, la expresión de una conducta orientada hacia el mantenimiento del orden, consciente de que ese es uno de los medios de colaborar para preservar la paz y el progreso colectivo” (ANR, 1987: 48). Os grupos sociais devem estar submetidos a este princípio que rege a sociedade.

No concernente à **coesão da sociedade**, segundo Prado (1987) ela é provida pelo *nacionalismo*, ainda mais se observarmos que o nacionalismo consiste no elemento central da obra. Para Prado (1987: 26) o nacionalismo representa a etapa superior de integração social, expressando a autoconsciência, a unidade de valores e uma concepção do destino, em suma, a solidariedade grupal. “El pensamiento nacional actúa o guisa de argamasa para cimentar el espíritu de la Nación, estimular las coincidencias, orientar la opinión pública, afirmar la común voluntad de realizar todos juntos la epopeya cotidiana de labrar un auténtico destino en alas del desarrollo y progreso” (PRADO, 1987: 47).

Para Argaña (1979) a **coesão da sociedade** também é lograda com o *nacionalismo*. Argaña (1979: 10) busca a unanimidade dos paraguaios com relação a apenas um fator: “en el sentimiento de Patria, la unidad en nuestro nacionalismo”. O nacionalismo seria um dos valores essenciais para a convivência social. A autoctonia e a singularidade paraguaia seriam as bases para o seu nacionalismo, fazendo com que este seja um elemento unificador da sociedade, justamente por compreender a situação singular da sociedade.

Por outro lado, para Pereira (1987) a **coesão da sociedade** deve ser conseguida por meio das *instituições*. A democracia seria o elemento essencial para unir a sociedade, pois possibilita a evolução para uma sociedade igualitária, sendo essencial para isso o estabelecimento de instituições que garantam o exercício da democracia. Para um governo autenticamente democrático “los derechos colectivos e individuales serán preocupación permanente (...), en el entendimiento que la privación de los derechos básicos de los paraguayos es una transgresión a normas elementales de la convivencia” (PEREIRA, 1987: 500).

E Pereira (1989) reitera que a **coesão da sociedade** consegue-se com as *instituições*. Para Pereira (1989: 221) o novo modelo político-institucional democrático deve promover a unidade na diversidade, dotando os distintos grupos sociais de “vida propia, de autonomía estructural y funcional para que, cada uno en su sitio y en su función, concurra a la organización armónica del todo”. As instituições devem prover a sociedade com os instrumentos e os meios mais aptos para a realização do bem comum, em um ambiente de convivência solidária (PEREIRA, 1989: 222).

Nos documentos partidários do período encontramos duas posturas distintas. Nas Verdades Necessárias notamos uma postura que erige o partido político, mais especificamente o Partido Colorado, como elemento de coesão da sociedade, o verdadeiro intérprete dos anseios populares (ANR, 1984: 24-27). Já no Esboço Doutrinário de 1987 o nacionalismo aparece como o principal elemento para lograr a coesão social, por ser o elemento que consegue superar os interesses individuais ou de grupo, fragmentadores, afirmando interesses coletivos que o Estado deve realizar (ANR, 1987).

E as **relações sociais de produção** apresentadas na obra de Prado (1987) remetem ao modelo *industrial*. Seu projeto de economia nacional busca “orientar las actividades económicas de modo a obtener el máximo provecho de nuestras riquezas por medio de la producción e industrias más aptas y económicamente rentables, con una distribución justa y equitativa en materia de bienes y servicios” (PRADO, 1987: 55). Defende a capacitação técnica e profissional da mão de obra nacional, gerando uma economia nacional “para los nacionales”, contudo, sem protecionismos artificiais que possuem eficácia duvidosa.

Já em Argaña (1979) as **relações sociais de produção** seguem um modelo *agrário-comercial*. Para o autor, o poder público deve perseguir a realização de um desenvolvimento econômico humanista, mencionando que sem segurança econômica não há felicidade, fazendo-

se necessária a participação estatal. Considera, do mesmo modo, a função social da propriedade, argumentando que o interesse privado nunca pode estar acima do interesse coletivo. Portanto, como a matriz produtiva paraguaia historicamente conferiria proeminência ao setor agrícola, Argaña (1979) considera este setor como vital para o desenvolvimento nacional, não obstante, necessitando evoluir em suas técnicas produtivas e de comercialização, fazendo-se essencial a intervenção do Estado para a promoção da infraestrutura necessária para isso.

Em Pereira (1987), as **relações sociais de produção** referem-se ao modelo *industrial*, com uma profunda crítica ao modelo primário-exportador empreendido pelo stronismo. Para Pereira (1987: 501), o modelo agroexportador deteriorou as condições de vida do camponês paraguaio. Este modelo deve ser substituído por outro que promova a diversificação da pauta de exportações e que permita a expansão do mercado interno. Neste sentido, “a la industria nacional debe otorgársele tasas cambiarias realistas que impidan el contrabando, créditos suficientes y oportunos y una asistencia técnica eficiente” (PEREIRA, 1987: 507). Em suma, deveria ser promovida a “instalación de industrias que procesen los productos [naturales]” (PEREIRA, 1987: 507).

O autor muda sua concepção, e em Pereira (1989) observamos que as **relações sociais de produção** são baseadas em um modelo *agrário-comercial*. Analisando a situação de pauperização do campesinato paraguaio, setor ainda majoritário na época, o autor afirma a necessidade de fornecer segurança econômica para ele, incentivando os investimentos neste setor, para a sua dinamização e transformação em um setor produtivo para exportação (PEREIRA, 1989: 42-43). Considera o modelo agroexportador do stronismo, com a produção em larga escala de alguns complexos agrícolas, “un modelo sociopolítico y económico que se ha tornado absolutamente obsoleto para esta época” (PEREIRA, 1989: 50).

Quanto ao debate da categoria nos documentos do período, nas Verdades Necessárias não encontramos uma discussão sobre o modelo econômico a ser adotado, apenas enaltecendo os logros da “economia progressista” de Stroessner (ANR, 1984). E no Esboço Doutrinário de 1987 observamos a afirmação do intervencionismo estatal como essencial para o modelo econômico, que passa a ser industrial, por meio da defesa do desenvolvimento de empreendimentos que forneçam produtos com maior valor agregado, melhorando a situação das contas externas (ANR, 1987: 37-40). A concepção de Argaña (1979) destoa dos argumentos apresentados no Esboço Doutrinário de 1987, principalmente pelo fato de que o documento busca enaltecer logros econômicos do stronismo, apresentando o regime como uma espécie de

propulsor da modernização paraguaia, por meio da industrialização e diversificação da base produtiva (ANR, 1987). Além disso, é interessante notar como este documento e Pereira (1987) concebem um modelo industrial, mas com justificativas diametralmente opostas, fundamentalmente no concernente ao modelo e às políticas adotadas no governo de Stroessner.

Os resultados da análise do período seguem o que observamos nos períodos anteriores, reafirmando a concepção de que a ideologia partidária é utilizada como âmbito para a justificação das ações governamentais, bem como um cenário para mitigar as tensões no interior do bloco histórico. Entretanto, retomando Gramsci, é possível observar que neste período ocorreu um descolamento entre forma e conteúdo do bloco histórico, e a ideologia por si só não conseguiu justificar a manutenção do stronismo.

Não obstante, o período nos demonstra que a adaptabilidade ideológica interna do coloradismo é de fato um dos principais elementos para a manutenção de seu êxito político, na direção do bloco histórico. Ainda que a posição oficialista fosse derrocada com o tempo, juntamente com o governo de Stroessner, o Partido Colorado já possuía em sua estrutura interna os elementos ideológicos que embasariam sua atuação no período da democratização, providos pelos setores dissidentes reunidos sob os tradicionalistas.

3.2.6 Período da democratização

Examinaremos duas obras de Luis María Argaña publicadas no período, e que refletem os fundamentos mais acabados de seu pensamento político. A primeira obra analisada é “Doctrina y acción colorada”, um compilado de textos das décadas de 1970, 1980 e 1990, publicado em 1998, trazendo um manual para a ação da militância colorada em um contexto democrático. É interessante observar como o autor procura, nesta obra, desvencilhar-se do legado stronista, afirmando a tradição democrática, institucionalista, popular e pluralista do coloradismo.

A segunda obra analisada é “Memoria política”, também publicada em 1998, onde Luis María Argaña (1932-1999) apresenta uma síntese de sua atuação como presidente da ANR, bem como as bases de seu projeto de governo para as eleições internas daquele ano. Representa o corolário ideológico do argañismo.

No concernente à Leandro Prieto Yegros, a obra escolhida para ser examinada é “La ideología colorada: bosquejo histórico y capítulos fundamentales”, originalmente publicada em

1992, visando apresentar os elementos fundamentais do projeto político colorado para enfrentar o novo cenário político inaugurado com a democratização.

E no que diz respeito à Nicanor Duarte Frutos, a obra que analisaremos é “Desafios y respuestas para el nuevo siglo”, publicada em 2001, onde encontramos as bases do projeto de governo que Duarte Frutos implementou durante seu mandato.

Este é o período que fornece mais documentos para a análise, justamente por ser o momento em que o partido passa a competir em um sistema eleitoral renovado, necessitando justificar seus posicionamentos, as políticas empreendidas, os projetos de governo, frente ao eleitorado, levando em conta o pluralismo interno do partido, e o pluralismo do sistema partidário, que fornece várias alternativas ao eleitor. Apreciam-se os seguintes documentos: “Estatuto”, de 1991; “Código de ética. Reglamento del Tribunal de conducta”, de 1996; “Orientación política. Convención ordinaria”, de 1998; “Programa de gobierno: 1999-2003”, de 1999; “Estatuto. Por un Partido Colorado organizado y dinámico”, de 2001; “Renovación cultural desde el coloradismo. Proyecto de servicio sociocultural”, de 2007; “Recopilación partidaria. Material de estudios políticos de la A.N.R. Partido Colorado”, de 2010; “El ser colorado. Documento para la juventud colorada”, de 2011; e o “Estatuto”, de 2014.

Para Argaña (1998a) a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Argaña (1998a: 162) afirma que o Paraguai vivenciou historicamente um processo de ingerência militar na política, fazendo com que “la institucionalidad de las Fuerzas Armadas, como entidad al margen de la política partidaria no ha podido consolidarse”. Neste sentido, “el rol militar en la sociedad fue mucho más allá del rol tradicional que le encomendaba el marco jurídico vigente” (ARGAÑA, 1998a: 167). Considerando o papel das Forças Armadas no novo cenário político democrático, o autor menciona a necessidade de sua remodelação, “como consecuencia de una reelaboración de la institucionalidad del Estado, es decir, en una reforma del Estado” (ARGAÑA, 1998a: 194).

Em Argaña (1998b) o autor reitera sua concepção de que a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Este ponto já não recebe a mesma atenção nesta obra, sendo que o autor apenas insere o debate da organização castrense no âmbito mais geral de institucionalização do sistema democrático, condenando aqueles que atentam “contra el orden y la institucionalidad” (ARGAÑA, 1998b: 17).

Do mesmo modo, para Prieto Yegros (2004) a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Este é um ponto pouco explorado pelo autor ao longo da obra. Apenas insere a instituição castrense no debate mais amplo do modelo de Estado que defende, voltando ao ideal de Natalicio González do “Estado servidor do homem livre”, afirmando que as Forças Armadas também seriam uma “herramienta institucional de la consolidación del bien común, finalidad última de todo mando, de todo Gobierno” (PRIETO YEGROS, 2004: 9).

Corroborando a visão dos demais autores, em Duarte Frutos (2001) a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*, porém o autor quase não discute o papel das Forças Armadas no novo cenário que surgiria com a entrada no século XXI. Restringe-se a posicionar as Forças Armadas como defensoras da soberania e dos recursos nacionais, limitando-se a estas funções assignadas constitucionalmente.

Esta concepção institucionalista dos intelectuais do período assemelha-se com o estabelecido no Estatuto de 1991, onde o partido declara-se defensor da institucionalidade das Forças Armadas (ANR, 1991). Quanto ao retorno à "normalidade institucional" por meio da reforma do Estado, esta concepção insere-se no contexto dos objetivos expostos no Programa de Governo de 1999 (ANR, 1999).

O **modelo de inserção internacional** apresentado por Argaña (1998a) é *integracionista*. Argaña (1998a) afirma que a soberania nacional deve ser reconsiderada no contexto do mundo globalizado. “En nuestros tiempos ya ningún país podrá desarrollarse en forma autónoma y separada de los demás. Surge en consecuencia, como de primordial importancia, para mi país, el elemento determinante para su proyecto nacional y factor decisivo de un Estado moderno, su inserción internacional” (ARGAÑA, 1998a: 203). O modelo integracionista é postulado como uma necessidade do contexto, que exige uma política exterior que priorize “el fortalecimiento de los sistemas multilaterales y bilaterales” (ARGAÑA, 1998a: 215).

Em Argaña (1998b) o autor reafirma que o **modelo de inserção internacional** é *integracionista*. Argaña (1998b: 24) reconhece que os interesses e a soberania nacional devem ser os conceitos básicos da ação internacional do Paraguai, no entanto, faz-se necessária a abertura internacional e a incorporação definitiva ao Sistema Internacional, “exigencias de un mundo cada vez más interdependiente y global”.

Por sua parte, em Prieto Yegros (2004) o **modelo de inserção internacional** é *autonomista*. Para Prieto Yegros (2004), a política externa deve seguir uma “linha nacional e

popular” que livre-se da férrea estrutura de dependência, principalmente no campo econômico, mantida com a deterioração dos termos de troca. Segundo o autor, a “autêntica independência” teve sua experiência originária nos governos da Primeira República. A consolidação do autonomismo logra-se quando o Estado assume “la tarea de actuar de agente principal del desarrollo” (PRIETO YEGROS, 2004: 39). Defende as aspirações dos povos empenhados em preservar sua identidade e seu direito ao desenvolvimento autônomo, lutando contra todas as formas de dominação.

E para Duarte Frutos (2001) o **modelo de inserção internacional** é *integracionista*. Partindo do pressuposto de que “no es posible mantenernos al margen de los procesos mundiales”, Duarte Frutos (2001: 8) alerta para os riscos que a globalização traz para as nações que não se preparam para enfrentarem as investidas de seu caráter universalista. “Un país que pierde su identidad cultural, luego perderá su soberanía económica y política. Para una integración creadora y libre en el mundo plural, primero hay que afirmar lo nacional, nuestra identidad cultural” (DUARTE FRUTOS, 2001: 44). Defende uma participação internacional ativa, para conseguir que a cooperação entre as nações adquira maior relevância em seus projetos internos. “Necesitamos gobernar la globalización de modo que se convierta en una oportunidad para el desarrollo de todos y especialmente de nuestros pueblos” (DUARTE FRUTOS, 2001: 64). Postula a necessidade de multiplicar a cooperação internacional para o desenvolvimento econômico, social e cultural, valendo-se de uma diplomacia ativa que logre fazer com que o Paraguai insira-se com um papel protagonista no campo internacional.

O integracionismo é, definitivamente, a postura assumida pelo coloradismo na democratização. Encontramos tal conceito nos Estatutos de 1991, 2001 e 2014, bem como na Orientação Política de 1998 e no Plano de Governo de 1999. Neste sentido, em ANR (2014: 3) considera-se “que la solidaridad internacional es una necesidad del mundo contemporáneo y que el país debe sumar sus esfuerzos al de todas las naciones de la paz y de la democracia para remover las causas de rivalidad internacional”. Além disso, menciona a necessidade de empreender uma decisiva “política de amplia cooperación interamericana”.

Outra concepção observada é a de um “integracionismo soberano”, que está presente na Declaração de Princípios de 1998. O Partido Colorado assume uma postura que reconhece a necessidade de integração do Paraguai à “comunidad de naciones”, no entanto, sem renunciar ao princípio da soberania nacional (ANR, 1998). Na Compilação Partidária de 2010 encontramos a defesa da “linha nacional e popular”, que seria a base para a ação internacional

paraguaia, fundada nos princípios de defesa da soberania e dos interesses nacionais, agindo com base em conceitos e fórmulas autóctones (ANR, 2010). Este pensamento aparece de forma mais aprofundada em "El ser colorado" de 2011, definindo-a como a "fórmula política que propone el desarrollo autónomo, autodeterminado de una colectividad definida según sus características precisas y homogéneas, depositaria de los valores exclusivos e imperecederos de la nación". Por conseguinte, "el coloradismo defiende lo que es nuestro, lo autóctono, respetando su autenticidad, carácter y peculiar singularidad" (ANR, 2011: 7).

Observa-se que tal concepção é a que está mais adequada com a análise conjunta do exposto pelos intelectuais em suas obras e nos documentos partidários, por lograr a confluência do modelo integracionista com os anseios autonomistas que historicamente o partido assumiu, sendo que o fator integracionista impõe-se, como uma contingência do próprio contexto.

No que se refere à **interpretação da evolução da estrutura histórica**, em Argaña (1998a) ela é *evolucionista*. Sua apreciação do passado considera que não se pode “fondear la vida nacional en lo que pasó”, ainda mais com um cenário de grandes desafios como o que enfrentava o Paraguai da democratização. Deve se olhar para o “futuro que está en nuestras manos”, e que deve ser construído conjuntamente livrando-se dos prejuízos do passado. “Porque según sea nuestra mística, nuestra moral, nuestro renunciamiento, nuestra generosidad, haremos un futuro real que nos desarraigará de un pasado que hay que olvidar para seguir adelante” (ARGAÑA, 1998a: 361).

Argaña (1998b) segue a mesma linha, reafirmando sua **interpretação da evolução da estrutura histórica** *evolucionista*. Tal concepção surge da “fé no futuro” apresentada pelo autor. “Fe en que entre todos sabremos encontrar el camino de la cordura, del diálogo y de la pacificación, para sacar al Paraguay de este estado de postración y defender la libertad conquistada con sudor y sangre” (ARGAÑA, 1998b: 30).

De modo distinto, em Prieto Yegros (2004) a **interpretação da evolução da estrutura histórica** é *tradicionalista*. O autor aponta ser necessário efetuar-se um retorno ao passado para reorientar o presente e projetar o futuro. “Con estos guías el Paraguay vivió horas gloriosas y estupendas que dejaron constancia irreductible en su vocación de grandeza” (PRIETO YEGROS, 2004: 17). Defendendo a autoctonia, aprecia a reivindicação do passado histórico, com “una completa reivindicación de los antecedentes” (PRIETO YEGROS, 2004: 93).

E em Duarte Frutos (2001) a **interpretação da evolução da estrutura histórica** é *evolucionista*. Duarte Frutos (2001: 6) considera que “ninguna sociedad tiene horizontes sin pensamientos que alumbran el porvenir de los pueblos”. O protagonismo que o Partido Colorado possui na história política paraguaia deveria ser utilizado para “influir en su evolución” (DUARTE FRUTOS, 2001: 16). Para Duarte Frutos (2001: 23), “mirar el pasado es importante para no repetir los errores. Pero no se puede vivir eternamente de cara a la historia y de espaldas al futuro”. Afirma a necessidade de explorar “con obsesiva insistencia el futuro”, pois a tradição não é suficiente para responder aos desafios da dinâmica do mundo contemporâneo.

A **relação Estado/sociedade** apresentada por Argaña (1998a) é *pluralista*. Defendendo a manutenção e o fortalecimento da ordem democrática, Argaña (1998a: 269) considera imprescindível a “presencia activa de una pluralidad de partidos políticos”, disputando pela via eleitoral o controle do aparato estatal. “La confrontación programática debe traducir la diversidad de opiniones y de intereses que se manifiestan en la sociedad. En un orden democrático, las diferencias naturales que caracterizan a los seres humanos son dirimidas y resueltas en forma pacífica por medio del debate y el voto”.

Em Argaña (1998b) o autor reitera sua concepção *pluralista* da **relação Estado/sociedade**. Argaña (1998b: 27) concebe “un Estado con mayores atribuciones sociales y, por ello, con un mayor número de controles”, pois deve responder as demandas da cidadania que passa a cobrar resultados e possui os mecanismos de controle eleitoral para modificar os rumos das políticas públicas. Neste sentido, “el Estado es una institución encargada de asegurar la libertad y de promover el desarrollo y el bienestar de todos los ciudadanos, y no un instrumento al servicio de intereses espurios de personas o grupos económicos” (ARGAÑA, 1998b: 29).

Para Prieto Yegros (2004) a **relação Estado/sociedade** também é *pluralista*. O autor defende uma “democracia autêntica” com um grande conteúdo social, reivindicadora das demandas populares expressadas pela pluralidade de organismos que constituem a sociedade. Como o Estado deve atuar servindo ao povo, a condução estatal da política social e econômica deve seguir as aspirações da base popular da sociedade (PRIETO YEGROS, 2004: 37).

Corroborando os apontamentos dos demais autores, para Duarte Frutos (2001) a **relação Estado/sociedade** é *pluralista*. O autor aponta para a promoção de uma sociedade civil

articulada, estabelecendo-se um sistema de colaboração mútua entre sociedade civil e Estado. “La misión del Estado debe ser servir a la sociedad, (...) garantizar unas relaciones económicas basadas en el valor de la justicia e integrar a la pluralidad social en metas colectivas comunes” (DUARTE FRUTOS, 2001: 11). Retoma o ideal do “Estado servidor do homem livre” de Natalicio González, inserindo-o no contexto de uma democracia governante em que “al mismo tiempo de garantizar la participación pluralista y el control de la sociedad, proviene también el acceso de todos a una mejor calidad de vida” (DUARTE FRUTOS, 2001: 37). Ao defender a ideia da participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas, declara ser preciso superar “la falsa idea de que Estado y sociedad son contrarios, rivales. Hoy deben interactuar y complementarse en función de un mayor bienestar para todos” (DUARTE FRUTOS, 2001: 52).

Nos documentos do período encontramos reiteradamente a afirmação do pluralismo como fundamento para o avanço do processo democrático, uma necessidade do Paraguai contemporâneo. Tomando o Estado como "servidor do homem livre", menciona ser fundamental "la admisión del pluralismo ideológico en la formación de la voluntad política de la Nación" (ANR, 2011: 15). Esta concepção do "Estado servidor do homem livre" está presente nos documentos do período, mas possui maior transcendência em "El ser colorado", quando afirma-se que o Estado "busca promover el bienestar del pueblo paraguayo, sobre la base de la igualdad, la justicia y la soberanía popular, manifestada en la forma republicana, democrática y representativa de gobierno" (ANR, 2011: 13). Deste modo, a concepção predominante é a do "Estado servidor do homem livre", respondendo às demandas de uma sociedade pluralista, elemento recorrente nos documentos do período.

Quanto à **coesão da sociedade**, segundo Argaña (1998a) ela é alcançada com o *nacionalismo*. Para o autor, a pluralidade de interesses que interagem em uma democracia, juntamente com os problemas socioeconômicos herdados do stronismo, poderiam dificultar a coesão da sociedade, contudo, o nacionalismo surge como elemento agregador, por unir todos os paraguaios na busca da realização do bem comum. O nacionalismo representa “la esperanza de la redención de nuestra patria”, atuando na promoção dos interesses coletivos e superando os particularismos e faccionalismos que marcaram o stronismo (ARGAÑA, 1998a: 380).

Argaña (1998b) mantém a concepção de que a **coesão da sociedade** é alcançada com o *nacionalismo*. Sua convicção nacionalista e patriótica refere-se à defesa dos interesses da coletividade, ou seja, uma forma de manter coesa a sociedade é responder aos anseios coletivos expressados pelos mais variados organismos da sociedade pluralista (ARGAÑA, 1998b: 10).

Para Prieto Yegros (2004) a **coesão da sociedade** também é fundada no *nacionalismo*. A importância que o autor dá ao nacionalismo em seu projeto político pode ser vista quando apresenta os “capítulos fundamentais da ideologia colorada”, ao elencar o nacionalismo como o primeiro fator examinado, como base para os demais. Afirma que o nacionalismo toma contornos de uma verdadeira crença política, com um marcado conteúdo emocional. “Constituye incuestionablemente una base para la cohesión de una sociedad y otorga legitimidad a su pretensión de autoridad. El Estado Nacional, como realidad o como proyecto histórico, concentra la lealtad popular, y es presentado como el marco indispensable para el progreso, el bienestar y las libertades de la colectividad” (PRIETO YEGROS, 2004: 80).

Por outro lado, para Duarte Frutos (2001) a **coesão da sociedade** é garantida pelas *instituições*, pois considera ser preciso alcançar uma “unidad en la pluralidad, cuyo fin esencial sea la consolidación de la democracia” (DUARTE FRUTOS, 2001: 50), o que apenas as instituições constitucionalmente estabelecidas poderiam propiciar. Por um lado, propõe a reforma do Estado que consiga torná-lo eficiente para proporcionar o bem estar da população e, por outro lado, propõe a efetiva participação cidadã “como mecanismo de control y de vinculación entre las autoridades y la ciudadanía” (DUARTE FRUTOS, 2001: 57). Isto faria com que a população se sentisse representada pelo poder público, pelas instituições do sistema político, unindo a população em torno de um projeto de país que responda aos desafios do mundo globalizado. É preciso superar o contexto de uma sociedade fragmentada e desestruturada, carente de projetos comuns (DUARTE FRUTOS, 2001: 32).

Os documentos partidários apresentam duas posturas principais, defendendo o nacionalismo e as instituições como fontes de coesão da sociedade. No que se refere ao nacionalismo, na Recompilação Partidária afirma-se que “los intereses de la patria están por encima de todo” (ANR, 2010: 3). Em “El ser colorado” encontramos outro documento que corrobora o princípio nacionalista, assinalando que o nacionalismo “concentra la lealtad popular, y es presentado como el marco indispensable para el progreso, el bienestar y las libertades de la colectividad” (ANR, 2011: 7). Quanto ao princípio institucionalista, aparece na Recompilação Partidária, ao expressar-se que “nuestro programa se resume en dos palabras: paz y respeto a las instituciones” (ANR, 2010: 6). Neste sentido, o Código de Ética de 1996 afirma que “la vida comunitaria ha desarrollado en el hombre la conveniencia o la necesidad de establecer leyes morales destinadas a normar sus acciones o actividades particulares a los

efectos de calificarlas como buenas o malas" (ANR, 1996: 1), e, a partir disso, elencar-se os princípios que irão reger a sociedade, mantendo a sua coesão interna.

E as **relações sociais de produção** apresentadas na obra de Argaña (1998a) são fundadas em um modelo *agrário-comercial*, priorizando a reativação da pequena e média agricultura. Partindo da consideração de que o Paraguai vivia uma profunda crise socioeconômica, Argaña (1998a) menciona a necessidade de intervenção estatal, principalmente para superar a crise camponesa, pois ela desencadeia uma série de crises nos demais setores da economia. "Comenzaremos por impulsar la reactivación de la pequeña y mediana agricultura que es la fuente básica de nuestra economía" (ARGAÑA, 1998a: 284). Busca-se a recuperação da demanda interna e a reativação dos setores tradicionais da economia (basicamente camponeses), tornando-os competitivos no mercado internacional.

Contudo, o autor altera sua concepção e em Argaña (1998b) as **relações sociais de produção** assinalam a necessidade de instalação de um modelo *industrial*. Para Argaña (1998b: 15) a profunda crise pela qual o Paraguai passava nos anos 1980 e 1990 era causada pela exaustão do modelo primário-exportador, por um lado, e pelo baixo nível de industrialização da economia paraguaia, por outro lado. Defende a redução no preço da energia do país como um elemento para incentivar a atividade industrial fomentada pelo capital nacional e estrangeiro. Com isso, expressa que "siempre se sostuvo que lo principal que ofrece el país para promover la inversión externa, en el área de la industrialización pequeña, mediana y grande, sería la abundancia de energía hidroeléctrica" (ARGAÑA, 1998b: 15).

Já para Prieto Yegros (2004) as **relações sociais de produção** seguem um modelo *agrário-rural*. Segundo o autor, o Partido Colorado é essencialmente agrarista. "El agrarismo es una consecuencia de la peculiar estructura sócio-económica del Paraguay que exige una respuesta inmediata" (PRIETO YEGROS, 2004: 136). Deve se considerar, também, a função social da terra, pois "el campesino es, además de una parte especial en el proceso de la economía, una visión del mundo y una propuesta cultural" (PRIETO YEGROS, 2004: 136). Em síntese, Prieto Yegros (2004: 137) aponta duas causas para apreciar-se a transcendência do agrarismo: "el agricultor constituye la base mayoritaria de la población paraguaya"; e é no arquétipo do agricultor que "residen los grandes valores culturales de la paraguayidad".

E para Duarte Frutos (2001) as **relações sociais de produção** seguem um modelo *agrário-comercial*. Como considera que a expansão do capitalismo, por meio da globalização,

possui um caráter despersonalizado, sem preocupar-se com a sorte dos excluídos e marginalizados pelo processo, Duarte Frutos (2001) retoma a ideia da necessidade de participação do Estado para a promoção de um sistema econômico baseado na justiça social. Tal sistema deve promover as bases produtivas nacionais, tradicionalmente agrícola, a fim de incluir as grandes massas afetadas pelo avanço da globalização no âmbito dos benefícios da economia de mercado (DUARTE FRUTOS, 2001: 53).

O documento partidário que preocupa-se mais detidamente com o modelo econômico a ser adotado é o Programa de Governo de 1999, justamente por partir do pressuposto da necessidade de reforma estatal, principalmente na área econômica. Em "El ser colorado" também encontramos uma discussão sobre o agrarismo no seio da ANR, mencionando que "la reforma agraria es uno de los factores fundamentales para lograr el bienestar rural" (ANR, 2011: 9). O Programa de Governo de 1999 postula a meta de "lograr la diversificación productiva y la inserción dinámica y productiva del sector agropecuario y forestal en los mercados internacionales" (ANR, 1999: 219). Assim como Argaña (1998a), em "El ser colorado" considera-se essencial a "modernización de la comercialización y servicios de apoyo al productor" (ANR, 2011: 231), especialmente os pequenos e médios produtores.

O industrialismo está presente no Programa de Governo de 1999, ainda que em segundo plano devido a proeminência do setor agrário. Afirma a necessidade de "reactivación de la capacidad ociosa de las empresas industriales". Soma-se a isso a "creación de nuevas industrias con financiamiento a largo plazo". Assim, lograria-se a "inserción dinámica del sector en los mercados regionales y mundiales" (ANR, 1999: 227). Em suma, a estratégia "en el área industrial, [es] identificar de manera sistemática y continua rubros de producción y exportación competitivos para el país y con condiciones favorables de mercado" (ANR, 1999: 232).

E o agrarismo é elemento central da concepção econômica presente em "El ser colorado", considerando o coloradismo "como un movimiento de masas, en el que el campesinado tiene un rol fundamental, que luchó y sigue luchando por la justa distribución de la tierra. Tiene como objetivo la defensa de los sectores rurales menos favorecidos y la efectiva implementación de la reforma agraria" (ANR, 2011: 8).

De tal forma, a concepção defendida por Duarte Frutos (2001) é a preponderante, afirmando um modelo agrário-comercial como apresentado no Programa de Governo de 1999, como visto previamente, podendo ser agregado que o partido considerava necessário

"implementar proyectos específicos que crean nuevas oportunidades de diversificación y que mejoren la renta del pequeño productor campesino" (ANR, 1999: 222).

Este período evidencia a utilização combinada da adaptabilidade com a tradição, fenômeno que aponta elementos para a compreensão do êxito histórico do coloradismo. O processo de democratização exigiu do Partido Colorado que se reinventasse, adaptando-se às necessidades de um Paraguai que adentrava definitivamente no mundo democrático e globalizado, encontrando em alguns fatores de sua tradição política as repostas que o desafio do novo cenário lhe colocava. E foi novamente a dinâmica interna que permitiu a sua manutenção exitosa no poder, valendo-se do elemento ideológico para criar um discurso de necessidade de manutenção do coloradismo no poder, por conseguir combinar os fatores exigidos pelo mundo globalizado com a tradição nacional.

Depois de efetuar esta apreciação dos intelectuais orgânicos do coloradismo, passaremos agora para a análise dos intelectuais orgânicos do liberalismo, seguindo as mesmas linhas metodológicas. Após a realização desta análise, será feita uma síntese comparativa entre os colorados e os liberais, apresentando as linhas gerais que movem a ação partidária ao longo dos períodos estudados, quais os elementos ideológicos que sustentaram a sua hegemonia como representantes do bloco histórico, e quais as categorias que foram alterando-se ao longo dos períodos, ajustando-se, permitindo também a manutenção da proeminência colorado-liberal.

3.3 Intelectuais orgânicos do liberalismo

Assim como o coloradismo, o liberalismo também apresenta em sua trajetória histórica várias dissensões e faccionalismos internos, que acabam sendo utilizados pela estrutura partidária para o fortalecimento do partido, mitigando as tensões de conteúdo do bloco histórico por meio do elemento ideológico, incorporando as aspirações dos grupos divergentes na dinâmica interna do partido.

No período nacionalista, momento em que ainda detinham o poder, a principal linha de fratura entre os liberais dizia respeito ao modelo estatal e de governo a ser adotado. O grupo dos cívicos defendia o Estado mínimo, juntamente com um sistema político livre e plural, democrático de fato. Já o grupo dos radicais, que era o predominante no interior do partido, defendia a intervenção estatal em setores considerados estratégicos, como no da reforma agrária, e um sistema político paulatinamente liberalizado.

No grupo do cívicos destacava-se a figura de Cecilio Báez (1862-1941), o grande intelectual do liberalismo paraguaio. Para Rivarola (2006: 230), Cecilio Báez foi “el incontestable *maître à penser* del liberalismo, (...) un notable intelectual-político”. Caballero Campos (2009) também aponta para Báez como o grande intelectual do liberalismo, somando-se à atividade intelectual a importância de sua atuação política. Foi um dos fundadores do Partido Liberal, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Embaixador nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Espanha, Deputado Nacional, Senador Nacional, Ministro de Relações Exteriores e Presidente da República em 1906.

Quanto ao grupo dos radicais, destaca-se a figura de Justo Pastor Benítez (1895-1963), um dos principais defensores do intervencionismo estatal, o que lhe rendeu desafetos no interior do Partido Liberal, sendo considerado o intelectual do projeto autoritário do governo Estigarribia, fundamentalmente da Constituição de 1940. Foi Deputado Nacional, Ministro de Justiça, Culto e Instrução Pública, Ministro do Interior, Ministro de Relações Exteriores, Embaixador no Brasil, Embaixador na Bolívia e Ministro da Fazenda.

No que se refere ao período anárquico, os liberais, em sua grande maioria, haviam sido expulsos do país, exilando-se nos países vizinhos. A divisão no interior do partido era motivada pelas distintas posturas acerca do juízo dos governos liberais e o prosseguimento do projeto até então implementado. Os oficialistas defendiam o modelo político-econômico adotado pelo liberalismo até sua derrocada, enquanto os revisionistas criticavam tal postura, defendendo a intervenção estatal na sociedade e, por conseguinte, a reformulação do liberalismo.

Policarpo Artaza (1893-1974) era um proeminente intelectual no grupo dos oficialistas, um dos principais propagandistas do antigo regime, buscando a reunificação do partido no exílio. Sua participação na estrutura partidária o levou a ser vice-presidente do partido, além de ser um dos principais referentes dos liberais exilados na Argentina. Foi Deputado Nacional, Senador Nacional, e integrou o grupo de conselheiros do presidente Eusebio Ayala durante a Guerra do Chaco.

No grupo dos revisionistas destacavam-se dois intelectuais: Justo Pastor Benítez (1895-1963) e Efraím Cardozo (1906-1973). Cardozo destacou-se como grande historiador e professor nas universidades Nacional de Asunción e Católica de Asunción. Politicamente, militou no Partido Liberal, sendo membro de seu Diretório por várias oportunidades, e ocupando a presidência do Partido Liberal Radical. Foi um dos diplomatas de maior participação na

resolução da contenda chaqueña, Embaixador na Argentina, Deputado Nacional, Ministro de Justiça, Culto e Instrução Pública e Senador Nacional.

Quanto ao período de estruturação stronista, este é um período interessante para observarmos a alteração no pensamento dos intelectuais, bem como dos movimentos internos e dos próprios partidos, adaptando sua ideologia às necessidades do momento. Os liberais dividiram-se em tradicionalistas, defensores do radicalismo das décadas anteriores e do retorno à institucionalidade da Constituição de 1870, e revisionistas, defensores da institucionalidade inaugurada com a Constituição de 1940, contudo, criticando Stroessner por haver subvertido alguns de seus princípios em proveito próprio, para perpetuar-se no poder.

Efraím Cardozo (1906-1973) tornou-se o grande líder dos tradicionalistas, inclusive sendo eleito presidente do Diretório do Partido Liberal Radical neste período, posicionando-se favoravelmente ao retorno da institucionalidade liberal, como já havia feito no período anterior. Quanto aos revisionistas, Justo Pastor Benítez (1895-1963) seguia sendo um dos mais relevantes referentes do grupo, afirmando sua postura estatista presente nos períodos anteriores, abrindo espaço para a participação popular no campo político, como forma de contestar o regime stronista que se estabelecia e justificar a atuação do liberalismo.

Durante os períodos do “progresso stronista” e da crise stronista os liberais dividiram-se em dois grupos principais: os colaboracionistas e os radicais autênticos. Sua dissensão dava-se em torno da participação no regime de “democracia sem comunismo” sustentado pelo stronismo. Os primeiros consideravam ser importante a participação da oposição no sistema político mantido pelo stronismo, visando sua derrocada desde o seu interior. Já o segundo grupo defendia uma postura combativa e de contestação do stronismo, boicotando a “democracia sem comunismo”, sofrendo as perseguições e arbitrariedades do regime por sustentar tal postura. No grupo dos colaboracionistas destacaram-se as figuras de Fernando Levi Ruffinelli e Enzo Alejandro Doldán, e no grupo dos radicais autênticos destacou-se a figura de Domingo Laino.

Fernando Levi Ruffinelli (1922-1997) atuou como um dos principais advogados de opositores julgados nos tribunais stronistas, lembrado como baluarte da defesa dos direitos humanos no Paraguai (GUTIÉRREZ, 2014). Afiliado ao Partido Liberal presidiu o Partido Liberal Teeté, pejorativamente conhecido como “leviral” pelo colaboracionismo com o regime stronista (GUTIÉRREZ, 2014), foi Deputado Nacional e Convencional Constituinte em 1967.

Por sua vez, Enzo Alejandro Doldán (1916-1988) foi um dos principais expoentes da linha conciliadora do radicalismo, buscando criar um vínculo entre o grupo de Levi Ruffinelli e os radicais autênticos. Foi fundador e presidente do Club Liberal “Alón”, que reuniu a juventude do Partido Liberal a partir do final dos anos 1940, posteriormente alcançando altos cargos na estrutura partidária, foi membro do Diretório e presidente do Partido Liberal Radical nos anos 1960 e 1970. Na política nacional destacou-se como Convencional Constituinte em 1967, Senador Nacional e candidato à presidência da República em 1983.

Quanto a Domingo Laino (1935-), é considerado como a figura mais preponderante surgida no PLRA (Partido Liberal Radical Auténtico), tornando-se um dos principais opositores do regime stronista, “quien a través de fuertes discursos, movilizaciones, publicaciones de libros, declaraciones en la prensa e intervenciones en eventos, logró llamar la atención internacional sobre los abusos del régimen” (GUTIÉRREZ, 2014: 56). Foi fundador, vice-presidente e presidente do PLRA por várias oportunidades. Foi Deputado Nacional, Senador Nacional, Convencional Constituinte em 1992, candidato à presidente da República em 1989, 1993 e 1998, e membro do Conselho de Administração da Entidade Itaipú Binacional.

E por fim observamos o período de democratização, que apresentou uma nova dinâmica interna do PLRA, necessitando democratizar cada vez mais sua estrutura interna a fim de adaptar seu discurso pluralista e democratizante com a prática de tais ideais na condução partidária. Este ponto foi o que gerou a maior dissonância entre as duas principais correntes partidárias do período. De um lado apreciamos a proeminência dos lainistas (também chamados de progressistas), reunidos no grupo “Cambio para la Liberación”, tendo Domingo Laino (1935-) como seu grande líder. De outro lado, os saguieristas (conhecidos também como ortodoxos), reunidos no grupo “Movilización Popular para el Cambio” e liderados por Miguel Abdón Saguier (1945-), criticavam a estrutura partidária, “cuestionando el presunto manejo elitista y personalista de Laino como dirigente” (GUTIÉRREZ, 2014: 57).

Do grupo dos saguieristas destacamos a atuação de Miguel Abdón Saguier (1945-) e Manuel Pesa (1925-). Miguel Abdón Saguier (1945-) afirmou-se como um dos grandes nomes do liberalismo no período de democratização, rivalizando nas internas com Domingo Laino. Foi membro do Diretório do PLRA por várias oportunidades, além de haver sido presidente do partido por dois períodos (2001/2002 e desde 2012, sendo o atual presidente). Foi, e atualmente é, Senador Nacional, além de ter exercido o cargo de Ministro de Relações

Exteriores. E Manuel Pesa (1925-) foi membro do Diretório do Partido Liberal por várias oportunidades, militante histórico do liberalismo paraguaio, foi Senador Nacional.

Com isso, no concernente às principais correntes internas do liberalismo e seus representantes intelectuais delimitamos o seguinte panorama geral que será analisado de modo mais detalhado na sequência.

Quadro 6. Panorama geral de análise dos intelectuais liberais

	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Correntes partidárias e intelectuais	Cívicos: Cecilio Báez; Radicales: Justo Pastor Benítez.	Oficialistas: Policarpo Artaza; Revisionistas: Justo Pastor Benítez e Efraím Cardozo.	Tradicionistas: Efraím Cardozo; Revisionistas: Justo Pastor Benítez.	Colaboracionistas: Fernando Levi Ruffinelli e Enzo Doldán; Radicales auténticos: Domingo Laino.	Lainistas (progressistas, Cambio para la Liberación): Domingo Laino; Sagueristas (ortodoxos, Movilización Popular para el Cambio): Miguel Abdón Saguier e Manuel Pesa.

3.3.1 Período nacionalista

Serão analisadas duas obras relativas ao pensamento de Cecilio Báez (1862-1941) no período, sendo escritas previamente, mas que representam os aspectos essenciais da visão política do autor. A primeira obra examinada é “La tiranía en el Paraguay”, uma coleção de artigos publicados originalmente em 1902 e 1903, onde o autor procura desqualificar os governos da Primeira República e defender a institucionalização liberal inaugurada com a Constituição de 1870. Resume o ideal de governo liberalista advogado pelo setor cívico.

E a segunda obra de Cecilio Báez (1862-1941) analisada para o período é “Resumen de la historia del Paraguay”, publicada em 1910, que traz a concepção do autor sobre o desenvolvimento da estrutura histórica paraguaia, e suas implicações para a continuidade histórica, apresentando alguns de seus pensamentos sobre o sistema político e econômico.

No que se refere à Justo Pastor Benítez, lançaremos mão da obra “Ensayos sobre el liberalismo paraguayo”, uma compilação de escritos de Benítez do período entre 1921 e 1962, publicada em 1988. De tal modo, a obra será utilizada para a discussão da participação de Benítez em todos os períodos que atuou como intelectual orgânico do Partido Liberal, sendo

examinada de forma mais detida no período que estamos estudando, e retomando alguns apontamentos nas considerações dos períodos seguintes.

Este é o período com mais documentos analisados para o Partido Liberal, consistindo em documentos publicados enquanto o partido ainda governava, bem como os referentes ao período prévio à Guerra Civil de 1947. Serão apreciados os seguintes documentos: “Modificaciones de los Estatutos del Partido Liberal”, de 1932; “Orientación política”, de 1935; “Un nuevo Partido Liberal. Exposición hecha ante los directorios liberales”, de 1937; “Estatutos”, de 1938; “Memorandum: El Partido Liberal frente al militarismo”, de 1941; “Ideario del Partido Liberal”, de 1945; e o “Anteproyecto de reorganización del Partido Liberal”, de 1945.

A **relação Estado/Forças Armadas** apresentada na obra de Báez (1993) é *institucionalista*. Báez (1993: 101) afirma que as Forças Armadas “están destinadas, principalmente, a defender la Constitución del Estado, la autoridad de la ley y las libertades públicas”. Faz uma ferrenha crítica à partidarização das Forças Armadas, expressando que são bárbaros “los ambiciosos políticos que convierten a los militares en instrumentos de usurpación, que transforman el ejército en mera guardia pretoriana, barreando la ley, hollando la libertad, bastardeando las instituciones y desmoralizando al pueblo” (BÁEZ, 1993: 101).

Báez (1910) mantém a concepção *institucionalista* da **relação Estado/Forças Armadas**. Este é um ponto pouco explorado por Báez (1910), apenas inserindo-o no contexto mais amplo de institucionalização do regime de liberdades constitucionalmente estabelecido, sendo que as Forças Armadas deveriam restringir-se à atuação como elemento de segurança para a manutenção de tal regime.

Do mesmo modo, para Benítez (1988) a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Benítez (1988: 76) inicia criticando a partidarização e os faccionalismos no interior das Forças Armadas, afirmando que tais fenômenos produzem “el desarticulamiento del ejército y las fermentaciones sociales que produce las consecuencias más funestas”. Com isso, para consolidar a “paz institucional”, faz-se necessário o estabelecimento de um estamento militar “expurgado definitivamente de caudillismos e influencias caprichosas” (BENÍTEZ, 1988: 78). Para que isso seja conseguido, “el Ejército paraguayo debe tener categoría constitucional permanente” (BENÍTEZ, 1988: 257). A missão do Exército deve ser a de garantir a soberania nacional, e não de “guardia pretoriana y de derrocadora de presidentes” (BENÍTEZ,

1988: 175). Em suma, defende “la formación de un Ejército Nacional técnico, profesional”, cuja atuação vise “la preparación de la defensa nacional” (BENÍTEZ, 1988: 239).

Quanto à posição partidária, em “El Partido Liberal frente al militarismo” encontramos a postulação da necessidade de institucionalização e despartidarização das Forças Armadas. No documento, os liberais apontam que “no lucharemos contra el Ejército, sino a su favor, en su beneficio, para que expurgado de sus malos elementos, felizmente en minoría, vuelva a ser la institución nacional en que todos los paraguayos, sin distinción de opiniones políticas, ven no el bastión de pasiones bastardas e instrumento de apetitos monstruosos, sino el guardián de la bandera de la patria” (PL, 1941: 5). Este princípio é confirmado em todos os outros documentos do período, evidenciando a preocupação do partido com a institucionalização castrense.

No concernente ao **modelo de inserção internacional**, em Báez (1993) é *integracionista*. Como a obra dedica-se à contestação da Primeira República, o autor assevera que neste período o modelo de relacionamento com o exterior “sustraía el pueblo a la comunión de los pueblos civilizados” (BÁEZ, 1993: 18). Critica o proteccionismo, uma das bases das políticas autonomistas, afirmando a necessidade de que “desaparezcan las restricciones odiosas, que se inspiran en el estrecho proteccionismo, y obedezcan los impuestos de importación a los bien entendidos intereses de los pueblos, a la razón y la equidad” (BÁEZ, 1993: 54). Com isso, seria possível realizar o “hermoso ideal de la confraternidad universal” (BÁEZ, 1993: 55), de acordo com “las verdaderas conveniencias de los países que están llamados a marchar al unísono a la meta de sus grandes y gloriosos destinos” (BÁEZ, 1993: 56).

Em Báez (1910) o autor reitera a posição de um **modelo de inserção internacional integracionista**. Continua com sua campanha de detração dos governos da Primeira República, afirmando que cometeram vários erros diplomáticos, seja por posturas isolacionistas, seja por posturas intervencionistas. Critica o baixo nível de comércio exterior, incitando a integração aos mercados internacionais. Debatendo os conflitos internacionais do Paraguai, menciona que “la guerra se previne mediante una hábil diplomacia” (BÁEZ, 1910: 139). Postula, por fim, a integração definitiva do Paraguai ao “concierto de los pueblos civilizados” (BÁEZ, 1910: 198).

Por outro lado, Benítez (1988) apresenta um **modelo de inserção internacional autonomista**. Tal concepção parte da consideração do autor de que “un Paraguay más fuerte y organizado, [es] base indispensable de toda política internacional” (BENÍTEZ, 1988: 71). Neste sentido, emergiria uma política internacional nacionalista, “en el sentido de contemplar

preferentemente las necesidades paisanas” (BENÍTEZ, 1988: 92), soberanamente defendidas pela diplomacia paraguaia. Em síntese, “el Paraguay tiene que ser una república libre de ajena influencia, de lazos opresores, dueño de su destino, sin desconocer la interdependencia de los pueblos, pero fijadas esas relaciones en tratados y dentro del concepto de la civilización” (BENÍTEZ, 1988: 151).

Encontramos uma postura convergente com a de Báez (1993) no Anteprojeto de 1945, afirmando que “tampoco puede admitirse el que un país se aísle con la pretensión de bastarse a sí mismo” (PL, 1945a: 14). Reconhece a proeminência da soberania nas relações internacionais, porém concatena tal elemento com a necessidade de integração, fundando sua concepção no princípio da “igualdade entre as nações” (PL, 1945a: 15-16). Em “Un nuevo Partido Liberal” de 1937 encontramos um princípio similar, quando o partido examina a sua condução da defesa da soberania nacional na Guerra do Chaco (PL, 1937: 6-7). Nos mesmos termos o partido pronuncia-se na Orientação Política de 1935, justificando o modo como estava sendo conduzida a resolução do conflito chaqueño (PL, 1935). Por mais que os documentos partidários apontem para a soberania como o princípio fundamental para a ação internacional, reconhecem a “integração aos avanços da civilização” como o mote para a inserção do Paraguai no Sistema Internacional (PL, 1945b).

A **interpretação da evolução da estrutura histórica** apresentada por Báez (1993) é *evolucionista*. A campanha empreendida por Báez (1993: 125), de detração do passado tirânico do Paraguai, foca na expectativa de um futuro progressista, fazendo com que “a nuestro pasado de infandas tiranías suceda un porvenir de gloria. A la barbarie del pasado, sucedan la civilización y la libertad”. Em suma, considera que “el pasado y el presente están completamente perdidos. Procuremos ganar el porvenir, educando a la juventud en el amor a la verdad, en el culto a la libertad” (BÁEZ, 1993: 126). Este é o ponto que mais gera controvérsias entre Báez (1993) e o partido, pois, como observamos no Anteprojeto de 1945, o partido considera-se evolucionista, mas sem renegar o passado ou seu papel presente, afirmando que o “progreso que proponemos (...) es un índice de su dinamismo y capacidad” (PL, 1945a: 6).

Tal postura *evolucionista* é reafirmada pelo autor em Báez (1910). A noção de progresso é recorrente na obra, principalmente com a finalidade de apresentar o passado problemático e considerar o sistema político e econômico adotado pós-1870 como mais apto para superar os defeitos do passado. “El Paraguay moderno no es el Paraguay antiguo” (BÁEZ, 1910: 197), marcando-se “la línea de separación que debe existir entre el Paraguay antiguo y el moderno”

(BÁEZ, 1910: 203): o regime da liberdade. Neste contexto, “en los últimos cuarenta años (1870-1910) el Paraguay ha realizado más progresos que en los 334 anteriores”, o que só foi possível com a instituição do regime de liberdades (BÁEZ, 1910: 218).

Para Benítez (1988) a **interpretação da evolução da estrutura histórica** também é *evolucionista*. Partindo do princípio de que a sociedade paraguaia está dotada de um profundo carácter progressista, Benítez (1988: 40) afirma que o seu projeto nacional “no ubica su ideal en el pasado, sino en el porvenir”. Apreciando a trajetória histórica do Partido Liberal, menciona que este “es un Partido evolucionista. Su ideario ha ido renovándose sin violencias” (BENÍTEZ, 1988: 65), além de ser um partido que “no se estanca ni está amarrado por taras del pasado” (BENÍTEZ, 1988: 232). Considera a necessidade de crença em um estado permanente de progresso da sociedade, expressando que as “verdades mais profundas” ainda estão por ser desvendadas, e que tudo é transitório, nada definitivo. Critica os intelectuais que possuem uma visão tradicionalista da história, asseverando que “el tiempo ha pasado en vano sobre esas cabezas vueltas hacia el pasado” (BENÍTEZ, 1988: 231).

No que tange à **relação Estado/sociedade**, em Báez (1993) ela é *pluralista*. A preocupação central de Báez (1993: 103) é lograr conter as possibilidades de instalação do despotismo, considerando que os partidos políticos, como órgãos de representação da pluralidade de grupos sociais, “al mismo tiempo que imprimen movimiento a la sociedad, sirven de freno a las posibles demasias del poder”. Os cidadãos devem participar das instituições democráticas livres, atuando permanentemente para controlar os abusos que os representantes dos poderes do Estado possam cometer contra a sociedade. “Las instituciones libres requieren pues la acción constante, así para refrenar y regular la conducta de los gobernantes como para acostumbrar al pueblo al ejercicio de los deberes cívicos” (BÁEZ, 1993: 103).

Báez (1910) também sustenta que a **relação Estado/sociedade** é *pluralista*. Neste ponto, podemos apreciar a concepção pluralista de Báez (1910) a partir de sua contestação do “regime despótico” da Primeira República, que suprimiu a atividade política dos grupos sociais, submetendo-os à autoridade do poder central, exercido com a marginalização da sociedade.

E Benítez (1988) corrobora que a **relação Estado/sociedade** é *pluralista*. Para Benítez (1988: 78), nos sistemas democráticos organizados, torna-se indispensável o papel de controle do governo exercido pela oposição, “y nadie discute ni su legitimidad ni su utilidad”. O Estado passa a intervir cada vez mais na sociedade, nos assuntos de “interese social”, consistindo em

políticas que apliquem os conceitos de “utilidade pública” e de “utilidade social”, visando “la coordinación de los intereses de clases”, que devem ser expressados livremente pelos grupos sociais (BENÍTEZ, 1988: 131). De tal forma, seu projeto político pauta o relacionamento do Estado com a sociedade como regido pelo sistema democrático, o qual refere-se a um “sistema de frenos y contrapesos, de equilibrio de fuerzas oponentes, convivencia de partidos, de libre expresión y examen y de vivencia jurídica” (BENÍTEZ, 1988: 150).

O pluralismo é uma constante nos documentos analisados no período, dada a preocupação do partido com os “desvios autoritários” como os governos de Franco e Morínigo. Tal concepção aparece várias vezes no Anteprojeto de 1945, como uma crítica ao autoritarismo do governo Morínigo, postulando a necessidade de “proteger constitucionalmente la organización de las diversas opiniones en partidos políticos” (PL, 1945a: 9). Nos Estatutos de 1938 também observamos a afirmação de uma postura pluralista, criticando a experiência do febrerismo, que buscou a supressão dos partidos e a conformação do partido único (PL, 1938).

A **coesão da sociedade** é conseguida, segundo Báez (1993), por meio das *instituições*. Como o autor considera que não existe pátria, nação, governo e, por conseguinte, sociedade sem liberdade, deve se cogitar que a coesão da sociedade é mantida por meio do exercício da liberdade. “La libertad es el gobierno ejercido por medio de normas reguladoras, que se llaman leyes e instituciones” (BÁEZ, 1993: 152). De tal modo, “siendo el hombre fin de sí mismo, todas las instituciones y todas las cosas vienen a ser *medios* para su mejoramiento moral y material” (BÁEZ, 1993: 93).

Esta convicção do autor permanece na segunda obra. Para Báez (1910: 26), as sociedades que não são regidas por um corpo institucional acorde com as características da sociedade não “pasarán todas las organizaciones artificiales e institucionales cuya existencia no se arraigue en las tendencias de la naturaleza humana y en las ideas madres de libertad y justicia, generadoras de verdadero progreso social”. Neste sentido, “los derechos civiles y políticos necesitan para su libre ejercicio leyes orgánicas y magistraturas independientes que los resguarden” (BÁEZ, 1910: 183), constituindo-se nas ferramentas imprescindíveis para o exercício constitucional do governo, recebendo a legitimidade da população que possibilite a manutenção estável da sociedade.

Contrariamente, para Benítez (1988) a **coesão da sociedade** é atingida com o *partido político*. Para Benítez (1988: 25), o partido político pode ser considerado a base da coesão social

por juntar grupos de interesse menores em torno de um ideal comum, pois “un partido es una comunidad de ideales”, compartilhados por distintos grupos sociais. Alerta para os riscos do caudilhismo, do personalismo e do faccionalismo nos partidos, o que pode levar à anarquia, recorrente na política paraguaia. Faz-se necessária a união partidária para evitar a anarquia. Examinando o sistema democrático, o autor afirma que as instituições não são suficientes para manter a integridade social, sendo preciso “la existencia de los partidos, que son nucleaciones naturales, representativas de tendencias y doctrinas” (BENÍTEZ, 1988: 153). Com isso, Benítez (1988: 155) considera imprescindível para a manutenção estável da sociedade a existência de partidos orgânicos, haja vista que “un partido es una idea, un espíritu, no el registro de afiliados; es una masa, pero también es el acervo tradicional de luchadores y mártires”.

Em termos muito similares aos abordados por Báez (1993) é feita a discussão dos direitos individuais e a organização da coletividade, por meio do Estado, no Anteprojeto de 1945. O Ideário de 1945, por sua vez, expressa que “el respeto a la Constitución es el primer deber de todo ciudadano”, base para a estabilidade coletiva (PL, 1945b: 2). Este ponto gera controvérsias entre os apontamentos de Benítez (1988) com a concepção presente nos documentos analisados, pois os documentos afirmam uma postura que considera as instituições como elemento central para a coesão da sociedade, enquanto Benítez (1988) sugere o partido político como a fonte de coesão social.

E no que se refere às **relações sociais de produção**, em Báez (1993) elas aproximam-se de um modelo *agrário-comercial*. A concepção econômica de Báez (1993) prioriza a crítica do modelo estatista da Primeira República, principalmente os monopólios estatais e o protecionismo econômico, isolando o Paraguai e dificultando suas possibilidades de desenvolvimento. Considera a proeminência do setor agrícola na economia paraguaia, por ser o setor que ocupava a maior parcela da população, além de ser aquele que gera o maior montante de recursos. Postula a necessidade de abertura comercial, apontando que “los intereses económicos reclaman igualmente el respeto a la propiedad y la libertad de las transacciones mercantiles, amenazadas hoy por las teorías de antaño, que se inspiran en el sistema del despotismo” (BÁEZ, 1993: 103).

Já em Báez (1910) o autor altera sua concepção, e as **relações sociais de produção** baseiam-se em um modelo *agrário-rural*. Báez (1910: 226) afirma que “la riqueza nacional se encuentra en la agricultura. Y el Paraguay, es una región favorecida por la naturaleza para producir los más variados frutos y entretener toda clase de industrias geopónicas y zootécnicas”.

Aprecia a agricultura como a fonte da prosperidade pública, tanto econômica como política. “La vida agrícola educa al hombre, le hace generoso y liberal; eleva y purifica sus gustos; le asegura la salud y fortifica sus miembros” (BÁEZ, 1910: 227). É preciso, então, promover a atividade agrícola a fim de possibilitar o desenvolvimento moral e intelectual da população, que é basicamente rural.

Por sua vez, para Benítez (1988) as **relações sociais de produção** baseiam-se em um modelo *industrial*. Quanto à economia nacional, para Benítez (1988: 30), “el problema económico está en transformar nuestros recursos naturales en riqueza. Transformar el medio con nuestros esfuerzos, con nuestra industria”. Afirma que o industrialismo, junto com a justiça social, tornaram-se os principais e mais urgentes problemas socioeconômicos de sua época. Assim, a intervenção estatal torna-se central para o autor, “principalmente en un país de industria incipiente, de capitales poco desarrollados” (BENÍTEZ, 1988: 127). Defende uma política econômica promotora da produção nacional, beneficiando os produtos naturais, conseguindo assim a comercialização de produtos com maior valor agregado (BENÍTEZ, 1988: 152). Assim, se lograria a superação do modelo de exploração “subcolonial”, até então vigente.

Analisando a discussão desta categoria nos documentos partidários do período, na Orientação Política de 1935 o partido coloca-se como defensor de um programa de reorganização econômica, que beneficie a agricultura, especialmente a camponesa, apontando que “la población campesina y las industrias agrarias deberán ser objeto de la constante y preferente atención de los futuros gobiernos” (PL, 1935: 13). Com isso, Báez (1910) é a obra que aproxima-se mais com as ideias divulgadas pelo partido no concernente ao modelo econômico, que preocupa-se primordialmente com a agricultura camponesa (PL, 1935). E novamente observamos uma divergência de Benítez (1988) com o apresentado nos documentos – confirmando o caráter crítico e revisionista de Benítez (1988) – que apontam para a defesa da agricultura camponesa como força motriz da economia e da sociedade paraguaia (PL, 1935).

De tal forma, o período nos apresenta elementos que sustentam os apontamentos já efetuados quando analisamos os intelectuais colorados, demonstrando como o fator ideológico é utilizado para mitigar as tensões no interior do bloco histórico. Os apontamentos de Benítez (1988) representavam uma adequação e adaptação frente aos postulados nacionalistas de colorados e febreristas, assim como uma concepção econômica propulsora da justiça social, respondendo aos postulados comunistas e socialistas.

Com isso, examinando a atuação paralela de cívicos e radicais, e a presença dos postulados de ambas as correntes nos documentos partidários, observamos a concatenação da adaptabilidade com a tradição, sendo que Báez representa a tradição liberal, enquanto Benítez traz as adaptações que a ideologia liberal paulatinamente absorveria nos demais períodos.

3.3.2 Período anárquico

Neste período, a obra analisada para debater o pensamento de Policarpo Artaza é “Ayala, Estigarribia y el Partido Liberal”, publicada em 1946 e que apresenta a concepção do autor sobre os governos liberais da década de 1930, o governo do general Morínigo, e as perspectivas presentes ao liberalismo para sua continuidade histórica. Há de se observar que a obra foi escrita antes da Guerra Civil de 1947, mas os liberais já enfrentavam a perseguição e o exílio.

Quanto ao pensamento de Efraím Cardozo, a obra que examinaremos para o período é “Paraguay independiente”, publicada em 1949, reunindo a concepção do autor sobre o processo de independência paraguaia, e sua defesa ao longo da história. Oportunamente também retomaremos alguns apontamentos de Benítez (1988) acerca das categorias analíticas estudadas.

E os documentos analisados para este período são os seguintes: “Manifiesto del Partido Liberal del Paraguay”, de 1947; “Anteproyecto de Ideario-Programa”, de 1948; e o “Reglamento de emergencia del Partido Liberal”, de 1952.

A **relação Estado/Forças Armadas** apresentada por Artaza (1946) é *institucionalista*. Artaza (1946: 52) afirma ser notável a preocupação dos governos liberais em institucionalizar e profissionalizar as Forças Armadas, considerando a sanção da Lei Orgânica Militar como fundamental para as instituições armadas, pois “dignificó y le dió estabilidad”. Sua concepção da funcionalidade militar aponta para a defesa da soberania nacional como o elemento essencial. Critica a entrada do “partido militar” na política paraguaia após a Guerra do Chaco, mencionando que tal fato acentuou os faccionalismos e a anarquia. Fazia-se necessário, então, a retomada da unidade do Exército empenhada em restabelecer os rumos institucionais (ARTAZA, 1946: 191).

Da mesma forma, em Cardozo (1987) a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Para Cardozo (1987: 28), as Forças Armadas deveriam responder apenas à missão que delegava-lhe a Constituição. Os militares, “por su profesión, debían ser los primeros

en dar el ejemplo de subordinación y fidelidad”. Assim, o Exército deveria estar sob o mais restrito controle institucional, “con objeto de nacionalizar el Ejército, hasta entonces al servicio de la política” (CARDOZO, 1987: 291). Neste sentido, critica a entrada definitiva do militarismo no cenário político, “que se sentía con fuerza suficiente para reemplazar en la dirección del Estado a los partidos políticos organizados” (CARDOZO, 1987: 373).

Os documentos partidários confirmam a visão institucionalista dos intelectuais. O Manifesto de 1947, analisando o papel constitucional das Forças Armadas, menciona que “la custodia y defensa del orden, de la soberanía, de la integridad territorial, así como la defensa de esa Carta [constitucional], quedan confiadas a las Fuerzas Armadas de la Nación” (PL, 1947: 9). Os outros documentos do período seguem a mesma convicção.

No que toca ao **modelo de inserção internacional**, para Artaza (1946) ele é *integracionista*. O autor expõe detalhadamente as gestões diplomáticas para a resolução da contenda chaqueña, afirmando que apenas com a mediação internacional lograram-se as condições exigidas para um efetivo tratado de paz. A participação nas organizações intergovernamentais surge como essencial para uma diplomacia ativa que consiga realizar os interesses nacionais (ARTAZA, 1946: 86-87).

Para Cardozo (1987), o **modelo de inserção internacional** também é *integracionista*. O caráter integracionista da concepção da política internacional do autor pode ser observado quando compara a condução dos conflitos internacionais do Paraguai, as Guerras da Tríplice Aliança e do Chaco, considerando que enquanto na primeira observou-se a preponderância do fator militar, muito mais custoso para a nação, na segunda observou-se a preponderância do fator diplomático, valendo-se dos foros e instituições multilaterais e bilaterais (com a Bolívia), para a sua resolução. Postula uma política internacional que tenha o “propósito de que las controversias se solucionaran por medios jurídicos” (CARDOZO, 1986: 301).

Os documentos partidários também apresentam um modelo integracionista para a inserção internacional. O Manifesto de 1947, por exemplo, assevera que o governo de Morínigo contrariava a “cultura política americana de libertad”, além de representar uma “traición a los ideales democráticos de todo un continente”, sendo que o Paraguai deveria retornar ao concerto das nações livres (PL, 1947: 10).

Quanto à **interpretação da evolução da estrutura histórica**, em Artaza (1946) ela é *evolucionista*. Ainda que sua obra procure fazer uma retratação dos governos liberais da década

de 1930, defendendo-os ante as críticas dos militares nacionalistas, observamos que o autor busca superar o passado, principalmente no concernente às lutas fratricidas que dividiram a sociedade paraguaia impedindo seu desenvolvimento, a fim de fomentar um futuro progressista. Em suma, postula a necessidade de “que en vez de mirar al pasado, en lo que nos pueda separar o dividir, miremos el futuro en cuyas entrañas vibra ya el Paraguay grandioso del mañana” (ARTAZA, 1946: 213).

Já em Cardozo (1987) a **interpretação da evolução da estrutura histórica** é *realista*. Posicionando sua obra como um resgate histórico “livre de prejuízos”, basicamente os partidários, Cardozo (1987) diferencia-se tanto da linha clássica do liberalismo (BÁEZ, 1910; BÁEZ, 1993) com seu viés de negação completa do passado tirânico, quanto da linha progressista (BENÍTEZ, 1988) e sua “glorificação do futuro”.

Para Artaza (1946) a **relação Estado/sociedade** é *pluralista*. Artaza (1946: 54) afirma que os princípios imprescindíveis para um sistema político estável consistem em “principios de democracia y libertad”, estruturando-se um arcabouço institucional que permita a “representación de todos los partidos o sectores de opinión de la República”. Considera que a participação na função pública deve estar desvinculada da afiliação partidária, de modo que o Estado represente as aspirações populares, e não dos grupos políticos no poder (ARTAZA, 1946: 137). Do mesmo modo, critica a estatização da atividade política, por meio da institucionalização do partido único, que levaria ao estabelecimento do totalitarismo (ARTAZA, 1946: 158).

Em Cardozo (1987) a **relação Estado/sociedade** também é *pluralista*. Para o autor, a Constituição de 1870 inaugura a aprendizagem do Paraguai na vida democrática, consistindo na forma mais propícia para a realização dos interesses da sociedade, desde que respeitando o equilíbrio entre o Estado e a sociedade, pelos princípios de liberdade de atuação dos grupos sociais e sua representatividade no governo (CARDOZO, 1987: 269-270). A participação da oposição no Parlamento, a manutenção de uma imprensa livre e a garantia da liberdade para as atividades políticas são elementos fundamentais para relacionamentos estáveis entre o Estado e a sociedade, mitigando as possibilidades de anarquização dos grupos políticos.

Tal concepção pluralista é corroborada pelos documentos partidários. No Regulamento de Emergência de 1952 afirma-se que o partido tem o compromisso histórico de defesa da democracia, das dissensões de opiniões e contra todas as formas de totalitarismo (PL, 1952). O

Manifesto de 1947 também aponta para a imprescindibilidade do direito de liberdade de associação em partidos políticos, sindicatos e outras formas de associações, como forma de “recuperar la democracia” (PL, 1947: 6-7). E o Anteprojeto de 1948 considera que “la ausencia de libertad política, presupone la supresión de las demás libertades”, e o “Estado existe para beneficio del hombre”, de modo que o Estado deveria garantir as liberdades do indivíduo, primordialmente a política (PL, 1948: 8-9).

No que diz respeito à **coesão da sociedade**, segundo Artaza (1946) ela é alcançada com as *instituições*. Examinando as profundas rupturas da sociedade paraguaia causadas pela Guerra do Chaco, Artaza (1946) considera que o retorno à normalidade institucional era fundamental para a “pacificação dos espíritos”. Neste mesmo sentido, expõe o processo de formação de uma frente nacional unida pelo patriotismo, visando a derrocada das ditaduras militaristas e o restabelecimento das instituições democráticas. Sua ideia central é que para superar tanto a anarquia quanto a ditadura é preciso buscar normas institucionais que unam a sociedade em torno dos preceitos de liberdade, legalidade e representatividade (ARTAZA, 1946: 211).

De modo similar, para Cardozo (1987) a **coesão da sociedade** logra-se com as *instituições*, como consequência de sua defesa do regime constitucional de 1870. O autor afirma que a anarquia política que se seguiu à Guerra do Chaco foi causada pelo confuso processo de crítica dissolvente e revisão do marco constitucional de 1870, mencionando que “las concepciones que moldearon la vida nacional desde 1870 y que mediante las cuales la nación acababa de salvarse de la catástrofe y había ganado la guerra” passaram a ser contestadas (CARDOZO, 1987: 371). Afirma que “el pensamiento dominante era normalizar la vida del país restaurando sus antiguas instituciones” (CARDOZO, 1987: 389). Aqui encontramos a grande divergência de Cardozo (1987) com Benítez (1988), pois o segundo autor defendia uma institucionalidade distinta daquela mantida desde 1870, principalmente em seu conteúdo social, defendendo maior presença estatal para a redução das assimetrias que marcavam a sociedade.

Os documentos partidários também seguem uma linha institucionalista. O mesmo postulado de Artaza (1946) aparece no Regulamento de Emergência, que aponta para a necessidade de manutenção das instituições republicanas como forma de impedir a anarquia política e a conseqüente desagregação social (PL, 1952). O Manifesto de 1947 segue a mesma senda, afirmando que no cenário da Guerra Civil de 1947 surgia “un clamor por la normalización de las instituciones, por el retorno al sistema legal que proporciona las garantías necesarias para el libre ejercicio de todos los derechos, que permite la convivencia política y la

vida del trabajo sin sobresaltos ni asechanzas” (PL, 1947: 5). O princípio aparece corroborado pelo Anteprojeto de 1948, considerando que era preciso existir “un régimen de tolerancia y convivencia política que permita el juego de las instituciones democráticas” (PL, 1948: 3).

E quanto às **relações sociais de produção**, em Artaza (1946) elas remetem ao modelo *industrial*. O ponto é pouco explorado na obra, apenas inserindo-o no contexto do aperfeiçoamento técnico e produtivo que permitiu a sobrevivência paraguaia ao conflito com a Bolívia. Contesta o modelo agroexportador, afirmando que aprofunda uma “política comercial de escambo” que obstaculiza as possibilidades de desenvolvimento e diversificação da matriz produtiva (ARTAZA, 1946: 175).

Por sua vez, em Cardozo (1987) as **relações sociais de produção** seguem um modelo *agrário-comercial*. Cardozo (1987: 287) efetua uma crítica da política de venda de terras públicas do governo Caballero (1880-1886), asseverando que tal política lançou as bases para o latifúndio improdutivo no Paraguai, um dos principais problemas econômicos de sua época. As propostas de reforma agrária nunca conseguiam lograr resultados efetivos, e a matriz produtiva especializava-se cada vez mais na exportação de produtos naturais, ou com pouco beneficiamento, somando-se à economia camponesa de subsistência. Fazia-se necessário, para o autor, a consolidação de um novo modelo, que visasse a comercialização da produção agrícola, melhorando seus preços e a qualidade de seus produtos (CARDOZO, 1987: 393-394).

O único documento do período que preocupa-se com a questão econômica é o Anteprojeto de 1948, afirmando uma postura que defende uma “economia social”, baseada na justa distribuição das riquezas, no fomento da atividade econômica privada e na criação de um “ambiente jurídico favorable a la actividad económica” (PL, 1948: 10). Ademais, considera que o principal problema da economia paraguaia diz respeito à produção, sendo que a reativação produtiva partiria da atividade agrícola, por meio de cooperativas que organizem e possibilitem o avanço tecnológico da produção camponesa (PL, 1948: 10-11).

Neste período observamos um alto grau de confluência da ideologia partidária com os apontamentos feitos pelos intelectuais em suas obras. As divergências entre os autores corroboram a questão da dinâmica interna, tal qual a concebemos na análise dos colorados. Como já não fazia parte do governo, o projeto liberal colocava-se como projeto alternativo ao coloradismo, incorporando algumas de suas críticas ao antigo modelo liberal, bem como incorporava elementos ideológicos de outras tendências políticas.

Neste sentido é interessante apreciar como a ideologia é utilizada tanto para justificar as ações dos governos liberais, fundamentalmente dos envolvidos na contenda chaqueña, quanto para apresentar possibilidades de renovação do liberalismo, apresentando preceitos que compatibilizam-se com o exposto por outros grupos políticos, como observado na obra de Benítez (1988).

3.3.3 Período de instrumentalização e estruturação do regime stronista

Para este período, a obra de Efraím Cardozo a ser analisada para representar o pensamento dos tradicionalistas é “Breve historia del Paraguay”, publicada em 1965, reunindo a concepção de Cardozo da história paraguaia, trazendo como inovação a sua avaliação dos governos mais recentes de sua época, incluindo a instalação do governo do general Stroessner. No que se refere aos revisionistas, mantemos a utilização da obra de Benítez (1988), para as análises oportunas.

O único documento que analisaremos para o período é “Ideas fundamentales del Movimiento Renovación “Idea y Acción”, de 1957, que apresenta uma proposta completa para a organização social.

A **relação Estado/Forças Armadas** observada em Cardozo (2013) é *institucionalista*. Novamente Cardozo (2013) apresenta o caudilhismo militar como um dos maiores problemas da política paraguaia, por sua interferência na correlação de forças da sociedade. Do mesmo modo, reafirma a tarefa de institucionalização das Forças Armadas empreendida pelos governos liberais, visando a normalização das funções dos militares. Aponta para a “poca firmeza en la lealtad del ejército” como fator desestabilizador institucional (CARDOZO, 2013: 125). Entretanto, ao apreciar o início do governo Stroessner, questiona a partidarização das Forças Armadas, no momento em que Stroessner utiliza-se da lealdade do partido e das Forças Armadas para a instalação de seu governo.

Do mesmo modo, em “Ideas Fundamentales” encontramos a crítica dos liberais à partidarização das Forças Armadas, definindo-a como “expresión de atraso ridículo y absurdo”. “El Ejército, como toda otra institución, está para servir al pueblo, no para ser servido; para defenderlo, no para agredirlo” (PL, 1957: 19).

No concernente ao **modelo de inserção internacional**, em Cardozo (2013) ele é *integracionista*. Esta categoria analítica apresenta a mesma abordagem da obra do autor

analisada no período anterior. E em “Ideas Fundamentales” também encontramos uma postura integracionista, pan-americanista e de solidariedade internacional na luta pela liberdade e contra as ditaduras. Assinala a necessidade de revisão do princípio de não-intervenção, “para que éste sea garantía de soberanía para cada pueblo y no garantía internacional para el sometimiento de las naciones americanas a mandones nacionales” (PL, 1957: 84).

Do mesmo modo, a **interpretação da evolução da estrutura histórica** para Cardozo (2013) é *realista*, com conceitos e análises similares, apenas apresentando um caráter tradicionalista em momentos de afirmar a defesa dos governos liberais, contudo, as linhas gerais da obra seguem uma visão realista da história.

Quanto à **relação Estado/sociedade**, Cardozo (2013) a concebe como *pluralista*. O autor parte do princípio de que “el poder emana del pueblo y que el gobierno le debe un buen gobierno, siendo potestad irrenunciable del pueblo deponerlo si aquél se convierte en tirano” (CARDOZO, 2013: 32). Critica o autoritarismo do governo de Morínigo, por haver tomado decisões sem levar em conta o princípio da soberania popular. “Sin prensa, parlamento ni tribuna, las premisas sobre las que se basaba su nueva política no podían someterse al análisis de la opinión pública” (CARDOZO, 2013: 93). Novamente contesta as tentativas de estatização da atividade política, surgindo aqui um ponto de dissonância com Benítez (1988), quando este afirma a necessidade de intervenção em assuntos considerados vitais para a sociedade. O pluralismo defendido por Benítez (1988) é relativo, enquanto o pluralismo defendido por Cardozo (2013) é absoluto.

No documento analisado para o período observamos uma postura de pluralismo absoluto, considerando que para o indivíduo “el Estado nunca es un fin. En cambio, como medio al servicio del hombre, el Estado moderno es el instrumento más poderoso por él creado para el desenvolvimiento armónico de su personalidad” (PL, 1957: 7). Portanto, o Estado deveria respeitar e nunca agredir a dignidade e a liberdade do indivíduo e das minorias, reconhecendo seus direitos inalienáveis.

Para Cardozo (2013) a **coesão da sociedade** é lograda com as *instituições*, mantendo o pensamento do período anterior, não obstante, apresentando uma defesa mais intransigente do regime institucional sustentado a partir da Constituição de 1870. Afirma que o sentido político da sociedade, em uma democracia, deve buscar a realização da vontade popular, por meio de instituições estáveis que reflitam a pluralidade do organismo social (CARDOZO, 2013: 26).

Exproba os governos autoritários que buscaram a eliminação da atividade política, como os de Morínigo e Stroessner, ou a sua subordinação aos “interesses de Estado”, criando aqui mais um ponto de ruptura com o pensamento de Benítez (1988). Em suma, para Cardozo (2013), como a sociedade possui vários grupos de interesse, que buscam a representação e realização desses interesses, a fórmula possível para a estabilização de suas relações deve fundar-se na manutenção de instituições livres e democráticas, tal qual observava-se com o sistema político mantido pela Constituição de 1870.

De modo similar, no documento examinado encontra-se a concepção de que “el progreso del Paraguay no puede venir sino por la conjunción de esfuerzos de todos los paraguayos, al amparo del Derecho”, as instituições que embasam a ordem constitucional devendo ser a força geradora da coesão social (PL, 1957: 51). Neste sentido, menciona que o liberalismo “preconiza una Constitución que signifique un tratado de paz entre los paraguayos” (PL, 1957: 55).

E as **relações sociais de produção** apresentadas na obra de Cardozo (2013) apontam para um modelo *agrário-comercial*. Inicialmente o autor aprofunda sua crítica à política de venda de terras públicas e de latifundização do campo paraguaio, afirmando que “las grandes empresas aseguraron a los directores políticos participaciones en las ganancias. (...) Salieron favorecidos los caudillos oficialistas, que convertidos en terratenientes revivieron el antiguo sistema de las encomiendas” (CARDOZO, 2013: 115). Considera que durante os governos liberais se avançou na diversificação produtiva, com o beneficiamento dos produtos naturais “mediante la intensiva industrialización” (CARDOZO, 2013: 118). Reconhece a proeminência do setor agrícola na matriz produtiva paraguaia, devendo se implantar políticas públicas que favoreçam as inversões de capitais para o desenvolvimento e modernização do setor, facilitando a comercialização de seus produtos nos mercados internacionais. Aqui visualizamos outro ponto de discordância com Benítez (1988), defensor do intervencionismo estatal na economia, a fim de promover a “justiça social”, partindo do princípio da “função social da economia”, fazendo com que os interesses particulares ficassem sujeitados aos interesses coletivos.

No documento analisado para o período afirma-se uma postura de defesa do camponês, considerando “que el pueblo campesino es la base fundamental de la estructura humana y económica del Paraguay. En intolerable contraste, su vida es la más sufrida y paupérrima” (PL, 1957: 60). O Estado poderia intervir nas atividades que o setor privado ainda não possuía interesse, porém, o princípio que deve reger a economia é o da proteção e incentivo à iniciativa

privada, que proporcionaria a dinamização e a reativação da economia, o que, por sua vez, permitiria o avanço geral das condições de vida da sociedade (PL, 1957: 62-63).

Novamente a análise do período nos evidencia a forma como a ideologia é utilizada para lograr a coesão do bloco histórico, unindo elementos da tradição com a adaptabilidade exigida pelas contingências do momento histórico. O liberalismo, enquanto proposta alternativa de dominação para o bloco histórico hegemônico, buscou consubstanciar em sua dinâmica interna ambos os elementos, a fim de fornecer uma ideologia que possibilite manter os elementos centrais de sua tradição política, juntamente com novos elementos que respondam aos desafios dos postulados pelos demais grupos políticos.

3.3.4 Períodos do “progresso stronista” e da crise stronista

A obra do pensamento de Levi Ruffinelli que analisaremos para os períodos é “Derechos Humanos”, publicada em 1977, que traz um aprofundado estudo do autor sobre a história dos direitos humanos, e sua implantação no Paraguai, bem como as perspectivas e desafios postos ao funcionamento de instituições realmente defensoras dos direitos humanos no Paraguai.

Quanto ao pensamento de Enzo Alejandro Doldán, a obra que analisaremos para os períodos é “Reflexiones sobre el liberalismo y los partidos políticos en el Paraguay”, publicada em 1980, que examina o papel histórico da doutrina liberal, sua presença no Paraguai e sua influência no pensamento dos partidos políticos paraguaios.

Ademais, serão analisadas duas obras de Domingo Laino relativas ao período, e que conformam em seu conjunto a concepção do autor sobre o processo de dependência do Paraguai, e a necessidade de “liberação nacional”, tanto econômica quanto política. A primeira obra examinada é “Paraguay: de la independencia a la dependencia”, publicada em 1976, e que discute o processo de abertura econômica e política do Paraguai no pós-Guerra da Tríplice Aliança. Fundamentalmente, o autor busca realizar uma análise crítica do modelo de sociedade adotado durante o período liberalista.

A segunda obra examinada para o período é “Paraguai: fronteiras e penetração brasileira”, cuja publicação em espanhol é de 1977, consistindo na continuidade do argumento apresentado na obra anterior, avaliando o sistema político-econômico dependente empreendido pelo governo Stroessner com relação ao Brasil. A obra constitui-se na grande contestação de

Laino ao regime stronista, sendo utilizada como uma das justificativas para seu posterior exílio entre 1982 e 1987.

O período forneceu vários documentos para a análise, sendo que nos utilizaremos dos seguintes: “Convención Nacional Ordinaria del Partido Liberal”, de 1964; “Proyecto de ideario. Programa”, de 1965; “Anteproyecto de Constitución para la República del Paraguay presentado al Directorio del Partido Liberal Radical”, de 1967; “Estatuto del Partido Liberal Radical”, de 1970; e “Hacia la Libertad y la Integración paraguaya. Partido Liberal Radical”, de 1973.

A **relação Estado/Forças Armadas** observada em Levi Ruffinelli (1977) é *institucionalista*. Levi Ruffinelli (1977) insere a discussão do papel das Forças Armadas no âmbito dos poderes institucionalmente regulados, postulando a necessidade de submissão dos militares aos princípios assegurados constitucionalmente. Quando discute o princípio sobre a natureza da força pública, afirma que a utilização desta está condicionada e limitada pelos preceitos constitucionalmente estabelecidos.

Para Doldán (1980) a **relação Estado/Forças Armadas** também é *institucionalista*. Partindo dos princípios da imprescindibilidade das instituições públicas para a estabilidade coletiva e da função social das instituições, Doldán (1980: 212) aponta que, quanto ao papel e à importância, as Forças Armadas “deben ser fuerzas apartidarias sin conexión política; deben constituirse en custodios del cumplimiento de la Constitución y de la soberanía nacional, debiendo sí, ampliar su campo de acción en el desarrollo de una función social”.

Laino (1976) corrobora os demais autores, observando-se que a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Esta categoria é pouco explorada por Laino (1976), apenas mencionando que as Forças Armadas acabaram atuando como elemento faccionalista, defendendo as distintas facções da elite econômica dependente da metrópole inglesa. A verdadeira função das Forças Armadas deveria restringir-se à defesa da soberania e do território, o que em sua concepção consistira na independência nacional.

E em Laino (1979) o autor mantém a sua concepção de que a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Laino (1979: 88) afirma que as Forças Armadas, no período stronista, passaram a defender a penetração estrangeira em detrimento da população local, principalmente os camponeses, apontando para a necessidade de “suspender esta indevida e lastimável intervenção militar para cessar toda arbitrariedade e vandalismo”. Assinala que a função específica das Forças Armadas segue sendo a defesa da soberania e do território

nacional, contudo, aponta para a ampliação do conceito de defesa nacional, passando a “considerar-se os desequilíbrios originados por fatores econômico-sociais, o complexo econômico da dependência externa e tudo aquilo que interna ou externamente afete substancialmente a vida da nação” (LAINO, 1979: 235). Portanto, “não se pode separar o conceito de segurança nacional da noção de desenvolvimento” (LAINO, 1979: 235).

A institucionalização das Forças Armadas é um elemento presente nos documentos partidários do período. O Projeto de Ideário de 1965 afirma que “el Partido Liberal sostiene la necesidad de Fuerzas Armadas nacionales y no partidarias, cuya función debe ser la defensa de la soberanía y de las instituciones democrático-republicanas, y nunca como instrumento de opresión” (PL, 1965: 36-37). Do mesmo modo, o Anteprojeto de Constituição de 1967 menciona que “el Ejército por ser Nacional, se consagra por entero al servicio de la República y de los intereses superiores de la colectividad, observando una línea de conducta de absoluta prescindencia política” (PLR, 1967: 12).

No que se refere ao **modelo de inserção internacional**, em Levi Ruffinelli (1977) ele é *integracionista*. Para o autor, o Paraguai deveria integrar-se ao concerto das nações livres, adotando a defesa dos princípios dos direitos humanos como básicos para sua atuação na arena internacional. Postula a necessidade de um “derecho a un orden internacional justo”, que possibilite a participação igualitária de todos os povos no esforço universal de defesa da liberdade (LEVI RUFFINELLI, 1977: 89).

Já para Doldán (1980) o **modelo de inserção internacional** é *autonomista*. Segundo Doldán (1980), o princípio da nacionalidade, da autodeterminação dos povos soberanos, é uma das fontes do pensamento liberal. O nacionalismo surge como ferramenta importante para a defesa da liberdade frente às investidas das ideologias universalizantes e totalitárias que passaram a difundir-se durante o século XX, sendo que o autor considera o comunismo imperialista como a mais “perigosa” (DOLDÁN, 1980: 36-44). Afirma, em última instância, ser necessária a união de todos os paraguaios, independentemente de sua afiliação partidária, para “la defensa de nuestra soberanía y de nuestro territorio” (DOLDÁN, 1980: 75).

De modo similar, para Laino (1976) o **modelo de inserção internacional** é *autonomista*. Esta, por sua vez, é a categoria mais detalhadamente abordada por Laino (1976), pois nela insere-se o cerne de seu argumento, de defesa de uma política internacional independente, soberana e autônoma. Afirma que a partir de 1870 iniciou-se um processo de

desnacionalização e dependência das potências mundiais, com o despojo das propriedades estatais em prol do capital privado, principalmente estrangeiro (LAINO, 1976: 57). Neste sentido, aponta a necessidade de um “proceso independiente de desarrollo económico, controlado y dirigido por el gobierno paraguayo, condicionando en forma conveniente al interés nacional las inversiones y actividades [extranjeras]” (LAINO, 1976: 181). A política internacional do Paraguai teria como objetivo a “libertação” do país das “amarras do imperialismo”, causa fundamental do atraso e dos retrocessos do Paraguai.

E em Laino (1979) o autor mantém a afirmação de um **modelo de inserção internacional autonomista**, seguindo a mesma lógica da obra anterior, no entanto, contestando agora a profunda situação de dependência brasileira sustentada pelo regime stronista. Segundo Laino (1979: 240), “o resultado é que o Paraguai é um dos países mais dependentes da América Latina, governado por um regime que baseia sua política de poder “na falta de defesa nacional” e além disso a promove por todos os meios ao seu alcance”. Postula uma autêntica política externa nacionalista, autônoma, como contraponto a esta “política entreguista e antinacional”, mantida pelo stronismo. “Em outras palavras o exercício da auto-determinação ocupará novas regiões econômicas já livres de possíveis pressões ou ameaça estrangeira o que definitivamente significará a afirmação crescente da soberania nacional e uma economia em desenvolvimento” (LAINO, 1979: 236-237).

Quanto aos documentos partidários do período, apresentam duas posições que corroboram as considerações dos intelectuais. A Convenção Ordinária de 1964 segue a mesma linha de pensamento de Levi Ruffinelli (1977), principalmente quando faz a defesa do princípio de proteção dos direitos humanos, além de ressaltar a atuação integracionista do partido, participando de vários eventos e organizações que reúnem os “pueblos defensores de la libertad” (PL, 1964: 22). Tal concepção integracionista é reiterada no Projeto de Ideário de 1965, apenas agregando a necessidade de participação ativa do Paraguai nas diversas organizações intergovernamentais de que faz parte, ressaltando a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos (PL, 1965). E o princípio autonomista, por sua vez, aparece na Convenção Ordinária de 1964, quando considera-se que a atuação internacional deve pautar-se pelos fundamentos da soberania, igualdade jurídica das nações e não-intervenção, defendendo os interesses nacionais (PL, 1964).

Neste ponto, observamos que Laino acaba radicalizando os fundamentos autonomistas apresentados nos documentos do período, pois estes focam nos princípios que defendem a

soberania, a igualdade jurídica das nações e a não-intervenção, não obstante, ressaltando a necessidade de integração ao concerto das nações livres. Laino encontra respaldo no documento “Hacia la libertad y la integración paraguaya”, de 1973, ao afirmar que “el gobierno, convenientemente, ha mantenido al país en el camino de la dependencia y ha acentuado la perdida gradual de la soberanía, como método de mantenerse en el poder” (PLR, 1973: 5). Com isso, o documento assevera que “no basta con proclamar la igualdad jurídica de los Estados, sino reclamar la necesidad de acortar la distancia sideral entre el mundo desarrollado y el subdesarrollado, que desgraciadamente integramos” (PLR, 1973: 5).

A **interpretação da evolução da estrutura histórica** apresentada por Levi Ruffinelli (1977) é *evolucionista*. Segundo Levi Ruffinelli (1977: 36) é preciso fazer com que a população fortaleça a sua confiança em um futuro melhor, que permita “abrazarnos como hombres libres, fraternalmente y sin impurezas”. Com isso, expõe a evolução histórica do direito constitucional e dos direitos humanos, postulando a necessidade de defesa dos princípios já conquistados, entretanto, sendo essencial o aprofundamento e o desenvolvimento de alguns direitos ainda marginalizados ou mitigados pela ação do poder público, como no caso paraguaio. Como, para o autor, os direitos humanos no Paraguai são um fenômeno que padece de grande abandono, considera que as perspectivas futuras devem apontar para a evolução do pouco que se avançou até o momento (LEVI RUFFINELLI, 1977: 17-20).

Já em Doldán (1980) a **interpretação da evolução da estrutura histórica** é *realista*. Tal concepção do autor emerge de sua consideração de que o liberalismo é ajustável, adaptando-se às necessidades do presente, sem renegar o passado e apontando para o futuro, “a las necesidades de cada época, introduciendo nuevos conceptos políticos, económicos y sociales, posibilitando el progreso y desarrollo de la humanidad” (DOLDÁN, 1980: 14). Neste sentido, considera ser necessário “mirar el pasado con sus defectos y virtudes, sus luces y sus sombras”, superando seus vícios e prejuízos, os rancores que obstam as alternativas do presente e as possibilidades do futuro (DOLDÁN, 1980: 73-74). Em síntese, “para juzgar con ecuanimidad debemos ubicarnos en el pasado con toda su realidad” (DOLDÁN, 1980: 131).

Por sua parte, em Laino (1976) a **interpretação da evolução da estrutura histórica** é *tradicionalista*. Neste ponto, o autor assume a postura tradicionalista ao comparar as experiências da “independência” durante a Primeira República com a da “dependência” do pós-Guerra da Tríplice Aliança. Afirma que com a guerra, “agonizaba el único proceso de desarrollo

económico independiente que tuvo el país, tras nacer y desarrollarse orgullosamente durante más de medio siglo como una excepción americana” (LAINO, 1976: 35).

O autor reitera que a **interpretação da evolução da estrutura histórica** é *tradicionalista* em Laino (1979), remetendo às mesmas tradições independentistas da obra anterior, considerando os governos da Primeira República como exemplos de governos nacionalistas defensores do Paraguai livre, precursores da “geopolítica do autêntico nacionalismo” (LAINO, 1979: 246).

No que tange à **relação Estado/sociedade**, para Levi Ruffinelli (1977) ela é *pluralista*. Segundo o autor, a obrigação primordial do Estado é respeitar e proteger os direitos fundamentais, pois estes seriam a representação dos elementos constituintes da própria característica humana, o que torna o homem um ser social (LEVI RUFFINELLI, 1977). O grande problema da relação entre o poder público e a sociedade seria “congeniar los derechos del individuo humano con los de la colectividad” (LEVI RUFFINELLI, 1977: 68). Além disso, a própria sociedade enfrentaria problemas em sua relação com a autoridade, caso a segunda não respeitasse o livre exercício dos direitos da primeira. Neste sentido, Levi Ruffinelli (1977) aponta para os direitos políticos, especialmente o direito à liberdade de associação e o direito de demandar e responsabilizar as autoridades, como fundamentais para a consolidação do princípio da soberania do povo.

Para Doldán (1980) a **relação Estado/sociedade** também é *pluralista*. Segundo o autor, o sistema político deve garantir a autodeterminação do homem livre, sendo função do Estado a defesa e manutenção dos direitos do cidadão, expressando que “la libertad individual, la igualdad ante la ley y la seguridad en la vida y bienes de cada ciudadano constituyen patrimonio absoluto e inalterable del hombre. El Estado tiene la obligación primordial de preservar estos atributos” (DOLDÁN, 1980: 10). Exproba as ditaduras que monopolizam a atividade política, apontando que nestes regimes “el partido asume el papel que en las democracias pluralistas tienen los partidos democráticos y el control de la vida social y del Estado es totalmente monopolizado por el partido único” (DOLDÁN, 1980: 46). Considerando os partidos como órgãos naturais da democracia, o autor afirma-se partidário da pluralidade de opiniões, que devem ser canalizadas por meio dos partidos, “la ciudadanía tiene en ellos el mecanismo para hacer política e intervenir en los asuntos del Estado formando parte del gobierno” (DOLDÁN, 1980: 55).

Por outro lado, para Laino (1976) a **relação Estado/sociedade** é baseada na *subordinação*, sendo que o autor considera a necessidade de intervenção estatal para corrigir as assimetrias sociais e possibilitar a realização das “funções sociais” das instituições públicas. Laino (1976: 66) critica os “requisitos y formalidades constitucionales” que fomentaram o “saqueo de las riquezas nacionales”, suscitando o aprofundamento das assimetrias sociais e legando ao poder público a resolução dos problemas sociais. “La economía fue dirigida al servicio de la empresa, no al servicio del hombre. Desaparecidas aquellas industrias, desaparecieron todo foco de actividad económica de relevancia” (LAINO, 1976: 233).

Contudo, o autor muda sua concepção, e em Laino (1979) a **relação Estado/sociedade** é *pluralista*. Para Laino (1979: 34) o regime stronista via-se debilitado, obsoleto e corrupto, sendo mantido com a ajuda externa (dos Estados Unidos e, principalmente, do Brasil) e com a “utilização difundida dos instrumentos de repressão contra os opositores paraguaios”. Objeta o “cenário jurídico” montado pelo regime para conseguir a modificação da Constituição que permitisse a continuidade de Stroessner no poder. “Nenhum partido da oposição se apresentou para esta farsa feita para consumo internacional e que internamente significa presidência vitalícia de Stroessner” (LAINO, 1979: 34). Para o autor, a época de “paz e progresso com Stroessner” seria a aplicação de uma política entreguista que empobrece a população paraguaia, expulsando-a do país pela pressão econômica, fazendo com que os verdadeiros interesses da sociedade não sejam representados e respondidos pelo poder público, mas sim os interesses de uma pequena camada de beneficiados e aliados do regime.

A concepção pluralista da relação Estado/sociedade conforma-se com os apontamentos do Projeto de Ideário de 1965, considerando que o Estado foi criado pelos indivíduos para a realização dos objetivos comuns. De tal modo, “la soberanía reside en la Nación y el ejercicio de la autoridad es un mandato. El ideal de organización política es la democracia representativa, donde el gobierno emane del pueblo mediante elecciones libres y periódicas. (...) Debe asegurarse la representación de las minorías y es inadmisibile la perpetuación en el poder” (PL, 1965: 21). Seguindo a mesma linha, o Anteprojeto de Constituição de 1967 afirma que a soberania reside no povo, que a delega para seus representantes, eleitos entre as organizações políticas que são as associações dos homens livres (PLR, 1967). Os demais documentos do período corroboram o princípio pluralista de relação do Estado para com a sociedade.

Outra vez observamos que nesta categoria Laino acaba radicalizando argumentos presentes nos documentos do período, pois, como visto previamente, o princípio pluralista é o que prepondera, ainda que o partido realize a crítica das assimetrias socioeconômicas.

Quanto à **coesão da sociedade**, para Levi Ruffinelli (1977) ela é conseguida por meio das *instituições*. Esta categoria é a mais explorada na obra, pois seu objetivo justamente consiste em demonstrar a necessidade de evolução no caminho da institucionalização dos direitos humanos no Paraguai. De acordo com Levi Ruffinelli (1977: 27) é impossível a convivência para o bem estar se o homem não é livre, afirmando que “si se busca con lealtad el progreso espiritual y material de todos los integrantes de una colectividad, se debe adoptar una postura intransigente a favor de la libertad”, que só é lograda por meio das instituições que defendam os direitos fundamentais. “Así como los Estados no conceden esos derechos fundamentales sino que los reconocen, ellos no son inventados sino descubiertos al buscar en la maravillosa estructura esencial del hombre” (LEVI RUFFINELLI, 1977: 28). Assim, a manutenção estável da sociedade seria possível apenas com a garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, o que, por sua vez, só poderia ocorrer sob um marco institucional propício.

De modo similar, para Doldán (1980) a **coesão da sociedade** também é lograda com as *instituições*. Doldán (1980: 89) considera que “el hombre es libre y su destino natural es vivir en sociedad, sujeto a leyes y convenciones libremente consentidas por la mayoría, que armonicen los intereses dispares de individuos o grupos sociales”. Com esta concepção afirma-se o princípio de solidariedade, essencial para a coesão do organismo social. “Para asegurar la paz, hay que asegurar la democracia. La democracia no puede existir dentro de un clima de anarquía social ni fundada sobre el tronar de los cañones”, sendo assegurada pela manutenção de instituições livres (DOLDÁN, 1980: 233).

Já para Laino (1976) a **coesão da sociedade** é atingida com o *nacionalismo*. Frente às características desagregadoras do imperialismo e sua política de dependência, Laino (1976) propõe a defesa do nacionalismo como ferramenta agregadora da sociedade paraguaia, pressupondo a necessidade de emprego da “função social” das atividades particulares e públicas. Como resposta para a “estrangeirização” e o “entreguismo”, aponta para uma política nacionalista “que beneficie a todos los paraguayos” (LAINO, 1976: 235).

E em Laino (1979) a **coesão da sociedade**, tal qual exposto na obra anterior, é conseguida por meio do *nacionalismo*. Além dos argumentos analisados na obra anterior, Laino

(1979: 246) agrega ao estudo do processo de “estrangeirização” brasileira do Paraguai novos elementos. “Mais do que isto à dependência econômica deve-se somar a brasileirização cultural que também avança com agressividade, despojando deste grande território até o menor traço do ser paraguaio” (LAINO, 1979: 246). Com isso, a dependência econômica seria desagregadora da sociedade por causar a pauperização das condições de vida dos paraguaios, causando a imigração massiva da população, somando-se a dependência cultural, ou melhor, o processo de “acultramento” desenvolvido com a penetração brasileira, que engendraria a desagregação da sociedade por fomentar uma ruptura entre os “paraguaios marginalizados pobres” e os “estrangeiros beneficiados ricos” (LAINO, 1979: 228-230).

Examinando os documentos partidários do período, observa-se que prepondera a concepção que considera as instituições como fonte da coesão social. Tal princípio está contido no Projeto de Ideário de 1965, quando afirma-se que “el hombre es libre y su destino natural es vivir en sociedad, sujeto a leyes y convenciones libremente consentidas por la mayoría, que armonicen los intereses dispares de individuos o grupos sociales. Esta condición social no se concibe sino en función de la idea y del sentimiento de solidaridad” (PL, 1965: 7).

Apenas a Convenção Ordinária possui uma concepção similar à de Laino, apreciando o nacionalismo como força de coesão social, partindo do pressuposto de que “los paraguayos unidos alrededor de una fervorosa convicción común, somos capaces de todos los sacrificios, de todos los heroísmos, de todos los triunfos” (PL, 1964: 9). Expressa que o nacionalismo, o sentimento pátrio, “nos muestra para un mañana cercano, el Paraguay feliz, libre y próspero que vamos a construir mediante el esfuerzo de todos los compatriotas, porque todos estamos abrazados en los pliegues sin mácula de la [bandera] tricolor gloriosa” (PL, 1964: 9).

E no que se refere às **relações sociais de produção**, Levi Ruffinelli (1977) aponta para um modelo *industrial*. Tal categoria é pouco discutida pelo autor, apenas mencionada no contexto do debate dos direitos de propriedade e trabalhistas, apresentando mais detidamente argumentos relativos ao setor industrial. Quanto à sua concepção econômica, também é interessante notar sua crítica à ideologia do bem estar difundida pelo stronismo, considerando apenas uma situação material, esquecendo-se dos elementos espirituais, que corroborariam os benefícios materiais, em uma visão completa do bem estar (LEVI RUFFINELLI, 1977: 104).

Para Doldán (1980) as **relações sociais de produção** também fundam-se em um modelo *industrial*. É interessante observar que, para o autor, a adaptação do “liberalismo lesseferista”

para o “liberalismo democrático” foi uma consequência do processo de industrialização e da consequente complexificação da sociedade. Exproba a má distribuição das riquezas e a falta de dinâmica da matriz produtiva, postulando a necessidade de “transformar las estructuras tradicionales, dando paso a otras que abran los cauces del pleno desarrollo, impidan el privilegio y la explotación de las clases más pobres”, o que seria alcançado “por medio de la gradual industrialización nacional” (DOLDÁN, 1980: 209).

Laino (1976) corrobora a concepção dos demais autores, afirmando que as **relações sociais de produção** adequam-se a um modelo *industrial*. Primeiramente o autor contesta o modelo agroexportador, baseado em latifúndios voltados para a produção imposta pela metrópole, assinalando que “en el Paraguay de entonces [pós-Guerra da Tríplice Aliança], el recurso más valioso constituía la tierra”, cujo regime de posse estava completamente voltado para as necessidades do capital internacional (LAINO, 1976: 103). O grande problema, para Laino (1976: 209), é a falta de um processo de industrialização interna, nacional, pois os bens de capital necessários para a produção eram importados dos centros capitalistas, não se desenvolvendo um polo tecnológico nacional, ficando dependente dos produtos importados. “Sin embargo, la importación de estos bienes era de lo más natural por cuanto el Paraguay no fue, hoy no lo es, capaz de producirlos, y por ende resultaba lógico que las compañías extranjeras comprasen sus maquinarias (...) en otros países (...) que contaban con industrias habilitadas para producirlas” (LAINO, 1976: 210).

Tal concepção é mantida em Laino (1979), e as **relações sociais de produção** seguem na defesa de um modelo *industrial*. O autor basicamente reafirma os argumentos apresentados na obra anterior, no que concerne a esta categoria. Sua análise inova ao debater a forma como a penetração brasileira é auspiciada pelo regime stronista. Afirma que “as instituições oficiais encarregadas dos créditos e do regime das terras no Paraguai concedem todo o tipo de ajuda e facilidades as empresas e colonos do país vizinho” (LAINO, 1979: 35). Ainda exproba o modelo “completamente orientado para o exterior”, pois a produção, os capitais, os investimentos, em suma, as forças produtivas nacionais “se orientam para o mercado de exportação”, preterindo e marginalizando os produtores nacionais, principalmente os pequenos e médios, que ficam “à mercê de sua própria sorte” (LAINO, 1979: 242).

O industrialismo é a concepção predominante nos documentos do período. O Projeto de Ideário de 1965 segue uma linha similar à de Levi Ruffinelli (1977), mencionando a necessidade de industrialização nacional e racional, com “prioridad a la manufactura de las

materias primas nacionales, con el objeto de alcanzar la plena ocupación del pueblo trabajador, defender la balanza de pagos y fortalecer la economía. La industria nacional deberá ser objeto de una adecuada protección” (PL, 1965: 27). Porém, ressalta-se que a proteção não pode fomentar a manutenção artificial de indústrias antieconômicas e a anulação competitiva.

Já no que diz respeito à concepção industrialista fundada na justiça social, aportes similares são oferecidos no Anteprojeto de Constituição de 1967, afirmando-se a necessidade de um modelo econômico baseado nos princípios de justiça social em conformidade com uma economia de mercado, assegurando uma “existência digna” para a coletividade. “El estado promoverá el desarrollo económico y la diversificación de la producción con incentivos a la inversión en general graduado de acuerdo a un orden de prioridad determinado en planes para cada sector o rama de la producción, con el fin de crear nuevas fuentes de riqueza”, além de possibilitar o aumento do nível de renda da população e o fortalecimento da soberania econômica nacional (PLR, 1967: 26).

Por conseguinte, neste período podemos notar que os três intelectuais representam três vertentes do liberalismo que disputavam a preponderância no interior do partido, e que reivindicavam a tradição liberal para confrontar o regime stronista. Enquanto Levi Ruffinelli (1977) e Laino (1976; 1979) constituíam os extremos das correntes internas liberais, o primeiro advogando pelo retorno à tradição institucionalista liberal e o segundo apontando para um liberalismo mais próximo da social-democracia, Doldán (1980) representava a linha conciliatória. Nos documentos partidários podemos encontrar elementos das três concepções, reafirmando o caráter de adaptabilidade da ideologia partidária.

3.3.5 Período de democratização

Para a análise do pensamento de Domingo Laino neste período utilizaremos a obra “Discursos”, publicada em 1993, uma compilação de discursos proferidos por Domingo Laino (1935-) entre o final do regime stronista e as eleições de 1993, reunindo as principais ideias e conceitos do autor acerca do processo de democratização paraguaia.

E quanto ao pensamento dos saguieristas, Miguel Abdón Saguier e Manuel Poeso, a obra que analisaremos para o período é “18 de octubre”, publicada em 1991, em que os autores procuram fazer a defesa do direito à rebelião, aproximando e comparando a gesta revolucionária liberal de 1891 com a queda de Stroessner e o início do processo de democratização que o Paraguai vivenciava.

Os documentos examinados para o período são os seguintes: “Programa de Gobierno. PLRA”, de 1989; “Estatuto. PLRA”, de 1996; e o “Estatuto” de 2014.

A **relação Estado/Forças Armadas** observada em Laino (1993) é *institucionalista*. Laino (1993: 41) aponta que para um verdadeiro processo de democratização, que elimine os traços autoritários do período stronista, era preciso empreender “la modernización profesional de las Fuerzas Armadas empezando por su despartidización, es decir, que la institución castrense deje de ser “colorada” para convertirse en nacional”. A institucionalização total das Forças Armadas faz-se necessária para a segurança nacional e da democracia incipiente. Neste sentido, Laino (1993: 62-63) considera imprescindível estabelecer o “rol constitucional que deben cumplir las Fuerzas Armadas, subordinadas al poder político democráticamente electo”.

Do mesmo modo, em Saguier; Pessoa (1991) a **relação Estado/Forças Armadas** é *institucionalista*. Saguier; Pessoa (1991: 16) criticam a partidarização das Forças Armadas, afirmando que este é um fenômeno recorrente nos governos colorados, comparando a situação prévia a Revolução de 1891 com o regime stronista, apontando para ambas como exemplos de “intolerancia colorada y la represión ejercida por los grupos militares”. Indicam que a verdadeira função das Forças Armadas deve ser a de “defender las instituciones y la soberanía nacional”, o que seria prejudicado pela atuação política (SAGUIER; PESOA, 1991: 170).

Os documentos partidários corroboram a visão da institucionalização castrense. No Programa de Governo de 1989 observamos a concepção mais completa do papel das Forças Armadas no cenário da democratização, apontando que “la recuperación institucional de las Fuerzas Armadas y Policiales implica que se elaboren y respeten leyes que promuevan el desarrollo de la profesión militar y policial, liberándola de todo riesgo de manejo discrecional del Ejecutivo de turno y de los avatares de las luchas político-partidarias” (PLRA, 1989: 79).

Quanto ao **modelo de inserção internacional**, em Laino (1993) ele é *autonomista*. O autor expõe os “efectos negativos de la distorsión del sistema internacional”, propondo uma política internacional que seja guiada pelo não-alinhamento, a discussão do problema das assimetrias internacionais e a preocupação pelo desenvolvimento com justiça social (LAINO, 1993: 18). Laino (1993: 99) mantém sua postura contestatória da dependência política e econômica das potências mundiais, afirmando ser preciso “aumentar nuestro poder de negociación y de regateo en diferentes ámbitos internacionales”.

Por sua vez, em Saguier; Pessoa (1991) o **modelo de inserção internacional** é *integracionista*. Consideram essencial que o Paraguai assumira uma postura de integração à comunidade de nações que possuem o “común ideal de los pueblos modernos”, de defesa da liberdade e da soberania popular (SAGUIER; PESOA, 1991: 93). Com isso, apontando para as experiências democratizantes dos países vizinhos, consideram ser indispensável a inserção do Paraguai “en la vida americana de libertad y progreso” (SAGUIER; PESOA, 1991: 189).

Os documentos do período apontam para um modelo que combina a integração com a autonomia, sendo que os princípios ligados à segunda preponderam. Esta é a concepção presente no Programa de Governo de 1989, que busca a “ejecución de una política internacional integracionista y no alineada” (PLRA, 1989: 82). Esta visão é corroborada parcialmente pelos documentos analisados, pois afirmam a necessidade de integração ao sistema internacional, contudo, ressaltando o caráter não-alinhado e autônomo da política internacional, o que não consiste em uma preocupação apontada por Saguier; Pessoa (1991), e sim por Laino (1993).

A **interpretação a evolução da estrutura histórica** desenvolvida por Laino (1993) é *evolucionista*. Tal apresentação da categoria é observada na expectativa que o autor cria em torno do processo de democratização, a “esperanza ciudadana en el futuro de los paraguayos que creen en la democracia” (LAINO, 1993: 13). Aponta para a perspectiva de “ruptura del continuismo y el punto de partida hacia un futuro mejor para el Paraguay” (LAINO, 1993: 79).

Por sua parte, Saguier; Pessoa (1991) também apresentam uma **interpretação da evolução da estrutura histórica** *evolucionista*. Saguier; Pessoa (1991: 9) partem sua apreciação da estrutura histórica da concepção de que existe um dualismo entre “el ser y el deber ser”, afirmando não renunciarem ao dever ser, “que es una especie de eminencia, desde la cual escudriñamos el horizonte futuro”, e assumem uma postura de rejeição do conformismo acomodaticio, conformado com as tradições herdadas gerando inércia social e a glorificação do passado sem passar por um mínimo juízo de sua veracidade. Buscando uma política de conciliação, afirmam que “la conciliación significa la superación, significa el olvido del pasado para dedicarse exclusivamente al presente y al porvenir” (SAGUIER; PESOA, 1991: 126).

No que diz respeito à **relação Estado/sociedade**, em Laino (1993) ela é *pluralista*. Esta é a categoria mais explorada por Laino (1993: 10-11), por ser precisamente o foco de sua atuação no período, a afirmação do regime democrático no Paraguai, para “acceder a la democracia pluralista y a concebir y centrar la idea fundamental y maestra en que la libertad

vale mucho”. Postula que a relação entre a sociedade civil e a sociedade política deve dar-se a partir da consolidação do fortalecimento democrático dos sistemas políticos, “con la más amplia participación popular será posible llevar a la práctica las urgentes reformas sócio-económicas que demanda la coyuntura actual” (LAINO, 1993: 20-21). Neste sentido, concebe a pluralidade da sociedade demandando “una actitud mental abierta a la discusión, a la disparidad de criterios, y que, por ello mismo, toda opinión merece ser considerada y respetada” (LAINO, 1993: 72).

Para Saguier; Pessoa (1991) a **relação Estado/sociedade** também é *pluralista*. Os autores afirmam que o liberalismo considera o cidadão como o pilar fundamental da democracia. “Los aparatos (...) que ahogan o asfixian al individuo, fueron la encarnación fáctica e institucional de la cruel dictadura que nos tocó padecer” (SAGUIER; PESOA, 1991: 10), sendo que à transição democrática é imprescindível a defesa da consciência individual. Deve ser superada a “idolatria estatal” e a supremacia do coletivo sobre o individual, para possibilitar a realização da liberdade em todas as suas acepções. “Para nosotros, la democracia es la participación protagónica del hombre libre y conciente, asociado con sus pares, en la vida política de la comunidad” (SAGUIER; PESOA, 1991: 10). Assim, os autores concebem um sistema político em que “es siempre importante conseguir una limitación del poder del gobierno sobre los individuos, incluso cuando los gobernantes son responsables de un modo regular ante la comunidad, ante la parte más fuerte de la comunidad” (SAGUIER, PESOA, 1991: 11).

Os documentos partidários do período seguem a linha pluralista. No Programa de Governo de 1989 o pluralismo aparece como a defesa das liberdades no regime democrático, apontando para a necessidade de garantia do “respeto de los Derechos Humanos fundamentales: plenas garantías de libertad de prensa, expresión, religión, tránsito y reunión” (PLRA, 1989: 72). Além disso, menciona que “la participación de todos los sectores en la toma de decisiones de los asuntos que les atañen es un requisito imprescindible para comenzar a transitar hacia una democracia auténtica, no solo en lo político sino también en lo económico, social y cultural” (PLRA, 1989: 20). O pluralismo é reafirmado nos Estatutos de 1996 e 2014, considerando que entre as funções das associações políticas está o “establecimiento de un sistema democrático liberal”, que por meio destas mesmas associações é aprofundado e rege as relações entre o Estado e os cidadãos (PLRA, 2014: 2).

Aqui observamos um ponto de dissonância com Laino (1993), que possui uma visão mais coletivista, e considera importante a atuação do poder público para a solução de alguns problemas da sociedade. A concepção de Saguier; Pessoa (1991) está mais próxima do que é

apresentado no Estatuto de 2014, quando o PLRA passa a afirmar-se como “genuinamente Humanista”, postulando a defesa da “dignidad de la persona humana” como o princípio fundamental das relações sociais (PLRA, 2014: 2).

No concernente à **coesão da sociedade**, segundo Laino (1993) ela é conseguida com as *instituições*. A ideia central de Laino (1993) é a defesa da união nacional em torno da democratização e do estabelecimento do regime de liberdades, constitucional e institucionalmente garantidas. “La ciudadanía adquiere creciente conciencia de la necesidad de un nuevo modelo que asegure por igual la justicia social con la libertad, el respeto a los derechos humanos y la participación pluralista de la ciudadanía” (LAINO, 1993: 14). Exproba os projetos políticos que almejam a coesão por meio da uniformidade, caracterizando-os como totalitários, e afirmando a necessidade de compreender as diferenças, geri-las por meio das instituições e “avanzar por el sendero de la unidad, que es la armonización de la diversidad, el resultado de integrar a los distintos” (LAINO, 1993: 21).

Do mesmo modo, para Saguier; Pessoa (1991) a **coesão da sociedade** é lograda com as *instituições*. As instituições aparecem como o elemento de estabilidade coletiva pois realizam o princípio da soberania popular, que passa “a gobernarse a sí misma”, representando a vontade do corpo social, pluralista (SAGUIER; PESOA, 1991: 61). Por isso, para avançar no processo de democratização, Saguier; Pessoa (1991: 68) consideram essencial “salvar las instituciones que nos rigen y mantener incólume el imperio de la ley”.

A concepção das instituições como fonte da coesão social é observada nos Estatutos de 1996 e 2014, onde ambos afirmam “que el respeto a la Constitución, libremente adoptada por el pueblo paraguayo, y su leal aplicación, es deber inexcusable del Gobierno de los ciudadanos”, pois permite “coexistir armónicamente distintas corrientes de opinión”, bem como a realização de seus interesses (PLRA, 2014: 2).

E quanto às **relações sociais de produção**, em Laino (1993) elas apontam para um modelo *industrial*. Uma das grandes preocupações de Laino (1993: 90) consiste na superação das desigualdades socioeconômicas que dificultariam a manutenção do sistema democrático, expressando que “es preciso corregir las injusticias mediante un modelo económico que eleve la productividad y equipare la distribución de los ingresos, dentro del sistema democrático”. Assim como no período anterior, o autor contesta o modelo econômico agroexportador, especializado na produção dos complexos agroindustriais, que fomentam a dependência, o

aumento da dívida externa e a precarização da estrutura social. “Todo esto significa que nuestra acción estará orientada a alentar el aumento de producción y la productividad, la diversificación de nuestra oferta internacional de bienes y servicios, el aumento de la exportación de productos con un alto valor agregado, y la industrialización” (LAINO, 1993: 98).

Por sua parte, em Saguier; Pessoa (1991) as **relações sociais de produção** seguem a defesa de um modelo *agrário-comercial*. Os autores criticam o modelo mercantilista sustentado pelos governos colorados no final do século XIX, comparando-os com o regime stronista, afirmando que tal modelo apenas contribuiu para o atraso na matriz produtiva e no empobrecimento da população camponesa, causando sua migração massiva em busca de melhores condições de existência (SAGUIER; PESOA, 1991: 114-115). Com isso, “la agricultura, como la tímida violeta, desapareció ahogada por las yerbas venenosas”, fazendo-se necessária a sua reativação com a melhoria nos instrumentos de produção e comercialização, que permitam a dinamização da matriz produtiva (SAGUIER; PESOA, 1991: 185).

O modelo industrial é a base do projeto econômico apresentado no Programa de Governo de 1989, propondo o “cambio de modelo económico, de país exportador de materias primas a nación procesadora de su producción, tanto para el mercado interno como el externo” (PLRA, 1989: 26), e isso seria efetuado “dando preferencia al ensanchamiento del mercado interno y a la transformación de las exportaciones, que deben tener un mayor valor agregado” (PLRA, 1989: 26). Ainda que a industrialização seja o fundamento do modelo econômico, a questão agrícola não é ignorada. Neste âmbito, afirma-se ser preciso o “establecimiento de un sistema de comercialización, crédito, asistencia técnica y fijación de precios que proteja a los pequeños y medianos productores rurales” (PLRA, 1989: 30).

Para este período observamos que as duas principais correntes partidárias possuem convergência na maior parte das categorias analíticas, sendo que a grande dissonância diz respeito ao modelo econômico a ser adotado, o que reflete à quais grupos sociais cada projeto foca sua atuação. Além disso, é importante ressaltar como Laino muda a forma de seu discurso, passando da postura de confronto do período stronista para uma postura mais conciliadora, com elementos ideológicos que possibilitam a participação crescente de outros grupos políticos que corroboram as concepções do radicalismo autêntico lainista.

Após este estudo das obras dos intelectuais de ambos os partidos, visualizando nos documentos partidários dos respectivos períodos a presença ou não dos postulados levantados

por seus intelectuais, realizaremos na sequência uma síntese comparando as formas de apresentação das categorias analíticas em ambos os casos, observando quais os elementos que os partidos não renunciam e constituem sua “tradição política” e quais os elementos do discurso ideológico que são adaptados no decorrer dos períodos históricos, bem como analisaremos comparativamente a concepção ideológica atual de ambos os partidos, com seus postulados presentes nos Estatutos de 2014, a fim de conceber suas linhas de convergência e divergência.

3.4 Síntese comparativa

Passamos agora para a análise comparativa dos resultados do estudo das obras de intelectuais colorados e liberais, valendo-se da observação da apresentação das seis categorias analíticas. Nos quadros apresentados na sequência podemos visualizar qual a forma de apresentação de cada categoria analítica observada na análise de cada obra, bem como nos documentos partidários que versam sobre tais categorias.

A análise considera a evolução histórica das categorias ao longo dos períodos estudados, permitindo a demonstração da tradição e da adaptabilidade das ideologias partidárias. Assim, poderemos efetuar posteriormente a comparação entre colorados e liberais com relação à postura adotada para cada uma das categorias, bem como traçarmos um perfil ideológico dos partidos, e observarmos como este perfil influencia na manutenção do bloco histórico.

3.4.1 Relação Estado/Forças Armadas

Quadro 7. Relação Estado/Forças Armadas no coloradismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Institucionalista	González (1987); ANR (1931)	González (1993); ANR (1948)	Prado (1959); Méndez Fleitas (1989a); ANR (1963)	Méndez Fleitas (1989b); Pereira (1987); Pereira (1989); ANR (1967a)	Argaña (1998a); Argaña (1998b); Prieto Yegros (2004); Duarte Frutos (2001); ANR (1991); ANR (1999)
Primado da ordem				Prado (1978); Argaña (1979); ANR (1977); ANR (1987)	
Partidarista				Prado (1987); ANR (1984)	

Quadro 8. Relação Estado/Forças Armadas no liberalismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Institucionalista	Báez (1993); Báez (1910); Benítez (1988); PL (1941)	Artaza (1946); Cardozo (1987); Benítez (1988); PL (1947)	Cardozo (2013); Benítez (1988); PL (1957)	Levi Ruffinelli (1977); Doldán (1980); Laino (1976); Laino (1979); PL (1965); PLR (1967)	Laino (1993); Saguier; Pesoa (1991); PLRA (1989)
Primado da ordem					
Partidarista					

Para os colorados, a relação Estado/Forças Armadas observada é predominantemente institucionalista, sendo que as outras formas de apresentação foram utilizadas para justificar ideologicamente o uso da violência política durante o regime stronista. Com isso, o período que apresenta discordância entre os intelectuais, e entre os próprios documentos partidários, é o que envolve o progresso e a crise stronista, onde oficialistas e dissidentes divergem quanto aos métodos repressivos utilizados pelo regime para suprimir as atividades contestatórias.

E para os liberais a relação Estado/Forças Armadas também apresenta-se como institucionalista, contudo, observando-se a unanimidade em sua apreciação. Ademais, é interessante notar que as posturas dos intelectuais corroboram-se pelos documentos partidários, mesmo quando existem dissensos entre os intelectuais, visualizando-se distintas posturas dentro da própria estrutura partidária, englobando as posições opostas sobre o mesmo tema.

3.4.2 Modelo de inserção internacional

Quadro 9. Modelo de inserção internacional no coloradismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Integracionista				Pereira (1987); Pereira (1989)	Argaña (1998a); Argaña (1998b); Duarte Frutos (2001); ANR (1991); ANR (1999); ANR (2001); ANR (2014)
Autonomista	González (1987); ANR (1931)	González (1993); ANR (1948)	Prado (1959); Méndez Fleitas (1989a); ANR (1963)	Prado (1978); Méndez Fleitas (1989b); Prado (1987); Argaña (1979); ANR-ER (1978); ANR (1987)	Prieto Yegros (2004); ANR (1998); ANR (2010); ANR (2011)
Isolacionista					

Quadro 10. Modelo de inserção internacional no liberalismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Integracionista	Báez (1993); Báez (1910); PL (1935); PL (1937); PL (1945a); PL (1945b)	Artaza (1946); Cardozo (1987); PL (1947)	Cardozo (2013); PL (1957)	Levi Ruffinelli (1977); PL (1964); PL (1965)	Saguier; Pesa (1991)
Autonomista	Benítez (1988)	Benítez (1988)	Benítez (1988)	Doldán (1980); Laino (1976); Laino (1979); PL (1965); PLR (1973)	Laino (1993); PLRA (1989)
Isolacionista					

Quanto ao modelo de inserção internacional, os colorados apontam historicamente para um modelo autonomista. O integracionismo apareceu como uma necessidade de adaptação à conjuntura pós-Guerra Fria, sendo que observamos no período de democratização a mudança do modelo autonomista para o integracionista. Excetuando-se os posicionamentos de Pereira (1987; 1989), todos os demais possuem respaldo em algum documento partidário de seu respectivo período. Portanto, é possível visualizar a concatenação dos elementos de tradição e adaptabilidade no discurso ideológico do coloradismo nesta categoria, sendo que o autonomismo consiste em sua tradição, e o integracionismo aparece como uma necessidade de adaptação à conjuntura internacional do pós-Guerra Fria.

Já para os liberais esta é a categoria em que observamos a maior polarização, com a posição dos autores ficando entre o integracionismo e o autonomismo, sendo que a postura predominante foi a integracionista. O autonomismo foi utilizado como ferramenta ideológica para contestar o modelo stronista, considerado dependente e neocolonial, observando-se em Laino (1976; 1979) o principal defensor desta corrente de pensamento.

A postura autonomista de Benítez (1988) não corroborou os documentos partidários de seus respectivos períodos, que por sua vez afirmavam a linha integracionista que pode ser considerada a tradição liberal quanto à categoria. E no que refere-se à dissonância entre Saguier; Pesa (1991) e o Plano de Governo de 1989, isto é observado pela direta influência de Laino na formulação do Plano, bem como pela transcendência do autor na estrutura interna partidária.

Assim, observamos posturas divergentes entre os dois partidos com relação a esta categoria analítica, ambos possuindo um elemento tradicional – autonomista no caso colorado

e integracionista no caso liberal – e um elemento de adaptação, sendo que a adaptação colorada deveu-se a uma influência externa – a resposta a uma nova conjuntura internacional – e a adaptação liberal referiu-se mais a uma influência interna da estrutura partidária – o papel de liderança desempenhado por Domingo Laino, cuja concepção predominou no seio do partido.

3.4.3 Interpretação da evolução da estrutura histórica

Quadro 11. Interpretação da evolução da estrutura histórica no coloradismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Evolucionista				Pereira (1987); Pereira (1989)	Argaña (1998a); Argaña (1998b); Duarte Frutos (2001)
Realista					
Tradicionalista	González (1987)	González (1993)	Prado (1959); Méndez Fleitas (1989a)	Prado (1978); Méndez Fleitas (1989b); Prado (1987); Argaña (1979)	Prieto Yegros (2004)

Quadro 12. Interpretação da evolução da estrutura histórica no liberalismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Evolucionista	Báez (1993); Báez (1910); Benítez (1988)	Artaza (1946); Benítez (1988)	Benítez (1988)	Levi Ruffinelli (1977)	Laino (1993); Saguier; Pesoa (1991)
Realista		Cardozo (1987)	Cardozo (2013)	Doldán (1980)	
Tradicionalista				Laino (1976); Laino (1979)	

A interpretação da evolução da estrutura histórica efetuada pelos colorados segue a mesma lógica da categoria anterior, alterando-se de acordo com a necessidade de desvincular-se do passado stronista. Entretanto, a categoria apresentou-se maiormente como tradicionalista, sendo recorrente a utilização dos governos da Primeira República e da primeira hegemonia colorada como fundamento para a apreciação do presente e das possibilidades futuras.

Os liberais, por sua vez, apresentaram uma postura evolucionista, afirmando-se historicamente como defensores do progressismo. Não obstante, as divergências apareceram na análise, sendo interessante notar que o tradicionalismo utilizado foi similar ao dos colorados,

recorrendo aos governos da Primeira República, contudo, para criticar o período stronista. Aqui também observamos a diferenciação entre os dois partidos no concernente a esta categoria.

3.4.4 Relação Estado/sociedade

Quadro 13. Relação Estado/sociedade no coloradismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Pluralista		ANR (1948)	Prado (1959); ANR (1963)	Méndez Fleitas (1989b); Argaña (1979); Pereira (1987); Pereira (1989); ANR (1967a); ANR (1967b); ANR (1971); ANR (1977); ANR-ER (1978)	Argaña (1998a); Argaña (1998b); Prieto Yegros (2004); Duarte Frutos (2001); ANR (2011)
Subordinação	González (1987)	González (1993)	Méndez Fleitas (1989a)	Prado (1978); Prado (1987); ANR (1984); ANR (1987)	
Exclusão					

Quadro 14. Relação Estado/sociedade no liberalismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Pluralista	Báez (1993); Báez (1910); Benítez (1988); PL (1938); PL (1945a)	Artaza (1946); Cardozo (1987); Benítez (1988); PL (1947); PL (1948); PL (1952)	Cardozo (2013); Benítez (1988); PL (1957)	Levi Ruffinelli (1977); Doldán (1980); Laino (1979); PL (1965); PLR (1967)	Laino (1993); Saguié; Pessoa (1991); PLRA (1989); PLRA (1996); PLRA (2014)
Subordinação				Laino (1976)	
Exclusão					

A relação Estado/sociedade observada na maioria das obras dos colorados é pluralista, mas a subordinação aparece em parcela considerável de casos, visando justificar os sistemas políticos em que o Estado mitigava a ação da sociedade, como no stronismo, e, curiosamente, aparece no pensamento de um dissidente – Méndez Fleitas (1989a) – justificando seu modelo econômico intervencionista. Todavia, o autor muda a concepção no período seguinte, adaptando seu pensamento às necessidades de sua atuação dissidente e contestadora do stronismo.

Quanto aos documentos, é interessante verificar a tradição pluralista, sendo que apenas dois documentos endossam a visão da subordinação da sociedade ao Estado, justamente no momento em que o stronismo buscava perpetuar-se no poder. De tal modo, é possível observar como mesmo um regime autoritário, como o de Stroessner, utilizou-se do discurso ideológico partidário para justificar suas ações e sua estrutura de poder. Isto corrobora nossa visão de que o fator ideológico possui relevância na manutenção do bloco histórico no Paraguai.

Já o caso dos liberais consiste em uma postura pluralista em quase todas as obras, a única exceção sendo Laino (1976), afirmando a necessidade da subordinação para que o Estado corrija as assimetrias sociais, porém o autor acaba mudando esta concepção nas obras posteriores. Além disso, os documentos partidários unanimemente postulam o caráter pluralista do liberalismo, podendo ser considerado como um elemento ideológico ao qual o partido não renuncia ao longo do tempo.

De tal modo, ambos os partidos podem ser considerados pluralistas, mas o coloradismo apresenta maior divergência interna quanto a esta categoria, basicamente pela discordância existente no período stronista entre o oficialismo e os dissidentes.

3.4.5 Coesão da sociedade

Quadro 15. Coesão da sociedade no coloradismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Nacionalismo	González (1987); ANR (1931)	González (1993); ANR (1948)	Prado (1959); Méndez Fleitas (1989a)	Prado (1978); Méndez Fleitas (1989b); Prado (1987); Argaña (1979); ANR (1971); ANR (1977); ANR-ER (1978); ANR (1987)	Argaña (1998a); Argaña (1998b); Prieto Yegros (2004); ANR (2010); ANR (2011)
Instituições			ANR (1963)	Pereira (1987); Pereira (1989)	Duarte Frutos (2001); ANR (1996); ANR (2010)
Partido político				ANR (1984)	

Quadro 16. Coesão da sociedade no liberalismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Nacionalismo				Laino (1976); Laino (1979); PL (1964)	
Instituições	Báez (1993); Báez (1910); PL (1945a); PL (1945b)	Artaza (1946); Cardozo (1987); PL (1947); PL (1948); PL (1952)	Cardozo (2013); PL (1957)	Levi Ruffinelli (1977); Doldán (1980); PL (1965)	Laino (1993); Saguier; Pessoa (1991); PLRA (1996); PLRA (2014)
Partido político	Benítez (1988)	Benítez (1988)	Benítez (1988)		

No que diz respeito à coesão da sociedade, os colorados consideram predominantemente o nacionalismo como a fonte da coesão, sendo que as instituições aparecem como elemento de coesão social a partir das divergências no final do período stronista – com Pereira (1987; 1989) – e no período de democratização, representando uma adequação com relação ao momento histórico e ao adversário político. Assim, o nacionalismo constitui-se como a tradição do coloradismo, enquanto o institucionalismo para a coesão da sociedade aparece como elemento de adaptabilidade no final do período stronista.

Os documentos partidários, em sua maioria, afirmam o caráter nacionalista do coloradismo. No período de estruturação stronista observamos uma dissonância entre o documento partidário e as análises dos intelectuais, pois o partido buscava postular a necessidade de manutenção da institucionalidade para sustentar o regime, apontando inclusive para seu aprimoramento, por meio da promulgação de uma nova Constituição. Outro documento que destoa dos argumentos dos intelectuais e dos demais documentos de seu período é “Verdades Necessárias”, de 1984, onde o Partido Colorado considera-se como elemento sustentador da coesão social, todavia, tal concepção já é alterada no documento seguinte. E no período de democratização visualizamos a presença das concepções nacionalista e institucionalista nos documentos, possibilitando a acomodação dos dissensos no seio das correntes partidárias.

Os liberais, por sua vez, afirmam predominantemente as instituições como a fonte da coesão social, podendo ser considerado como um partido institucionalista. Apenas dois intelectuais contrariam tal visão: Benítez (1988), que considera o partido político como elemento da coesão social; e Laino (1976; 1979), que elenca o nacionalismo como elemento

central da coesão social, incorporando este elemento em sua crítica ao regime stronista, considerado subordinado e dependente do imperialismo internacional.

Os documentos partidários, em sua grande maioria, postulam o caráter institucionalista. Apenas um documento (PL, 1964) possui outra concepção, afirmando a postura nacionalista. Assim, conjugando as concepções dos intelectuais com as dos documentos, podemos afirmar que a consideração das instituições como fonte da coesão social é um elemento da tradição ideológica do liberalismo, ao qual o partido não renuncia ao longo do tempo.

Esta categoria postula outra diferenciação entre os partidos, com posturas historicamente bem definidas, o coloradismo defensor do nacionalismo e o liberalismo das instituições como o princípio para lograr a coesão da sociedade.

3.4.6 Relações sociais de produção

Quadro 17. Relações sociais de produção no coloradismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Industrial			Prado (1959)	Prado (1987); Pereira (1987); ANR (1987)	Argaña (1998b)
Agrário-comercial		González (1993); ANR (1948)	ANR (1963)	Méndez Fleitas (1989b); Argaña (1979); Pereira (1989); ANR (1967a)	Argaña (1998a); Duarte Frutos (2001); ANR (1999)
Agrário-rural	González (1987); ANR (1931)		Méndez Fleitas (1989a)	Prado (1978); ANR (1971)	Prieto Yegros (2004); ANR (2011)

Quadro 18. Relações sociais de produção no liberalismo

Período/Formas de apresentação	Nacionalista	Anárquico	Estruturação stronista	Progresso e crise stronista	Democratização
Industrial	Benítez (1988)	Artaza (1946); Benítez (1988)	Benítez (1988)	Levi Ruffinelli (1977); Doldán (1980); Laino (1976); Laino (1979); PL (1965); PLR (1967)	Laino (1993); PLRA (1989)
Agrário-comercial	Báez (1993)	Cardozo (1987); PL (1948)	Cardozo (2013)		Saguier; Pessoa (1991)
Agrário-rural	Báez (1910); PL (1935)		PL (1957)		

E no concernente às relações sociais de produção, notamos que é a categoria que mais gerou dissensões no interior dos partidos tradicionais. No coloradismo, o modelo agrário-comercial é o que mais foi observado. É interessante visualizar a adaptabilidade da categoria ao longo do tempo, sendo que inicialmente percebe-se a preponderância do modelo agrário-rural, dado o compromisso histórico do coloradismo com o campesinato. Posteriormente, constatando-se a necessidade de dinamização da economia, entretanto, sem renunciar o compromisso primordial com o campesinato, passou-se a afirmar uma postura defensora do modelo agrário-comercial. Com isso, podemos assegurar que o coloradismo é predominantemente defensor de um modelo econômico cuja base é o setor agrícola, diferindo quanto à unidade produtiva, ou os complexos agroexportadores ou a agricultura camponesa.

Torna-se instigante notar como durante o stronismo, tanto os intelectuais quanto as decisões partidárias afirmam posturas diretamente condizentes com os interesses dos grupos econômicos beneficiados pelas políticas econômicas implantadas pelo governo stronista. Com a instalação do modelo primário-exportador, produtor de grandes complexos agrícolas para o mercado internacional, a defesa do modelo agrário-comercial tornou-se fundamento para a justificativa do novo modelo adotado. E com o desenvolvimento das obras da Usina Binacional de Itaipu, paralelamente ao surgimento de uma nova burguesia vinculada aos contratos das obras, o modelo econômico passou a defender a base industrial, como propulsora da economia nacional. Entretanto, cabe ressaltar que o elemento agrário é recorrente no discurso e na ação do coloradismo no campo econômico.

Ainda que alguns documentos partidários reconheçam a importância da atividade industrial, apenas um documento postula um modelo predominantemente industrial (ANR, 1987). Assim, os documentos corroboram o caráter agrícola da concepção econômica do coloradismo.

Por sua parte, os liberais afirmam predominantemente a necessidade de um modelo industrial, concatenando tal percepção com sua postura progressista, apontando para o industrialismo como forma de dinamizar toda a sociedade. Não obstante, o modelo agrário-comercial aparece como uma opção recorrente na história partidária.

Até a consolidação do stronismo no poder, os liberais rivalizavam com os colorados na defesa do agrarismo, ao menos em suas decisões partidárias. Neste primeiro momento é notório um certo afastamento entre as decisões partidárias e os postulados de parte considerável dos

intelectuais. De fato, o que apreciamos é um certo adiantamento dos intelectuais em relação ao próprio partido, estabelecendo uma postura econômica que viria a se concretizar a partir do fortalecimento stronista. Portanto, quando o coloradismo passa a defender o modelo primário-exportador, os liberais, principalmente Domingo Laino, passam a defender o modelo industrial, criticando a dependência criada pelo modelo adotado pelos colorados.

Os documentos partidários apresentam duas posturas bem definidas: nos três primeiros períodos os modelos agrícolas preponderam; e nos dois últimos períodos é o modelo industrial que prepondera. É com o período do progresso stronista que os liberais mudam sua concepção partidária, criticando o modelo primário-exportador sustentado pelo regime, e apontando para a necessidade de maior diversificação produtiva e de ativação da economia industrial para incorporar as crescentes massas de camponeses que migravam para as cidades ao mercado de trabalho formal, por meio das indústrias.

Na análise desta categoria observamos novamente as posturas diferentes de ambos os partidos. Contudo, esta é a categoria que possui mais divergências no interior dos partidos. Voltando aos apontamentos gramscianos, tal discordância é compreensível pois esta categoria reflete os interesses econômicos do bloco histórico, dizendo respeito a qual setor da coalizão de classe dominante o projeto responde.

3.4.7 Tradição e adaptabilidade da ideologia colorada e liberal

Considerando-se a evolução histórica das categorias analíticas durante os cinco períodos estabelecidos para o estudo, observamos a existência de uma combinação de dois elementos que permitem, e explicam, a permanência dos dois projetos políticos dos partidos tradicionais como historicamente exitosos na representação do bloco histórico e em sua manutenção enquanto projeto hegemônico: a tradição e a adaptabilidade.

Neste âmbito, observamos na análise dos intelectuais que ocorrem três motivações fundamentais para a adaptação ideológica: a interna, partidária, respondendo aos dissensos e faccionalismos no interior dos partidos tradicionais; a que se refere a uma resposta aos demais projetos políticos, destacando-se a adaptação seguindo a matriz política tradicional colorado-liberal, contudo, não podemos desconsiderar o fato de que outros projetos políticos influenciaram nas mudanças ideológicas, como o comunismo, o socialismo, o totalitarismo e o militarismo nacionalista; e a concernente ao contexto, reflexo das mudanças ocorridas na evolução da estrutura histórica, como visto na análise dos períodos aqui estudados.

Na relação Estado/Forças Armadas apreciamos a adaptação da ideologia colorada no período de progresso e crise stronista, quando o primado da ordem aparece como justificação ideológica para a repressão do regime stronista aos setores contestadores.

No modelo de inserção internacional notamos a adaptação ideológica tanto nos colorados quanto nos liberais. Em ambos os casos contempla-se a adaptação no período de democratização, sendo que no caso dos colorados a adaptação deveu-se a uma influência externa – a resposta a uma nova conjuntura internacional, que a concepção autonomista do período stronista já não conseguia responder adequadamente –, e no caso dos liberais a adaptação deveu-se principalmente por influência interna da estrutura partidária – essencialmente o papel predominante desempenhado por Laino, cuja concepção passou a preponderar na ideologia partidária do período.

Também visualizamos a adaptabilidade da ideologia colorada no que se refere à relação Estado/sociedade, quando no período de progresso e crise stronista a subordinação é utilizada como argumento para justificar o autoritarismo do regime stronista.

Outra categoria analítica em que a ideologia colorada apresenta adaptabilidade é a coesão da sociedade, quando a partir do final do regime stronista as instituições passam a ser vistas como fonte da coesão social, disputando espaço com a concepção nacionalista que era historicamente predominante. Tal processo de adaptação é observado tanto nas obras dos intelectuais como nos documentos partidários.

Não obstante, é na categoria das relações sociais de produção que encontramos mais exemplos de adaptação, em ambos os partidos políticos. Ainda que o setor agrícola prepondere nas análises dos colorados, e que o setor industrial prepondere nas análises dos liberais, a polarização de posturas é visível. Mesmo nos documentos partidários que afirmam determinado modelo econômico, os demais modelos não são negligenciados, demonstrando a preocupação por incorporar os anseios dos mais distintos grupos sociais e econômicos. Isto aproxima-se com os apontamentos gramscianos, postulando a necessidade de acomodar os distintos interesses econômicos divergentes em uma proposta hegemônica. Contudo, há de se levar em conta que sempre haverá um grupo social ao qual o projeto responderá, devendo estar atento para transformar tal projeto específico em um projeto amplo para a sociedade.

Entretanto, além das adaptações e mudanças pelas quais passaram as ideologias colorada e liberal, logramos encontrar alguns elementos que podem ser considerados como a

tradição política dos dois projetos estudados. No tocante aos colorados, os elementos que constituem sua tradição política seriam a institucionalidade das Forças Armadas, o nacionalismo como a fonte de coesão da sociedade e a concepção do “Estado servidor do homem livre”, inaugurada por Natalicio González e que permaneceu ao longo do tempo nas análises dos demais intelectuais, bem como nos documentos do partido.

E quanto aos liberais, sua tradição política estaria fundada na institucionalidade das Forças Armadas, na relação pluralista entre o Estado e a sociedade, sendo que as liberdades individuais e de associação são elencadas como elementos fundamentais para a concepção política dos liberais, e nas instituições como a fonte de coesão da sociedade.

Com a análise que efetuamos das obras dos intelectuais, paralelamente à análise dos documentos partidários colorados e liberais, observamos em que medida o pensamento dos intelectuais está presente nos documentos, influenciando nas decisões tomadas no interior da estrutura partidária. Na maioria dos casos o comportamento das categorias apontou para a congruência entre as obras e os documentos. As dissensões internas, e a apreciação do projeto adversário, fazem com que os discursos ideológicos dos partidos adaptem-se a fim de acomodar os interesses divergentes, sendo que a ideologia e os intelectuais orgânicos cumprem o papel de elementos de coesão do bloco histórico, tal qual apontado por Gramsci.

Portanto, podemos considerar que o coloradismo apresenta maior número de casos de adaptação ideológica, principalmente pelo fato de estar no governo na maior parte dos períodos, atuando para justificar ideologicamente as ações governamentais e seu apoio aos governos. O liberalismo, por sua vez, apresenta mais elementos ideológicos aos quais não renuncia. Além disso, é importante ter em conta que na maioria das categorias estudadas os partidos possuem posturas opostas, fazendo com que se estabeleçam realmente como dois projetos alternativos de dominação para o bloco histórico. Este fenômeno rebate as argumentações que consideram os partidos tradicionais como simples representantes dos grupos sociais dominantes, sem diferenciações de fundo em suas propostas para a direção da sociedade, porém sem colocar em discussão a manutenção do bloco histórico, e sim a sua conformação.

3.4.8 A atualidade da ideologia dos partidos tradicionais

Cabe ainda apreciarmos a conformação atual da concepção ideológica dos partidos tradicionais, após a análise realizada da evolução da estrutura histórica, para observarmos se os elementos elencados são visualizados de fato como uma tradição política de colorados e

liberais. Para tanto, faremos uma breve apreciação dos postulados ideológicos que aparecem no Preâmbulo e nas Declarações de Princípios dos Estatutos de ambos os partidos mais atualizados, aprovados no ano de 2014.

O Partido Colorado considera-se “una nucleación de hombres libres que busca promover el bienestar del pueblo paraguayo sobre la base de la igualdad, la justicia y la soberanía popular, manifestada en la forma republicana, democrática, participativa y representativa de gobierno” (ANR, 2014: 3). Quanto ao papel do Estado e sua relação com a sociedade, “considera que el Estado, servidor del hombre libre, interviene en la vida social económica de la Nación para evitar el abuso del interés privado y para promover el bienestar general y la vigencia de una efectiva justicia en la convivencia ciudadana” (ANR, 2014: 3). E no tocante ao nacionalismo, outro elemento da tradição colorada, afirma que o partido objetiva “desplegar sus máximas energías para el desarrollo equitativo de la comunidad, mediante la admisión del pluralismo ideológico en la formación de la voluntad política de la Nación, preservando y pugnando por enaltecer el nacionalismo en salvaguarda de su identidad cultural” (ANR, 2014: 7).

Observa-se que os elementos da tradição ideológica colorada permanecem afirmados na atualidade, tanto o “Estado servidor do homem livre” quanto o nacionalismo como princípio para a coesão social, mantendo a identidade paraguaia. É interessante ver como a concepção de Natalicio González criou um conceito que o coloradismo incorporou à sua ideologia e que se mantém ao longo dos períodos como elemento da tradição ideológica, sendo apropriado pelas mais distintas correntes partidárias.

E o Partido Liberal, por sua parte, considera-se “genuinamente Humanista y Nacionalista”, mencionando “que el respeto a la Constitución, libremente adoptada por el pueblo paraguayo, y su leal aplicación, es deber inexcusable del Gobierno de los ciudadanos” (PLRA, 2014: 2). No que diz respeito ao pluralismo, concebe-se “como democrático, progresista, pluralista y policlasista, entiende que dentro de su seno, pueden coexistir armónicamente distintas corrientes de opinión” (PLRA, 2014: 2). E quanto ao institucionalismo, afirma que “la paz de un país es lograda siempre mediante el resultado de la vigencia de un Estado Social de Derecho e imparcialidad de la Justicia” (PLRA, 2014: 3).

Neste caso também observamos a permanência dos elementos que constituem a tradição ideológica do liberalismo em seus postulados contemporâneos. O pluralismo permanece sendo a base para o relacionamento entre a sociedade política e a sociedade civil, e as instituições

continuam sendo consideradas como o elemento que fornece a base para a coesão social. Ainda que o partido afirme ser “genuinamente nacionalista”, quando examinamos o elemento que fornece a coesão social, a concepção institucionalista sobrepõe-se. E quanto ao pluralismo, aparece evidenciado em sua concepção “genuinamente humanista”, considerando que a individualidade dos cidadãos só pode ser respeitada por um sistema político fundado na pluralidade de organismos que representem os interesses individuais e coletivos, com base em princípios que respeitem tanto as minorias quanto as individualidades.

Portanto, notamos que mesmo no período mais dinâmico quanto a possibilidade de divulgação de concepções dissonantes no interior dos partidos, o período de democratização, alguns elementos ideológicos historicamente constituídos como tradição ideológica dos partidos Colorado e Liberal não são renunciados. Nos momentos de disputa ideológica é nestes elementos que os partidos tradicionais encontram a defesa para a sua manutenção como os principais projetos políticos para a manutenção do bloco histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise combinada das obras dos intelectuais com os documentos partidários, a partir das seis categorias analíticas elencadas como as principais representantes da discussão ideológica na política paraguaia, encontramos alguns elementos que permitem sustentar os apontamentos feitos que levam à consideração do papel desempenhado pelos intelectuais para a manutenção do bloco histórico hegemônico.

Para tanto, o primeiro ponto a ser apreciado é que as posturas dos intelectuais são corroboradas pelos documentos partidários, ainda que existam divergências entre os intelectuais, observando-se distintas posturas no interior da estrutura partidária dos partidos tradicionais, englobando as posições opostas sobre o mesmo tema. Isto endossa duas afirmações postuladas neste estudo: que os intelectuais possuem influência nas decisões partidárias, nos períodos analisados, constituindo-se em intelectuais orgânicos, com papel relevante no interior da estrutura partidárias; e que os partidos tradicionais buscam incluir algumas posturas dissonantes em suas decisões partidárias, a fim de possibilitar a inserção do maior número de grupos sociais em sua estrutura interna, afirmando-se como o verdadeiro “príncipe moderno”.

Partindo do arcabouço teórico gramsciano, consideramos o partido político como o unificador da vontade coletiva e, neste sentido, como o “príncipe moderno”. Assim, o estudo dos partidos tradicionais paraguaios apontou para a confluência com os apontamentos gramscianos, quando visualizamos que tais partidos buscaram historicamente englobarem em sua estrutura interna o maior número possível de grupos ou facções de grupos sociais, a fim de apresentarem uma proposta única, representante da maior parcela da população.

Além disso, quanto aos documentos partidários, visualizamos a importância do elemento ideológico para o bloco histórico no Paraguai. O discurso ideológico partidário foi recorrentemente utilizado para justificar ações e programas governamentais, bem como estruturas de poder que embasavam os regimes políticos. Portanto, é possível observar como mesmo um regime autoritário, como o de Stroessner, lançou mão do discurso ideológico partidário para justificar suas ações e sua estrutura de poder.

A política paraguaia, ao longo do processo de evolução da estrutura histórica, apresentou um padrão de dominação que possibilitou a afirmação de elementos que conformam uma tradição política. No escopo desta tradição política observamos um emaranhado de

fenômenos que em seu conjunto inorgânico nos levariam a concluir que a violência política seria o elemento que oferece inteligibilidade ao processo.

De tais fenômenos inorgânicos, contraditórios, elencamos os seguintes: o autoritarismo; a anarquia política; as longas hegemonias coloradas e liberais; a incapacidade de afirmação permanente de uma terceira força política. Retomando as análises que realizamos, a concatenação desses elementos nos coloca ante o questionamento de como é possível a manutenção de um bloco histórico, de processos de hegemonia, sendo que os principais elementos da estrutura histórica nos levam a pensar na desagregação social ou na dominação baseada na força.

Não obstante, o que visualizamos de fato é que ambos os grupos políticos conseguiram manter-se como os dois principais projetos políticos paraguaios, ao longo de mais de um século de história política. Apontamos para a ideologia como o elemento que oferece organicidade ao conjunto de fenômenos potencialmente desagregadores. Foi utilizada como ferramenta para justificar e legitimar o uso da violência política, bem como para legitimar a exclusão dos opositores do processo político. A ideologização da estrutura histórica fez com que o bloco histórico hegemônico conseguisse a acomodação da relação entre sua forma e seu conteúdo, com a forma sendo utilizada para a mitigação das tensões presentes no interior do conteúdo.

Como Gramsci havia apreciado o bloco histórico como a unidade político-econômica da sociedade, proporcionando a acomodação dos interesses divergentes e mesmo opostos por meio de sua ideologização, observamos esse processo na análise da história política paraguaia. Os projetos políticos, econômicos e sociais empreendidos pelos distintos grupos que assumiram o poder respondiam aos anseios das classes, ou facções de classe, que representavam – o conteúdo do bloco histórico –, ao mesmo tempo em que fundavam-se em ideologias universalizantes, que permitissem a recepção de tais projetos pelos grupos auxiliares, e mesmo os opostos e antagônicos, como sendo projetos que possibilitariam o posterior benefício geral da sociedade – a forma do bloco histórico.

Desse modo, realizamos o objetivo geral do presente estudo, ao concebermos o fenômeno do êxito histórico do coloradismo e do liberalismo como os dois principais grupos sociais representantes do bloco histórico hegemônico, encontrando na ideologia um importante elemento do processo de dominação política, buscando legitimar os fenômenos políticos vivenciados na evolução da estrutura histórica paraguaia. A política paraguaia não seria apenas

uma luta fratricida, violenta, autoritária e emotiva pelo poder, mas sim estaria imersa no âmbito dos processos de hegemonia e luta pelo consenso, como exposto nos aportes gramscianos.

A hegemonia é apreciada enquanto fenômeno constituído por dois elementos: o consenso e a coerção. O elemento consensual prepondera, sendo buscada a construção e manutenção da liderança do grupo social dominante, mediante a aquiescência dos dominados, constituindo-se uma coalizão de classe dominante. A coerção é utilizada marginalmente, sempre e quando apoiada pelos órgãos da opinião pública, mas sendo um elemento dissuasório, latente, ao qual pode ser recorrido para retomar o domínio em momentos de crise. Como visto neste estudo, no caso paraguaio o uso da coerção, da violência política, foi recorrente, devido aos faccionalismos e lutas internas no bloco hegemômico, assim como foi usado nos momentos de crise, como nas guerras civis, para a reacomodação de forças no interior do bloco hegemômico, permitindo a sua manutenção na estrutura histórica. Contudo, a utilização do elemento coercitivo por parte da coalizão de classe dominante preocupou-se com sua legitimação, por meio do aparato estatal, e justificação, por meio dos órgãos da opinião pública, valendo-se da ideologização desses procedimentos.

Quanto aos objetivos específicos, foi notório na análise o papel desempenhado pelos faccionalismos, pelas divisões internas partidárias, para o fortalecimento dos partidos e a manutenção histórica de sua predominância. Isto ocorreu pois ao mesmo tempo em que representavam grupos sociais que almejavam a ascensão no interior do bloco histórico, tais grupos traziam ao debate ideológico e do projeto de dominação elementos que estavam presentes nos projetos adversários, de forma que sua adaptação ao ideário tradicional permitia a mutabilidade do partido de modo a adequar-se às exigências da evolução da estrutura histórica. Neste sentido, o discurso ideológico consiste em elemento de coesão e de adaptabilidade na dinâmica interna dos partidos Colorado e Liberal, possibilitando a sua manutenção histórica como os dois projetos predominantes na política paraguaia.

A adaptabilidade do discurso ideológico remete ao próprio dinamismo interno dos partidos tradicionais, sendo observado como um modo encontrado pelos partidos para ajustarem-se aos desafios internos e externos, engendrando uma estrutura partidária e um discurso ideológico flexíveis, adaptáveis, possibilitando sua manutenção histórica em situação de predomínio. As adaptações ideológicas referem-se essencialmente a três motivações: a interna, partidária, respondendo aos dissensos e faccionalismos no interior dos partidos tradicionais; a que se refere a uma resposta aos demais projetos políticos, destacando-se a

adaptação seguindo a matriz política tradicional colorado-liberal, contudo, não podemos desconsiderar o fato de que outros projetos políticos influenciaram nas mudanças ideológicas, como o comunismo, o socialismo, o totalitarismo e o militarismo nacionalista; e a concernente ao contexto, reflexo das mudanças ocorridas na evolução da estrutura histórica, como observado na análise dos períodos aqui estudados.

Visualiza-se, assim, a reacomodação do bloco histórico por meio da adaptabilidade de sua forma, o que, por sua vez, acarreta a mitigação dos conflitos de interesse presentes em seu conteúdo. Os interesses dos distintos grupos sociais, de latifundiários, comerciantes internacionais, agroindustriais, banqueiros, imobiliários e os militares, interagem no interior dos projetos de colorados e liberais a fim de se criarem estruturas econômicas que consigam minimamente satisfazer esta heterogênea gama de interesses. E mesmo os interesses de camponeses e operários são absorvidos pelo discurso ideológico, permitindo o apaziguamento das tensões de classe, constituindo-se de fato um bloco histórico hegemônico. Tal fenômeno, como vimos, fez com que os projetos alternativos fossem absorvidos pelos dois projetos tradicionais, fornecendo uma explicação para a incapacidade de afirmação permanente e estável de uma terceira força política. Observa-se, com isso, que o dinamismo interno dos partidos – que ajustam-se às circunstâncias internas e externas – provido pelas lutas internas partidárias, acaba engendrando em uma estrutura partidária e em um discurso ideológico flexíveis, adaptando-se, reinventando-se, o que possibilita a sua manutenção histórica exitosa.

Contudo, apenas a adaptabilidade não explica o fenômeno observado, de manutenção do predomínio colorado-liberal. A partir de Gramsci concebemos que é necessário um elemento coesivo que possa ser retomado e utilizado nos momentos de crise, que possibilite a conformação de uma identidade subjetiva e, quando passada para o âmbito do conteúdo, objetiva inserida no contexto do bloco hegemônico. Este elemento, em nossa análise, foi encontrado na tradição.

A tradição ideológica de colorados e liberais, fruto de sua predominância no cenário político paraguaio desde a conformação dos partidos em 1887, é utilizada recorrentemente tanto pelos intelectuais quanto pelos próprios partidos para lograr a coesão do bloco histórico, recordando sempre o papel histórico que colorados e liberais devem cumprir, como defensores de uma tradição unificadora, pacificadora e que gera as bases para o progresso moral e material de toda a nação.

E para alcançar a concatenação da tradição com a adaptabilidade, bem como a mitigação dos conflitos de interesses dos grupos sociais no interior do bloco histórico hegemônico, os partidos encontram na ideologia e nos intelectuais o fator coesivo principal para o bloco. Com isso, avaliamos o papel desempenhado pelos intelectuais orgânicos – com atuação na estrutura partidária – na conformação e manutenção dos dois principais projetos hegemônicos paraguaios, procurando compreender em que medida o elemento ideológico constitui-se em relevante ferramenta para a manutenção do bloco histórico hegemônico, permitindo o apaziguamento dos conflitos suscitados pelos interesses divergentes advindos da complexificação das forças produtivas em interação na estrutura histórica.

Examinamos a presença do discurso ideológico das obras nos documentos partidários, durante os períodos estudados, encontrando na maioria dos casos a corroboração dos argumentos elencados pelos intelectuais nos discursos adotados pelos partidos, demonstrando que os intelectuais possuem relevância na conformação da ideologia dos partidos que, como visto ao longo do estudo, é um elemento importante para a manutenção da coesão do bloco histórico hegemônico no Paraguai.

Ademais, é preciso ressaltar, assim como feito no aporte gramsciano, que os partidos possuem seus próprios intelectuais orgânicos, surgidos no interior de sua estrutura, e que contribuem para fornecer os intelectuais que desempenharão as funções do Estado. O intelectual é formado no partido, posteriormente assumindo a função estatal. Em nosso estudo podemos observar a corroboração de tal concepção, já que todos os intelectuais analisados possuíram atuação tanto no interior da estrutura partidária como no exercício da função pública. Assim, os intelectuais acabam levando suas concepções desenvolvidas no interior dos partidos para o Estado, um elemento importante para a manutenção da situação de predomínio do bloco histórico hegemônico, o controle da sociedade política, e do seu aparato repressivo legitimado.

No estudo das ideologias partidárias de colorados e liberais, a partir de seis categorias analíticas, buscamos encontrar os elementos aos quais renunciam e os que não são renunciados, visando delimitar a ideia central e os elementos essenciais que movem a ação política partidária. Para os colorados, sua tradição política consistiria na concepção institucionalista do papel das Forças Armadas, o nacionalismo como fonte de coesão da sociedade e o princípio do “Estado servidor do homem livre”. Já para os liberais, sua tradição política remeteria à concepção institucionalista do papel das Forças Armadas, uma relação pluralista entre o Estado e a sociedade e as instituições como a fonte de coesão da sociedade.

Na análise das seis categorias encontramos também um padrão de dissonâncias entre os dois projetos tradicionais, evidenciando que são realmente visões distintas da conformação do bloco histórico hegemônico, sendo mais do que simples conflitos de interesses de diferentes facções da elite político-econômica nacional. Não obstante, colorados e liberais aproximam-se na apreciação de duas categorias analíticas: os intelectuais de ambos os partidos afirmam predominantemente uma postura institucionalista na consideração da relação Estado/Forças Armadas, sendo que no caso dos liberais observa-se a unanimidade dos autores quanto a esta questão; e a relação Estado/sociedade visualizada na maioria dos casos aponta para o pluralismo, ainda que seja possível observar divergências internas quanto ao ponto, seja para justificar ideologicamente o autoritarismo do regime político, seja para corroborar a visão intervencionista do projeto econômico, interferindo nas esferas social e política.

E no que se refere aos pontos de divergência entre os partidos tradicionais, nas outras quatro categorias analíticas, obtivemos os seguintes resultados. O modelo de inserção internacional preponderante nos colorados é o autonomista, tradição inaugurada com a crítica de Natalicio González à política internacional “entreguista” dos governos liberais, enquanto o modelo dos liberais é integracionista, respondendo à tradição inaugurada por Cecilio Báez, por seu papel de interlocutor nas negociações internacionais do Paraguai, considerando a integração do país ao sistema internacional como uma necessidade imprescindível para a promoção do processo de desenvolvimento nacional.

Quanto à interpretação da evolução da estrutura histórica observada nos colorados é tradicionalista, e a dos liberais é evolucionista. Isto é um reflexo do legado histórico dos grupos sociais que deram origem aos dois partidos. Os colorados inseriam-se no escopo do oficialismo, e buscavam erigir-se como os continuadores da obra de reconstrução nacional, enquanto os liberais visavam a eliminação de todo o legado oficialista e a implantação definitiva de todos os preceitos enunciados pela Constituição de 1870.

No concernente à coesão da sociedade, nas obras dos colorados é conseguida por meio do nacionalismo, enquanto os liberais consideram as instituições como a fonte da coesão social. O nacionalismo dos colorados assemelha-se com a sua concepção do modelo de inserção internacional, autonomista, inaugurada com Natalicio González em “El Paraguay eterno”, princípio reafirmado nos demais períodos, ainda que observamos uma alteração ao final do tronismo. E o institucionalismo dos liberais é um legado de sua atuação histórica como partido de oposição. Vale a pena recordar que o Partido Liberal foi fundado como partido de oposição,

chegando ao governo na primeira metade do século XX, e voltando à oposição na segunda hegemonia colorada (1947-2008). Assim, os liberais buscavam rebater a força do oficialismo colorado, que se utilizava da máquina governamental para manter-se no poder, por meio do respeito irrestrito à institucionalidade que embasava o regime político.

E no que diz respeito às relações sociais de produção, a categoria analítica mais dinâmica nos resultados, os colorados seguem um modelo maiormente agrário-comercial, sendo que o setor agrícola é preponderante em suas concepções, e para os liberais o modelo industrial é o que prepondera na análise. O compromisso histórico do coloradismo com o campesinato faz com que seu projeto econômico prime pelo elemento agrícola, alterando-se a sua concepção do modelo produtivo, os complexos agroexportadores ou a economia camponesa. Já os liberais, historicamente vinculados com os setores comercial e financeiro, viam no modelo industrial a forma mais apta para desenvolver as potencialidades produtivas paraguaias, e incorporar a crescente massa de camponeses desempregados que migravam para as cidades ao mercado de trabalho. Reiteramos que as divergências existentes nesta categoria analítica corroboram os apontamentos de Gramsci quanto à hegemonia. O projeto econômico de cada intelectual, de cada partido político, representa os interesses do grupo social dominante na coalizão de classe que lidera o bloco histórico, sendo que tal projeto deve incorporar elementos das demandas dos demais grupos sociais, para constituir-se realmente em projeto hegemônico, tal qual observado na análise do caso paraguaio.

Assim, notamos a implementação de um projeto que permite a concatenação de forma e conteúdo do bloco histórico, efetivando-se a nossa apreciação do bloco como a unidade político-econômica da sociedade. A forma ideológica do bloco responde às exigências do conteúdo de suas relações sociais de produção. E são os intelectuais orgânicos, por meio de seus projetos que são levados aos partidos políticos e aos governos, que empreendem o trabalho de construir e apresentar os modelos políticos, sociais e econômicos que logrem a unidade de forma e conteúdo do bloco histórico.

Considerando a relação entre a estrutura partidária e a estrutura de classes, apontamos que o coloradismo esteve historicamente próximo dos latifundiários e do setor agrícola, ao passo que os liberais aproximaram-se dos comerciantes e do setor industrial. No que se refere ao apoio de massas, o coloradismo aproximou-se do campesinato, e o liberalismo, por sua vez, aproximou-se dos assalariados, operários e trabalhadores das indústrias extrativas. Isso fez com

que os colorados possuíssem maior identificação com o campo e o interior do país, enquanto os liberais identificaram-se mais com o elemento urbano.

Desta forma, o coloradismo e o liberalismo colocam-se realmente como dois projetos alternativos para a conformação do bloco histórico hegemônico, observando em seus intelectuais orgânicos e em suas ideologias os elementos que permitem visualizar suas diferenças. Tais dissensos vão além dos elementos identitários, conformando-se de fato em diferentes concepções da forma do bloco histórico, em distintos modos de conceber o projeto político de dominação por parte do bloco histórico. Contudo, ambos os projetos políticos não questionam a existência do bloco histórico, postulando a estruturação de um novo bloco, mas sim divergem quanto à sua estruturação, ao grupo social dominante, aos setores da atividade econômica mais beneficiados.

Para a manutenção ao longo do tempo, foi necessário recorrer tanto à tradição quanto à adaptabilidade, e é a hegemonia, por meio de seu elemento ideológico, que segundo Gramsci pode oferecer o panorama propício para isso. Neste sentido, os intelectuais são essenciais, são a soldadura do bloco hegemônico. Após a análise das obras e documentos partidários dos períodos que elencamos, observamos que no caso dos partidos tradicionais paraguaios, os intelectuais emergem como elemento importante para a coesão do bloco histórico hegemônico, oferecendo legitimidade para a manutenção da autoridade e da estabilidade coletiva, adequando a forma e o conteúdo do bloco histórico hegemônico aos interesses potencialmente conflituosos das distintas facções do grupo social dominante, bem como dos diferentes grupos sociais que fazem parte do bloco, tanto dominantes quanto dominados.

Assim, afirmamos que os intelectuais orgânicos possuem um relevante papel para a manutenção do bloco histórico hegemônico no Paraguai, postando-se como elemento de coesão e estabilidade por lograr a consubstanciação da adaptabilidade conjuntural com a tradição estrutural, conformando uma estrutura histórica altamente capaz de adaptar-se e redefinir-se, permitindo a mitigação dos conflitos desagregadores que poderiam levar à sua supressão.

REFERÊNCIAS

ALCALÁ, Guido Rodríguez. La vuelta de Francia y López: las ideas de Juan E. O'Leary y Natalicio González. In: DE BOSIO, Beatriz G.; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Pensamiento paraguayo del siglo XX*. Asunción: Intercontinental Editora, 2006. p. 129-152.

ANR, Asociación Nacional Republicana. *Bacon Duarte Prado, el filósofo del Partido Colorado*. 2012. Disponível em: <http://www.anr.org.py/articulo.php?cod=1490>. Acesso em: 27 de novembro de 2015.

_____. *Líderes: Epifanio Méndez Fleitas*. 2013a. Disponível em: <http://www.anr.org.py/paginas.php?cod=26>. Acesso em: 28 de novembro de 2015.

_____. *Líderes: Luis María Argaña*. 2013b. Disponível em: <http://www.anr.org.py/paginas.php?cod=30>. Acesso em: 29 de novembro de 2015.

ARGAÑA, Luis María. *Historia de las ideas políticas en el Paraguay*. Asunción: Instituto Colorado de Cultura, 1979.

_____. *Doctrina y acción colorada*. Asunción: Cromos, 1998a.

_____. *Memoria política*. Orientación política. Asunción: Convención Ordinaria de la Honorable Junta de Gobierno de la Asociación Nacional Republicana, 1998b.

AQUINO, Ricardo Caballero. *La guerra civil de 1922*. Colección Guerras y violencia política en el Paraguay. Asunción: El Lector, 2013.

BÁEZ, Cecilio. *Resumen de la historia del Paraguay*. Asunción: Talleres Nacionales de H. Kraus, 1910.

_____. *La tiranía en el Paraguay*. Asunción: Ñanduti Vive e Intercontinental Editora, 1993.

BENÍTEZ, Justo Pastor. *Ensayos sobre el liberalismo paraguayo*. Asunción: Archivo del Liberalismo, 1988.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOZZOLASCO, Ignacio González. *La encrucijada del cambio: análisis sobre la realidad social y política del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Arandurã, 2013.

BREZZO, Liliana M. *El Paraguay a comienzos del siglo XX: 1900-1932*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

BRÍTEZ, Edwin; CABALLERO, Javier Numan. *El Paraguay actual*. 2ª. Parte: 1998-2010. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

BRUN, Diego Abente. *El Paraguay actual*. 1ª. Parte: 1989-1998. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

_____. *El régimen stronista*. Colección: 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci y el Estado: hacia una teoría materialista de la filosofía*. 3. ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 1979.

CABALLERO CAMPOS, Herib (Compilador). *Antología del pensamiento político y social paraguayo*. Volumen I. Asunción: Fondo Nacional de la Cultura y las Artes, 2009.

CARDOZO, Efraím. *Paraguay independiente*. Asunción: Carlos Schauman Editor, 1987.

_____. *Breve historia del Paraguay*. 4. Ed. Asunción: Servilibro, 2013.

CHAVES, Julio César. *Compendio de historia paraguaya*. 3. Ed. Asunción: Intercontinental Editora, 2013.

CIANCIO, Miguel Ángel Pangrazio. *La caída del Partido Colorado (1904-2008)*. Asunción: Intercontinental, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*. Coleção Fontes do Pensamento Político. Vol. 2. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992

DOLDÁN, Enzo A. *Reflexiones sobre el liberalismo y los partidos políticos en el Paraguay*. Asunción: Orbis, 1980.

DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DUARTE FRUTOS, Nicanor. *Desafíos y respuestas para el nuevo siglo*. Asunción: Partido Colorado, 2001.

ESPÍNOLA GONZÁLEZ, Zulma. *Historia económica del Paraguay*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

FARINA, Bernardo Neri. *El golpe del 4 de mayo de 1954*. Colección Guerra y violencia política en el Paraguay. Asunción: El Lector, 2013.

FLORENTÍN, Carlos Gómez. *El Paraguay de la Post Guerra: 1870-1900*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

_____. *La Guerra Civil de 1947*. Colección Guerra y violencia política en el Paraguay. Asunción: El Lector, 2013.

FOGEL, Ramón. Movimientos campesinos y su orientación democrática en el Paraguay. In: GRAMMONT, Hubert C. (org.). *La construcción de la democracia en el campo latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 95-106.

GOIRIS, Fabio Anibal Jara. *Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____. *Paraguay: ciclos adversos y cultura política*. Asuncion: Servilibro, 2004.

GONZÁLEZ, Natalicio. *El Paraguay eterno*. 3. Ed. Asunción: Cuadernos Republicanos, 1987.

_____. *El Estado servidor del hombre*. 2. Ed. Asunción: Cuadernos Republicanos, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo I: Cuadernos 1 y 2. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1981a.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo II: Cuadernos 3, 4 y 5. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1981b

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo III: Cuadernos 6, 7 y 8. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1984.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo IV: Cuadernos 9, 10, 11 y 12. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1986.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo V: Cuadernos 13, 14, 15, 16, 17, 18 y 19. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 1999.

_____. *Cuadernos de la cárcel*: Edición crítica del Instituto Gramsci – Tomo VI: Cuadernos 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 y 29. 1. ed. Traducción de Ana María Palos. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla; Ciudad de México: Ediciones Era, 2000.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. *La oposición tolerada y la perseguida*. Colección 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.

LAINO, Domingo. *Paraguay: de la Independencia a la Dependencia*. Asunción: Cerro Corá, 1976.

_____. *Paraguai: fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global Editora e Distribuidora, 1979.

_____. *Discursos*. Asunción: Cerro Corá, 1993.

LEVI RUFFINELLI, Fernando. *Derechos Humanos*. Asunción: ORBIS, 1977.

LÓPEZ MOREIRA, Mary Monte de. *Historia del Paraguay*. 5. Ed. Asunción: Servilibro, 2014.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. *A favor de Gramsci*. Trad.: Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MÉNDEZ FLEITAS, Epifanio. *Sicologia del colonialismo: imperialismo yanqui-brasilero en el Paraguay*. 3. ed. Asunción: Miranda & Asociados, 1989a.

_____. *Lo histórico y lo antihistórico en el Paraguay: carta a los colorados*. Asunción: Ñanduti Vive; Intercontinental, 1989b.

MENDOZA, Hugo. *La Guerra del Chaco: 1932-1935*. Colección Guerra y violencia política en el Paraguay. Asunción: El Lector, 2013.

PALAU, Marielle. *El movimiento popular paraguayo: entre fragmentación y la unidad*. Informe final del concurso: Partidos, movimientos y alternativas políticas en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2007

_____. *Movimiento popular y democracia*. Asunción: BASE-IS, 2014.

PAREDES, Roberto. *¿A dónde va Paraguay?* Asunción: Edición al cuidado del autor, 2007.

_____. *¿A dónde va Paraguay? II*. Asunción: Edición al cuidado del autor, 2008.

_____. *Por qué cayó Lugo*. Asunción: Servilibro, 2012.

_____. *Los presidentes del Paraguay*. Tomo II (1954-2013). Asunción: Servilibro, 2013.

PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en el Paraguay*. 3. Ed. Asunción: Intercontinental, 2008.

PEREIRA, Carlos Romero. *Una propuesta ética*. Asunción: Editorial Histórica, 1987.

_____. *El pensamiento ético, la transición y las Fuerzas Armadas en el Paraguay*. Asunción: Editorial Histórica, 1989.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Gramsci y el análisis de coyuntura (algunas notas). In: *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 41, No. 1, Analisis de Coyuntura, jan./mar., 1979, pp. 59-73.

_____. *Los usos de Gramsci*. 2. ed. Barcelona: Folios Ediciones, 1983.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. 6. ed. Trad.: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POZAS, Luis Miguel Uharte. Gobierno Lugo: transición, cambio político y nueva ecuación democrática. In: *NovaPolis*, Revista de Estudios Políticos Contemporáneos, Nueva Serie, No. 4, Abril-Octubre de 2009. P. 11-36.

PRADO, Bacon Duarte. *Fundamentos doctrinarios del coloradismo*. Asunción: El Arte, 1959.

_____. *Juan Manuel Frutos: estilo y autenticidad*. Asunción: Universo, 1978.

_____. *El nacionalismo colorado*. Asunción: Comuneros, 1987.

PRIETO YEGROS, Leandro. *La ideología colorada: bosquejo histórico y capítulos fundamentales*. Asunción: Cuadernos Republicanos, 2004.

RIVAROLA, Milda. Pensadores y corrientes políticas en el Paraguay. In: DE BOSIO, Beatriz G.; DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Pensamiento paraguayo del siglo XX*. Asunción: Intercontinental Editora, 2006. p. 229-260.

RODRÍGUEZ, José Carlos. *El Paraguay bajo el nacionalismo: 1936-1947*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

SAGUIER, Miguel Abdón; PESOA, Manuel. *18 de octubre*. Asunción: Criterio Ediciones, 1991.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia*: escritos escolhidos do período 1944-1964. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TSJE, Tribunal Superior de Justicia Electoral. *Memoria y Estadística Electoral 2013*. Asunción: Justicia Electoral, 2013. Disponible en: <<http://tsje.gov.py/e2013/documentos/pdf/2013.pdf>>. Acceso em: 17 de outubro de 2015.

VERÓN, Luis. *La Guerra del Chaco*. Colección La gran historia del Paraguay. Asunción: El Lector, 2010.

VILADESAU, Tomás Palau. Políticas agrarias en el Paraguay: instrumentos de la discriminación. In: *NovaPolis*, Revista de Estudios Políticos Contemporáneos, No. 2, Febrero de 2003. P. 3-23.

VILLAGRA, Luis Rojas. *La economía durante el stronismo*. Colección: 60 años del Stronismo. Asunción: El Lector, 2014.

WARREN, Harris Gaylord. *La reconstrucción del Paraguay, 1878-1904*: La primera Era colorada. Asunción: Intercontinental, 2010.

ANEXOS

Anexo 1. Lista de documentos do Partido Colorado

ANR, Asociación Nacional Republicana. *Proyecto de Programa Mínimo del Partido Nacional Republicano*. 1931.

_____. *Conceptos políticos y sociales aprobados por la Comisión Directiva*. 1948.

_____. *Estatuto*. 1963.

_____. *Declaración de principios y nuevo programa partidario*. 1967a.

_____. *Proyecto de Constitución nacional para la República del Paraguay elaborado y aprobado por la Honorable Junta de Gobierno del Partido Colorado, y que será presentado a la Convención Nacional Constituyente*. 1967b.

_____. *Informe de la Comisión de Planificación Partidaria*. 1971.

_____. *Defensa del principio de no intervención*. 1974.

_____. *Manifiesto de la Junta de Gobierno*. 1977.

ANR-ER, Asociación Nacional Republicana – En el Exilio y la Resistencia. *Definiciones del coloradismo paraguayo*. ANR en el exilio (Disidente). 1978.

ANR, Asociación Nacional Republicana. *Verdades necesarias: información oficial de la Honorable Junta de Gobierno*. 1984.

_____. *Bosquejo de la doctrina del Partido Colorado*. 1987.

_____. *Estatuto*. 1991.

_____. *Código de ética*. Reglamento del Tribunal de conducta. 1996.

_____. *Orientación política*. Convención ordinaria. 1998.

_____. *Programa de gobierno: 1999-2003*. In: ANR, Asociación Nacional Republicana. *El Partido Colorado y la reforma del Estado en el Paraguay*. 1999. p. 181-237.

_____. *Estatuto*. “Por un Partido Colorado organizado y dinámico”. 2001.

_____. *Renovación cultural desde el coloradismo*. Proyecto de servicio sociocultural. 2007;

_____. *Recopilación partidaria*. Material de estudios políticos de la A.N.R. “Partido Colorado”. 2010.

_____. “*El ser colorado*”. Documento para la juventud colorada. 2011.

_____. *Estatuto*. 2014.

Anexo 2. Lista de documentos do Partido Liberal

PL, Partido Liberal. *Modificaciones de los Estatutos del Partido Liberal*. 1932.

_____. *Orientación política*. 1935.

_____. *Un nuevo Partido Liberal*. Exposición hecha ante los directorios liberales. 1937.

_____. *Estatutos*. 1938.

_____. *Memorandum: El Partido Liberal frente al militarismo*. 1941.

_____. *Ideario del Partido Liberal*. 1945.

_____. *Anteproyecto de reorganización del Partido Liberal*. 1945.

_____. *Manifiesto del Partido Liberal del Paraguay*. 1947.

_____. *Anteproyecto de Ideario-Programa*. 1948.

_____. *Reglamento de emergencia del Partido Liberal*. 1952.

_____. *Ideas fundamentales del Movimiento Renovación “Idea y Acción”*. 1957.

_____. *Convención Nacional Ordinaria del Partido Liberal*. 1964.

_____. *Proyecto de ideario. Programa*. 1965.

PLR, Partido Liberal Radical. *Anteproyecto de Constitución para la República del Paraguay presentado al Directorio del Partido Liberal Radical*. 1967.

_____. *Estatuto del Partido Liberal Radical*. 1970.

_____. *Hacia la Libertad y la Integración paraguaya*. Partido Liberal Radical. 1973.

PLRA, Partido Liberal Radical Auténtico. *Programa de Gobierno*. PLRA. 1989.

_____. *Estatuto*. 1996.

_____. *Estatuto*. 2014.